

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

79

Abr/Jun 2024



**Banco do
Nordeste**

OBRA PUBLICADA PELO



**Banco do
Nordeste**

PRESIDENTE

Paulo Henrique Saraiva Câmara

DIRETORES

Ana Teresa Barbosa de Carvalho,
José Aldemir Freire,
Leonardo Victor dantas da Cruz,
Luiz Abel Amorim de Andrade,
Thiago Alves Nogueira e
Wanger Antônio de Alencar Rocha

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Tibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente

Allisson David de Oliveira Martins
**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico
Rogerio Sobreira Bezerra

Editor-Chefe
Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo
Allisson David de Oliveira Martins

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica
Allisson David de Oliveira Martins
Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Produção Agropecuária
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Serviços e Comércio

Wellington Santos Damasceno

Comércio Varejista e Turismo

Laura Lúcia Ramos Freire

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Índice de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiário

José Wilker de Sousa Martins

Jovem Aprendiz

Pedro Icaro Borges de Souza

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -
ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-

n.

Quadrimestral

Periodicidade anterior: 2004-2005 bimestral; 2006-2013 quadrimestral; 2014 semestral.

ISSN 18078834

1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste
– Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

Sumário

1 Atividade Econômica	4
2 Produção Agropecuária.....	9
3 Atividade Industrial	17
4 Serviços.....	22
5 Varejo	25
6 Turismo	28
7 Mercado de Trabalho	31
8 Comércio Exterior	40
9 Finanças Públicas	48
10 Intermediação Financeira	54
11 Índices de Preços	59
12 Cesta Básica	64

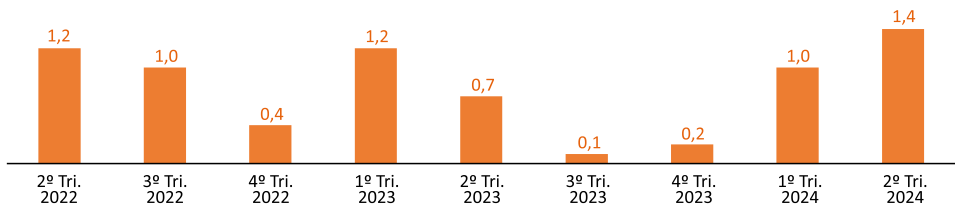
1 Atividade Econômica

1.1 Produto Interno Bruto

A economia brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 1,4% no segundo trimestre de 2024, frente ao trimestre imediatamente anterior, impulsionada pelo mercado de trabalho aquecido, aumento de renda e inflação controlada, fatores que têm favorecido o consumo. Esse resultado foi o mais expressivo desde o quarto trimestre de 2020, quando a atividade econômica registrou crescimento trimestral de 3,7%, em um contexto macroeconômico influenciado fortemente pelas políticas públicas expansionistas, necessárias para contrabalançar os efeitos negativos da crise gerada pela pandemia de Covid-19. Na comparação com o segundo trimestre de 2023, o PIB teve avanço de 3,3%, superando as expectativas de 2,7% de crescimento no segundo trimestre de 2024.

Esse crescimento poderia ter sido maior, não fossem os choques negativos relevantes ocorridos no trimestre, notadamente a tragédia climática no Sul, registrada entre o fim de abril e o início de maio, e a interrupção do ciclo de cortes na taxa Selic decidida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), a partir de junho. Esta suspensão do afrouxamento monetário, levando à manutenção da taxa básica de juros no patamar de 10,5%, juntamente com um crescimento da economia acima de seu potencial, influenciado, sobretudo, pelo consumo interno, tem gerado pressões inflacionárias, as quais, certamente, poderão ser aliviadas pela expansão dos investimentos direcionados para ampliação da capacidade produtiva instalada do País.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - % em relação ao trimestre anterior - 2022 a 2024*



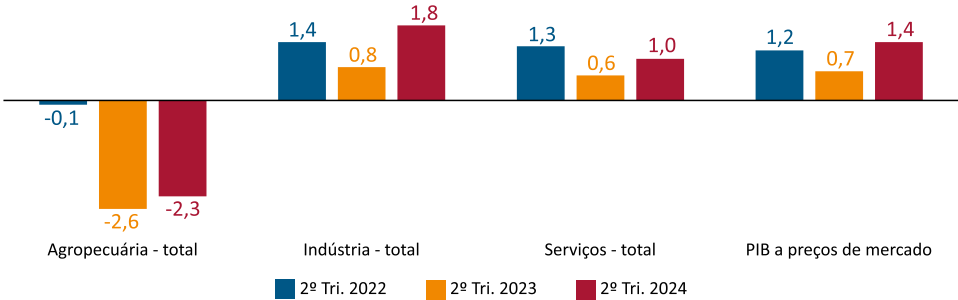
Fonte: IBGE(2024). Elaboração: Etene (2024).
(*) Com ajuste sazonal.

Na realidade, a aceleração da atividade econômica, já vem recebendo um impulso expressivo dos investimentos, como mostram os dados divulgados pelo IBGE, que revelam o forte ritmo da Formação Bruta de Capital Fixo no segundo trimestre de 2024, com crescimento de 2,1%, repetindo, em menor escala, a tendência expansionista verificada nos primeiros três meses do ano, quando a taxa de expansão dos gastos em investimentos alcançou 3,8%. Na comparação com o segundo trimestre de 2023, a Formação Bruta de Capital Fixo registrou crescimento de 5,7%, justificado pelo crescimento da produção doméstica e importação de bens de capital, juntamente com o bom desempenho da indústria de Construção Civil.

Pelo lado da oferta, o melhor resultado foi observado na Indústria, que cresceu 1,8%, seguida pelos Serviços (1,0%), enquanto a Agropecuária apresentou recuo de 2,3% no segundo trimestre de 2024, relativamente ao trimestre anterior. O bom desempenho da indústria se deveu ao incremento das atividades nos setores de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (crescimento de 4,2%), Construção (3,5%) e das Indústrias de Transformação (1,8%). As indústrias extrativas não tiveram bom desempenho nesse trimestre, apresentando queda de 4,4%.

Nos Serviços, por sua vez, observa-se uma alta disseminada em todos os segmentos do setor, com destaque para o ritmo positivo da produção nos segmentos de Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (2,0%), Informação e comunicação (1,7%), Comércio (1,4%) e Transporte, armazenagem e correio (1,3%). Por outro lado, o recuo de 2,3% do Setor Agropecuário pode ser explicado pela queda na estimativa de produção anual e perda de produtividade em culturas com safras no segundo trimestre, como milho (-10,3%) e soja (-4,3%). Na realidade, as expectativas já indicavam esse comportamento ruim do setor, tendo em vista os problemas climáticos e a tragédia no Rio Grande do Sul, que afetou fortemente a produção de soja, que é uma lavoura importante na produção agrícola nacional.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - Oferta - % em relação ao trimestre imediatamente anterior - 2022 a 2024*



Fonte: IBGE(2024). Elaboração: Etene (2024).

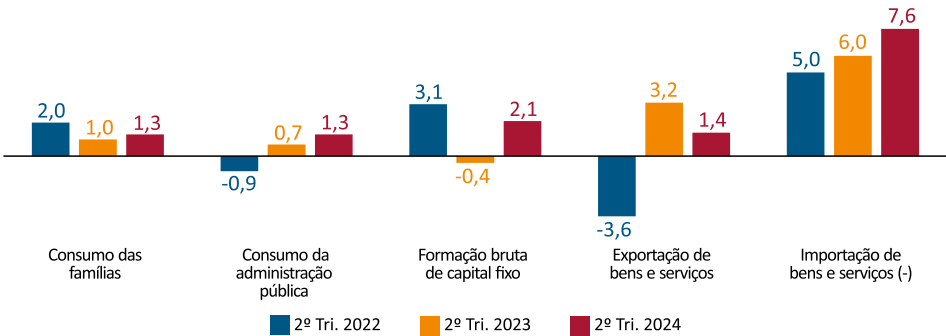
*Com ajuste sazonal.

Pela ótica da demanda agregada, os destaques ficam por conta do aumento do Consumo das Famílias, das Despesas do Governo e da Formação Bruta de Capital Fixo, que avançaram tanto na comparação interanual quanto relativamente ao trimestre anterior. A trajetória ainda de queda dos juros na maior parte do trimestre, juntamente com melhora do mercado de trabalho e disponibilidade de crédito, contribuiu para esse desempenho da demanda. O Consumo das Famílias foi influenciado pelo aumento da massa salarial real, bem como pelos programas de transferência de renda do governo e crédito disponível às famílias. Por outro lado, os investimentos foram beneficiados pelo crescimento das importações e da produção nacional de bens de capital, bem como pelo movimento de expansão do setor de construção, que gera renda e emprego, favorecido pelo aumento do crédito, um patamar de juros mais baixos e programas de governo que ajudam o setor, como Minha Casa, Minha Vida. Além disso, o atual ciclo político, em ritmo de campanha eleitoral, influencia os gastos com obras que precisam ser concluídas, os quais geralmente são realizados nos meses iniciais do ano, além dos programas de governo como o PAC e outros que impulsionam a construção e, conseqüentemente, os investimentos.

A taxa de investimento no segundo trimestre de 2024 foi de 16,8% do PIB, acima dos 16,4% registrados no segundo trimestre de 2023, enquanto a taxa de poupança recuou para 16,0%, abaixo dos 16,8% do mesmo trimestre de 2023. Essa queda na poupança está relacionada com o crescimento, bem acima do PIB, do Consumo das Famílias.

No setor externo, as exportações de bens e serviços cresceram 4,5% no segundo trimestre deste ano, enquanto as importações evoluíram em ritmo bastante acima, registrando crescimento de 14,8% nesse mesmo período. Esse ritmo mais acelerado das importações em relação às exportações foi motivado pela queda nos preços de commodities e a demanda externa mais aquecida. A expansão das exportações é explicada, principalmente, pela extração de petróleo e gás natural; indústria alimentícia, agropecuária e derivados do petróleo, enquanto o dinamismo das importações decorre da indústria automobilística, produtos químicos, produtos de metal, agropecuária e serviços. Como se observa, a queda nos preços de commodities e demanda doméstica aquecida levaram a alta maior das importações que das exportações.

Gráfico 3 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - Demanda - % do 2º Trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior - 2022 a 2024*



Fonte: IBGE(2024). Elaboração: Etene (2024).

*Com ajuste sazonal.

De modo geral, os dados sobre o desempenho da economia nacional no segundo trimestre de 2024 foram bastante positivos, com o crescimento sendo liderado pela demanda interna, notadamente nas categorias de consumo das famílias e de Formação Bruta de Capital Fixo, impulsionadas pela trajetória de queda nas taxas de juros e por políticas de sustentação de renda do Governo Federal. Parte dessa demanda interna foi atendida via aumento da produção industrial, estimulando ainda a recuperação dos investimentos, enquanto outra parcela significativa foi suprida pela aceleração das importações, que superaram a usual contribuição das exportações para o crescimento do PIB.

É importante mencionar que esse aquecimento da atividade econômica, além do potencial da economia brasileira, poderá gerar pressões inflacionárias, levando o BACEN a adotar uma política monetária mais restritiva, através da subida da taxa de juros básica da economia, com vistas a atender ao objetivo da meta inflacionária. Certamente, caso seja adotada, essa política do Bacen vai prejudicar vários componentes importantes do crescimento econômico, principalmente os Investimentos. Portanto, dependendo da trajetória futura dos juros, o crescimento econômico observado nos dois trimestres iniciais de 2024 poderá não se sustentar no restante do ano.

1.2 Inflação, Juros e Câmbio

Como o ambiente internacional mantém-se adverso, os Bancos Centrais nas economias de mercado emergentes continuam cautelosos em relação ao corte das taxas, devido a riscos externos desencadeados por alterações nos diferenciais das taxas de juros e depreciação associada das moedas destas economias em relação ao dólar. Nos EUA, permanecem elevadas as incertezas sobre a flexibilização da política monetária e quanto à velocidade com que se observará a queda da inflação de forma sustentada em diversos países. De qualquer forma, os Bancos Centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas, em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho.

O fato é que a calibragem da taxa de juros para assegurar o processo de desinflação não é um processo simples. Os mercados de trabalho aquecidos explicam a persistência dos núcleos de inflação, como é o caso da inflação persistente dos serviços. A inflação de serviços está segurando o progresso na desinflação, o que está complicando a normalização da política monetária. Assim, os riscos de alta para a inflação aumentaram, aumentando a perspectiva de taxas de juros ainda mais altas por mais tempo, no contexto de tensões comerciais crescentes e maior incerteza política.

Nesse contexto global, alguns bancos centrais já reduziram as taxas de juros enquanto outros ainda não iniciariam o ciclo de cortes. Já no cenário doméstico, o Bacen, considerando o quadro de incertezas globais, resiliência na atividade econômica, elevação das projeções de inflação e expectativas de inflação desancoradas, interrompeu o ciclo de queda dos juros para manter a política monetária contracionista necessária para o processo de convergência da inflação para a meta inflacionária. Segundo o Copom, a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas. Com isso, o Bacen manifesta seu firme compromisso com o controle da inflação, para o País crescer com geração de empregos e para garantir o poder de compra dos brasileiros.

Na realidade, essa medida foi tomada em função de um cenário que projetava elevação da inflação para 2024 e 2025. Essa elevação nas expectativas inflacionárias resultou principalmente da atividade econômica mais forte do que o esperado, que levou a uma elevação no hiato do produto estimado, bem como a depreciação cambial. A inflação cheia ao consumidor tem apresentado trajetória de desinflação, enquanto medidas de inflação subjacente se situaram acima da meta para a inflação.

Em sua reunião mais recente, conforme divulgado no Relatório de Inflação, o Copom ressaltou que, em seus cenários para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) maior persistência das pressões inflacionárias globais; e (ii) maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais apertado. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada; e (ii) os impactos do aperto monetário sincronizado sobre a desinflação global se mostrarem mais fortes do que o esperado.

O Comitê ainda avalia que a conjuntura doméstica segue muito incerta, exigindo maior cautela na condução da política monetária. Ao mesmo tempo, o Comitê revela sua preocupação quanto à política fiscal, pois ela influencia o direcionamento da política monetária. Uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, impactando, consequentemente, a política monetária.

A inflação recuou, mas aumentou a desancoragem das expectativas de inflação. Assim, em meio às muitas incertezas nos cenários doméstico e externo, as expectativas de inflação para 2024 subiram para 4,26%, caindo para 3,92% em 2025 e 3,6%, em 2026, segundo a mediana apurada pela pesquisa Focus, do Banco Central.

Diante desse cenário de incertezas econômicas, com tendência de pressão inflacionária, o BC decidiu manter a taxa Selic, pela segunda vez seguida, após um ciclo de sete reduções que foi de agosto de 2023 a maio de 2024. A ata dessa reunião que aprovou a manutenção da taxa Selic no patamar de 10,5%, revela a necessidade da adoção de uma política monetária restritiva, tendo em vista os fatores de risco associados com a lentidão da desinflação e a desancoragem das expectativas inflacionárias.

De acordo com o Copom, a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas. Essa estratégia, na realidade, demonstra o firme compromisso do Órgão com a convergência da inflação à meta, que está no patamar de 3%.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 no patamar que está hoje, em 10,5% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é que a taxa básica caia para 10% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida, novamente, para 9,5% ao ano e 9% ao ano, respectivamente.

Tabela 01 – Inflação Medida pelo IPCA 2024 (Variação %)

	Janeiro	Fevereiro	Março	No trim. até março	12 meses até março
Cenário COPOM	0,26	0,52	0,24	1,02	4,01
IPCA observado	0,42	0,83	0,16	1,42	3,93
Diferença	0,16	0,31	-0,08	0,4	-0,08

Fonte: IBGE e Bacen.

Com relação à taxa de câmbio nominal real/dólar, logo no início do segundo trimestre de 2024 ela passou por desvalorização significativa, refletindo a valorização internacional do dólar. Essa desvalorização ocorrida em meados de abril superou a desvalorização verificada desde o início de 2024 até março, cujo percentual foi de 1,69%, com a taxa real/dólar passando de 4,90 em dezembro de 2023 para 4,98 em março, considerando as médias mensais. A desvalorização do real em 2024 contrasta com a tendência de queda do preço do dólar que se vinha observando, aproximadamente, desde 2021, após a forte elevação no contexto da pandemia de Covid-19.

Convém ressaltar que o comportamento da moeda brasileira tem sido bastante influenciado pela evolução da moeda americana no exterior, que registrou um fortalecimento global, tendo em vista as perspectivas de corte inicial de juros nos EUA e a magnitude de alívio monetário esperado para este ano. Ao lado disso, a economia americana está em trajetória de crescimento e tem taxa de juros mais atrativa, o que provoca esse movimento de valorização global do dólar. No âmbito interno, a elevação da estrutura a termo da taxa de juros dos títulos públicos brasileiros, bem como a mudança nas metas de resultado primário anunciada pelo Governo, são razões adicionais para explicar a desvalorização da moeda brasileira no período.

As expectativas do Relatório Focus apontam para um câmbio de R\$ 5,33/US\$ ao final de 2024 e de R\$ 5,30/US\$ em dez./2025. Mas o cenário ainda contempla muitas incertezas por conta do contexto internacional e das incertezas internas que podem trazer volatilidades adicionais na cotação da moeda.

1.3 Economia do Nordeste

A economia nordestina, medida pelo índice de atividade IBCR-NE do Banco Central, avançou 3,1% no período de janeiro a junho de 2024, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, superando a performance em nível nacional, que foi de crescimento de 2,1%. Com esse resultado, a Região Nordeste foi a segunda que mais cresceu no nível de atividade econômica no Brasil em 2024. A Região Sudeste avançou 3,9% no mesmo período.

Entre os estados do Nordeste divulgados pelo Bacen, o Ceará, segundo o Banco Central, foi o que apresentou o maior crescimento no índice de atividade econômica, 5,7% nos primeiros seis meses do ano de 2024, na comparação com 2023. O crescimento da economia cearense, decorre, em grande medida, dos avanços do volume de vendas do comércio varejista, com crescimento de 9,2%; além do crescimento da produção física industrial, representa pela Indústria de Transformação, que cresceu 7,3% no 1º. semestre de 2024.

A economia pernambucana, pela ótica do índice de atividade econômica do Banco Central, apresentou crescimento de 3,4% no período de janeiro a junho de 2024, quando comparado com o mesmo período de 2023. O destaque, em Pernambuco, foi a performance do volume de vendas do comércio varejista ampliado, que anotou crescimento de 7,5%, sobretudo pela expansão de 24,3% das vendas de Veículos, motocicletas, partes e peças.

O Estado da Bahia, que detém o maior peso econômico relativo do Nordeste, apresentou elevação de 2,7% no índice de atividade estadual no 1º. semestre de 2024, na comparação com o mesmo período do ano anterior. A conjuntura econômica da Bahia em 2024 tem como destaque também o avanço do volume de vendas do comércio varejista, em função do crescimento de 9,1%.

O Estado do Espírito Santo, que é contemplado, em parte, como área de abrangência do Banco do Nordeste, também apresentou crescimento nos seis primeiros meses de 2024, com performance positiva de 4,2%. No mesmo sentido, o Estado de Minas Gerais, que tem parte da região do Estado atendida pelo Banco do Nordeste, registrou avanço de 2,4%

De forma geral, a atividade econômica do Nordeste em 2024 foi favorecida pelo avanço dos serviços e comércio, da melhora do mercado de trabalho, da elevação do rendimento médio real e do processo de desinflação.

Tabela 2 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil, Nordeste, Sudeste, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais - % Crescimento no ano - 2019 a 2024*

	2019	2020	2021	2022	2023	2024*
Brasil	1,1	-4,2	4,5	3,0	2,4	2,1
Nordeste	0,4	-4,1	2,8	3,3	2,3	3,1
Bahia	0,2	-3,1	2,7	2,4	3,1	2,7
Ceará	1,6	-4,4	3,6	2,8	1,0	5,7
Pernambuco	2,0	-3,3	4,6	2,1	2,1	3,4
Sudeste	1,7	-3,2	4,1	3,0	2,7	3,9
Espírito Santo	-3,7	-6,0	6,7	-1,6	4,4	4,2
Minas Gerais	-0,2	-1,9	5,1	3,3	4,3	2,4

Fonte: Banco Central do Brasil, 2024. Elaboração: BNB/Etene (2024).
*2024 refere-se ao 1º. Semestre de 2024, quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

2 Produção Agropecuária

2.1 Agricultura

A estimativa do IBGE para 2024 aponta produção de grãos no País de 295,8 milhões toneladas, quebra de safra em -6,2% frente ao ano de 2023, devido às safras de verão, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE (Tabela 1).

Entre as principais causas da perda na produção de grãos estão as condições climáticas, com clima seco e quente na Região do Centro-Oeste, uma das maiores regiões produtoras de soja e milho do País, o desenvolvimento dos ciclos das lavouras vem sendo prejudicados, principalmente nas culturas de soja, algodão e milho, devido às condições climáticas que vêm impactando negativamente o desenvolvimento de algumas culturas.

Tabela 1 – Brasil, Nordeste e Estados selecionados: Safra de grãos (em toneladas) - 2023 e 2024

Brasil e Grandes Regiões	Safra 2023		Safra 2024		Variação entre as Safras 2024 e 2023	
	Produção (t)	Part. (%)	Produção (t)	Part. (%)	Absoluta	Relativa (%)
Norte	16.824.740	5,33	18.477.483	6,25	1.652.743	9,8%
Nordeste	26.961.133	8,55	26.053.996	8,81	-907.137	-3,4%
Maranhão	6.537.881	2,07	6.522.834	2,20	-15.047	-0,2%
Piauí	6.442.898	2,04	5.884.868	1,99	-558.030	-8,7%
Ceará	475.580	0,15	732.597	0,25	257.017	54,0%
Rio Grande do Norte	37.873	0,01	44.274	0,01	6.401	16,9%
Paraíba	61.839	0,02	177.033	0,06	115.194	186,3%
Pernambuco	96.527	0,03	237.374	0,08	140.847	145,9%
Alagoas	131.923	0,04	197.419	0,07	65.496	49,6%
Sergipe	1.028.554	0,33	956.513	0,32	-72.041	-7,0%
Bahia	12.148.058	3,85	11.301.084	3,82	-846.974	-7,0%
Sudeste	30.669.768	9,72	27.187.819	9,19	-3.481.949	-11,4%
Sul	79.862.018	25,32	83.707.748	28,29	3.845.730	4,8%
Centro-Oeste	161.068.641	51,07	140.423.269	47,46	-20.645.372	-12,8%
Brasil	315.386.300	100,00	295.850.315	100,00	-19.535.985	-6,2%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024). Nota (1): Participação das regiões e estados em relação ao País.

Regionalmente, o Centro-Oeste (-12,8%) apresenta maior perda de safra, devido ao impacto das condições climáticas, marcado com ausência de chuvas, e altas temperaturas na Região, assim, resultando essa perda de -19,5 milhões de toneladas de grãos. Em seguida, registra-se também redução da produção de grãos no Sudeste (-11,4%) e Nordeste (-3,4%). No entanto, a estimativa da produção de grãos apresentou variação anual positiva para o Norte (+9,8%) e o Sul (+4,8%). Segundo informações do IBGE, a produção recorde de grãos na Região Sul já contava com maior parte das lavouras colhidas, e, os números não refletem ainda o que no campo foi afetado.

Em termos de participação, o Centro-Oeste deverá permanecer como maior produtor nacional de grãos, atingindo 140,4 milhões de toneladas de grãos, cerca de 47,4% do total do País. Na sequência, o Sul, com produção de 83,7 milhões de toneladas, participa com 28,2% da produção nacional em 2024; o Sudeste deverá atingir produção de 27,1 milhões de toneladas (9,1%); Nordeste registrará 26,0 milhões de toneladas (8,8% do total) e o Norte, com produção de 18,4 milhões de toneladas de grãos, participará com 6,2% do total de grãos produzidos no País.

Quanto à produção de grãos no País, os resultados para a Safra 2024 são bastante desafiadores para algumas culturas, como milho e sorgo, enquanto, são promissores para culturas como

trigo e algodão. Destacam-se em crescimento as produções de trigo (+23,7%), algodão (+9,8%), feijão (+9,0%), amendoim (+4,5%) e arroz (+4,1%), conforme dados da Tabela 2. Enquanto, as estimativas para os resultados para a Safra de 2024 deverão ser prejudicados para algumas lavouras de verão. As produções de milho (-10,4%), sorgo (-10,4%), mamona (-7,4%) e soja (-3,4%) apresentaram declínio, diante dos efeitos adversos das condições climáticas.

Considerando os principais produtos agrícolas, no País, destacam-se em crescimento a produção das culturas de castanha-de-caju (+14,2%), tomate (+8,7%), café (+6,9%), cacau (+1,3%), batata-inglesa (+0,3%), banana (+0,2%) e cana-de-açúcar (+0,1%), conforme dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Principais produtos da Safra no Brasil e Nordeste (Em mil toneladas) – 2023 e 2024

Principais Lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE / BR 2022
	Safra 2023	Safra 2024	Var. (%)	Safra 2023	Safra 2024	Var. (%)	
Cereais, leguminosas...	315.386.300	295.850.315	-6,2	26.961.133	26.053.996	-3,4	8,8
Algodão	7.733.764	8.490.232	9,8	1.937.501	1.971.771	1,8	23,2
Amendoim	862.821	901.756	4,5	11.004	11.484	4,4	1,3
Arroz	10.282.517	10.704.925	4,1	351.877	338.615	-3,8	3,2
Feijão	2.951.728	3.216.963	9,0	470.960	618.223	31,3	19,2
Mamona	33.556	31.062	-7,4	33.268	30.012	-9,8	96,6
Milho	131.085.011	113.654.770	-13,3	9.863.382	8.248.619	-16,4	7,3
Soja	151.963.045	146.841.982	-3,4	14.756.410	15.313.477	3,8	10,4
Sorgo	4.307.118	3.857.233	-10,4	257.244	255.968	-0,5	6,6
Trigo	7.753.911	9.591.440	23,7	35.112	34.818	-0,8	0,4
Banana	6.862.774	6.874.825	0,2	2.404.532	2.453.306	2,0	35,7
Batata - inglesa	4.248.474	4.262.444	0,3	331.764	334.587	0,9	7,8
Cacau	290.630	294.453	1,3	120.045	123.303	2,7	41,9
Café	3.418.554	3.653.321	6,9	247.349	264.675	7,0	7,2
Cana-de-açúcar	713.293.700	714.102.171	0,1	56.864.670	56.303.411	-1,0	7,9
Castanha-de-caju	116.829	133.395	14,2	116.014	132.744	14,4	99,5
Fumo	694.895	631.895	-9,1	25.455	28.375	11,5	4,5
Laranja	15.482.662	15.326.979	-1,0	1.131.685	1.095.364	-3,2	7,1
Mandioca	19.133.751	18.849.582	-1,5	4.174.843	4.241.385	1,6	22,5
Tomate	3.915.209	4.257.349	8,7	492.788	478.116	-3,0	11,2
Uva	1.719.630	1.447.201	-15,8	513.048	460.759	-10,2	31,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).
Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

Segundo informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab, 2023), a distribuição das chuvas na Região Nordeste não ocorreu de forma uniforme. Os acumulados de chuva concentrados em áreas do MATOPIBA e sul da Bahia, não contribuíram para o armazenamento da água no solo, assim, os plantios foram finalizados fora do calendário agrícola.

Em relação aos demais produtos agrícolas na Região Nordeste, excetuando grãos, em 2024, destacam-se em crescimento da produção as culturas de castanha-de-caju, que além do aumento em +14,4%, participa em média de 99,5% da produção nacional de castanha-de-caju. Na sequência, têm-se os crescimentos de fumo (+11,5%), café (+7,0%), cacau (+2,7%, participação de 41,9% da produção nacional), banana (+2,0%, participação de 35,7% da produção nacional), mandioca (+1,6%) e batata-inglesa (+0,9%).

Especificamente na produção de grãos no Nordeste, deverão se destacar em crescimento a soja que obteve acréscimo de +557,0 mil toneladas, cuja variação será +3,8%, superior à média nacional, que possivelmente deverá apresentar quebra de safra em 2024 (Tabela 2). Na sequência, feijão (aumento em

147,2 mil toneladas; crescimento relativo de +31,3%), algodão (acrécimo de 34,2 mil toneladas; +1,8%) e amendoim (+480 toneladas; +4,4%).

Desta forma, o ranking regional de produção de grãos na Safra 2024 deverá despontar a produção de soja, alcançando 15,3 milhões de toneladas do grão, seguido por milho (8,2 milhões de toneladas, mesmo diante de quebra de safra de -16,4%, perda de 1,6 milhão de toneladas), algodão (1,9 milhão de toneladas) e feijão (618,2 mil toneladas).

A área plantada com grãos no Nordeste foi estimada em 11,9 milhões de hectares em 2024. Diante das expectativas da melhoria dos preços praticados no mercado das principais culturas, como aumento do preço médio da pluma do algodão, soja e seus derivados, haverá aumento de +0,2% frente à safra anterior. Desta forma, as culturas soja e algodão obtiveram significativos avanços na área plantada, crescimento de +9,1% e +5,9%, nesta ordem, frente à safra passada. No entanto, milho registrou perda de área plantada em 10,1% frente à safra passada.

Considerando a proporção de área plantada para as principais culturas, verifica-se que soja e milho representam com 36,9% e 22,8% sobre a área plantada total destinada ao plantio de grãos, nesta ordem, ou seja, cerca de 59,7% da área plantada das lavouras no País.

Produção de grãos estadual

Quanto aos estados da Região Nordeste, cinco estados devem apresentar ganhos na produção de grãos na Safra 2024. Em relação ao período anterior, Ceará se destaca com maior acréscimo na produção de grãos na Região, aumento em 257,0 mil toneladas, seguido por Pernambuco (+140,8 mil t) e Paraíba (+115,1 mil t). Também agregaram no incremento na produção regional de grãos: Alagoas (+65,5 mil t) e Rio Grande do Norte (+6,4 mil t), vide Tabela 1.

Quanto ao crescimento na produção de grãos frente à safra passada, Paraíba deverá apresentar maior progresso, aumento em +186,3%, frente à Safra passada, seguido por Pernambuco (+145,9%), Ceará (+54,0%), Alagoas (+49,6%) e Rio Grande do Norte (+16,6%). Salienta-se que as estimativas irão se adequando à medida que novas informações de área plantada vão sendo registradas nos próximos levantamentos mensais agrícolas.

Dentre os grandes produtores de grãos do Nordeste, Bahia lidera como o maior produtor regional de grãos, com participação em 43,9% da produção de grãos na Região. Na sequência, Maranhão (25,2%), Piauí (22,8%), que, somados, os três estados representam cerca de 91,8% do total da produção regional de grãos na Safra de 2024.

Soja

Nacionalmente, a estimativa será quebra de safra na produção nacional de soja, que em média, deverá reduzir a produção de soja em -3,4%, frente à safra passada. Neste período, entre os produtores com expectativa de crescimento estarão Rio Grande do Sul, acréscimo de 7,5 milhões de toneladas e que deverá crescer +59,8%, seguido por Pará (+1.0 milhão toneladas, +33,2%), Piauí (+436 mil toneladas, +12,9%) e Maranhão (+158,0 mil toneladas, +4,2%).

A soja, o principal produto cultivado no Nordeste, deverá crescer +3,8% frente à safra passada, aumento de +557,0 mil toneladas. Este resultado é atribuído às estimativas de produções de soja nos estados do Piauí e do Maranhão, que foram beneficiados tanto pela semeadura mais tardia, assim, aproveitando das precipitações que têm favorecido o desenvolvimento do plantio da soja nessas áreas produtoras, quanto pelo aumento significativo de área cultivada com soja nesses dois estados (crescimento da área plantada de +15,2% no Piauí e de 8,1% no Maranhão), fundamentada pela abertura de novas áreas e pelo deslocamento de áreas cultivadas com milho na safra anterior.

Nos estados da Região, as estimativas de crescimento na produção de soja no Piauí (+12,9%) e no Maranhão (+4,2%) são reflexos do crescimento da área plantada, ganho de produtividade e condições de clima e de solo favoráveis ao desenvolvimento do plantio de soja nestas áreas produtoras na Região Nordeste.

Já na Bahia, a estimativa será de quebra na produção de soja em -0,4%, frente à safra passada (redução em -33,8 mil toneladas), justificada pela irregularidade hídrica e altas temperaturas que acarretaram perdas na fase inicial do plantio de soja no Estado.

Tabela 3 – Brasil e Regiões: Produção de soja (toneladas) e Participação (%) - 2023 e 2024

Brasil e Grandes Regiões	Safra 2023		Safra 2024		Variação das Safras 2024 e 2023	
	Produção (t)	Part. (%)	Produção (t)	Part. (%)	Absoluta	Relativa (%)
Norte	10.054.968	6,6	10.907.640	7,4	852.672	8,5%
Rondônia	2.131.535	1,4	2.147.540	1,5	16.005	0,8%
Acre	45.732	0,0	61.320	0,0	15.588	34,1%
Roraima	453.600	0,3	276.696	0,2	-176.904	-39,0%
Pará	3.115.907	2,1	4.149.364	2,8	1.033.457	33,2%
Amapá	19.536	0,0	20.200	0,0	664	3,4%
Tocantins	4.288.658	2,8	4.252.520	2,9	-36.138	-0,8%
Nordeste	14.756.410	9,7	15.313.477	10,4	557.067	3,8%
Maranhão	3.765.180	2,5	3.923.185	2,7	158.005	4,2%
Piauí	3.387.609	2,2	3.823.687	2,6	436.078	12,9%
Ceará	19.113	0,0	17.995	0,0	-1.118	-5,8%
Alagoas	18.568	0,0	16.510	0,0	-2.058	-11,1%
Bahia	7.565.940	5,0	7.532.100	5,1	-33.840	-0,4%
Sudeste	13.370.561	8,8	12.056.057	8,2	-1.314.504	-9,8%
Minas Gerais	8.459.161	5,6	7.668.613	5,2	-790.548	-9,3%
Rio de Janeiro	-	-	3.077	0,0	-	-
São Paulo	4.911.400	3,2	4.384.367	3,0	-527.033	-10,7%
Sul	38.120.756	25,1	41.737.637	28,4	3.616.881	9,5%
Paraná	22.455.000	14,8	18.570.200	12,6	-3.884.800	-17,3%
Santa Catarina	2.972.269	2,0	2.885.251	2,0	-87.018	-2,9%
Rio Grande do Sul	12.693.487	8,4	20.282.186	13,8	7.588.699	59,8%
Centro-Oeste	75.660.350	49,8	66.827.171	45,5	-8.833.179	-11,7%
Mato Grosso do Sul	14.193.250	9,3	11.289.667	7,7	-2.903.583	-20,5%
Mato Grosso	44.462.908	29,3	39.101.841	26,6	-5.361.067	-12,1%
Goiás	16.749.192	11,0	16.144.963	11,0	-604.229	-3,6%
Distrito Federal	255.000	0,2	290.700	0,2	35.700	14,0%
Brasil	151.963.045	100,0	146.841.982	100,0	-5.121.063	-3,4%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).
Nota (1): Participação em relação ao País.

2.2 Pecuária

As informações para o setor agropecuário seguiram tendência de crescimento no segundo trimestre de 2024. A estimativa de crescimento para a Pecuária foi influenciada principalmente pela produção de bovinos, com peso significativo, será determinante no Valor Bruto da Produção da Pecuária. No entanto, com oferta de carne bovina em excesso, os preços desta serão pressionados. Desta forma, diante do aumento da produção e redução dos preços da carne bovina, projeta-se queda no VBP da bovinocultura em -6,6%, em comparação com 2023, segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA (2024).

O cenário interno positivo tem contribuído para que o País continue como um dos principais produtores do setor no mercado internacional. Tanto os alimentos quanto os insumos agrícolas empreendem progressivamente como instrumentos geopolíticos de poder nas relações entre os países.

Nessa conjunção, após a instabilidade geopolítica internacional devido o conflito entre Rússia e Ucrânia no início de 2022, os mercados voltaram a equilibrar.

No mercado brasileiro, os insumos agropecuários e alguns dos principais itens da produção da pecuária sinalizaram recuperação em seus volumes tanto no País, quanto na Região Nordeste.

No entanto, a conjuntura do setor da pecuária nacional vem sendo impulsionada diante de fatores externos. A estimativa de crescimento da demanda nacional e externa pela carne bovina brasileira se dá tanto na via da queda da oferta de carne bovina dos concorrentes, como Argentina e Uruguai, quanto pela expectativa de aumento de consumo da carne bovina pela China. Assim, concomitantemente, como a carne bovina e de frango são bens substitutos, o aumento das exportações da carne bovina poderá também pressionar a produção da carne de frango no País.

As atividades pesquisadas são do IBGE em seus levantamentos de abate de animais e produções leiteira e de ovos de galinha (Tabela 4).

Tabela 4 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos e produção de ovos de galinha – Brasil – 2º trimestre de 2023 e 2024

Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha	2º trimestre de 2023			2º trimestre de 2024			Variação (%) 2º trimestre 2024 / 2023	
	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste
Número de animais abatidos (Mil cabeças ou carcaças)								
Bovinos	8.478.163	684.571	8,1	9.959.699	808.510	8,1	17,5	18,1
Suínos	14.208.653	149.071	1,0	14.567.372	161.556	1,1	2,5	8,4
Frangos	1.559.395.622	57.216.142	3,7	1.609.748.058	66.661.629	4,1	3,2	16,5
Peso das carcaças (Toneladas)								
Bovinos	2.199.801	178.576	8,1	2.577.776	206.405	8,0	17,2	15,6
Suínos	1.330.637	12.322	0,9	1.344.102	13.420	1,0	1,0	8,9
Frangos	3.360.901	123.474	3,7	3.431.620	144.813	4,2	2,1	17,3
Leite (Mil litros)								
Adquirido	5.789.617	527.731	9,1	5.833.415	557.656	9,6	0,8	5,7
Industrializado	5.776.512	527.434	9,1	5.822.946	556.999	9,6	0,8	5,6
Ovos (Mil dúzias)								
Produção	1.057.747	179.905	17,0	1.161.128	201.830	17,4	9,8	12,2

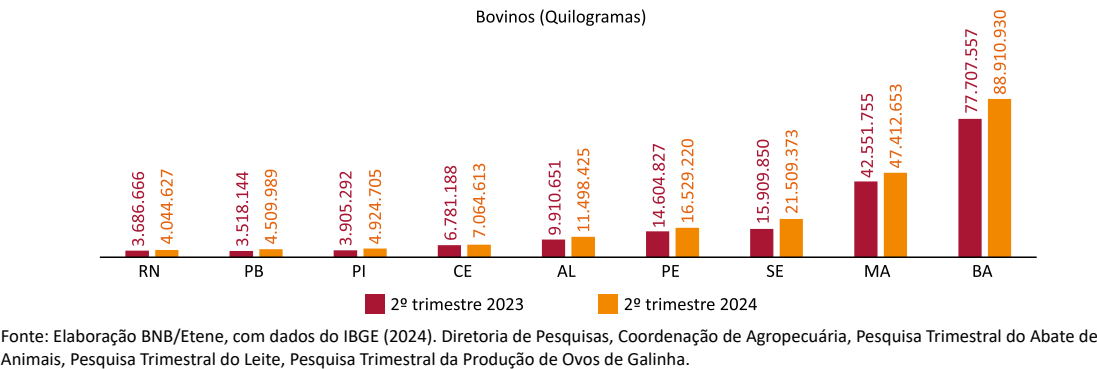
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha.

Bovinos

No País, a quantidade de bovinos abatidos no 2º trimestre de 2024 cresceu 17,5%, frente ao mesmo trimestre do ano anterior, conforme dados da Tabela 1 (IBGE). Foram abatidos, em média, 9,9 milhões de cabeças de bovinas no País, recorde, de acordo com a série histórica iniciada em 1997. Para este período, o aumento na quantidade de bovinos abatidos foi induzido principalmente pela aquecida demanda internacional pela carne brasileira, que elevaram os investimentos. Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, com 1,29 milhão de toneladas exportadas no 1º semestre de 2024, o volume das exportações de carne bovina in natura bateu recorde com crescimento de 27,3%. A receita total ficou em USD 5,69 bilhões, cerca de +17,0% superior ao registrado no mesmo período do ano passado.

A Região Nordeste, que representa 8,1% do quantitativo de bovinos abatidos no País, registrou considerável acréscimo de +18,1%, em comparação ao 2º trimestre de 2023. Nesse período, Sergipe (+39,1%), Piauí (+33,4%), Paraíba (+27,5%) e Alagoas (+19,1%) registraram os maiores crescimentos no quantitativo de bovinos abatidos. Em termos de participação, Bahia (42,5%) marca como o maior abatedor de bovinos na Região, na sequência, Maranhão (23,5%) e Sergipe (9,2%). Desta forma, Bahia ampliou em +50,3 mil cabeças de bovinos, seguida por Maranhão (+23,7 mil bovinos) e Sergipe (+20,9 mil bovinos).

Gráfico 1 – Peso das carcaças de bovinos - Estados do Nordeste - 2º trimestre de 2023 e 2024



Suíños

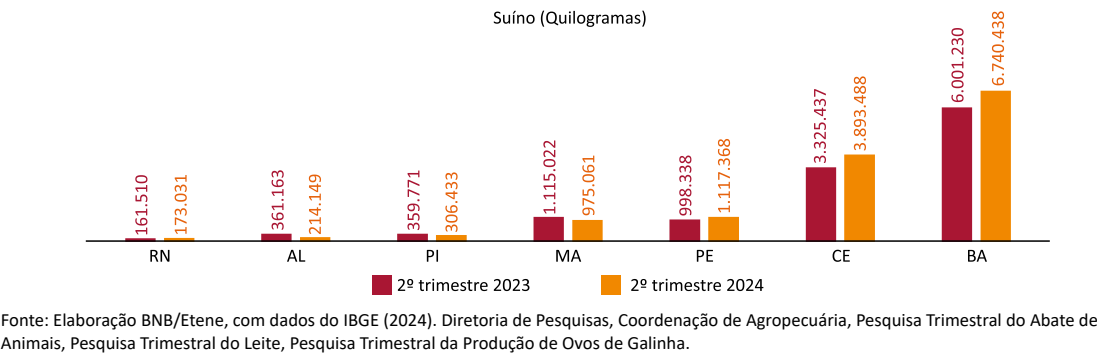
No País (-1,6%), o quantitativo de suínos abatidos apresentou crescimento nos comparativos entre o segundo trimestre de 2024 e 2023. Com maior demanda por carne suína no mercado interno e a oferta não acompanhou essa procura, registraram-se aumentos pontuais nos preços da carne suína, com valorização até a primeira metade do mês de julho de 2024. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior, registrou aumento do volume exportado de carne suína de 4,1%, frente ao 1º semestre de 2023, com 613,7 mil toneladas embarcadas no 1º semestre de 2024. No entanto, apesar do aumento em volume, a receita totalizou R\$ 1,3 bilhão, assim, apresentando forte retração de -8,0% na comparação do mesmo período do ano anterior.

Para o Nordeste, houve acréscimo do quantitativo de suínos abatidos, aumento de +8,4%, frente ao mesmo período do ano anterior. Este fato deriva principalmente pela valorização no mercado interno; agregado a este fator, tem o aumento relativo dos preços da carne bovina, que é um substituído do consumo de carne suína, assim, contribuindo para aumento da demanda por carne suína.

Neste período, entre os produtores dos abates suínos na Região, Bahia desponta como maior rebanho de suíno (peso regional de 45,2%), em seguida, Ceará, segundo maior (peso regional de 28,2%) e em terceiro, Pernambuco, com 10,8% do peso regional.

Quanto ao crescimento, Bahia registra maior variação do número de animais abatidos, aumento +17,3%, frente ao período anterior. Na sequência, Rio Grande do Norte (+8,4%) e Ceará (+8,1%).

Gráfico 2 – Peso das carcaças de suínos - Estados do Nordeste - 2º trimestre de 2023 e 2024



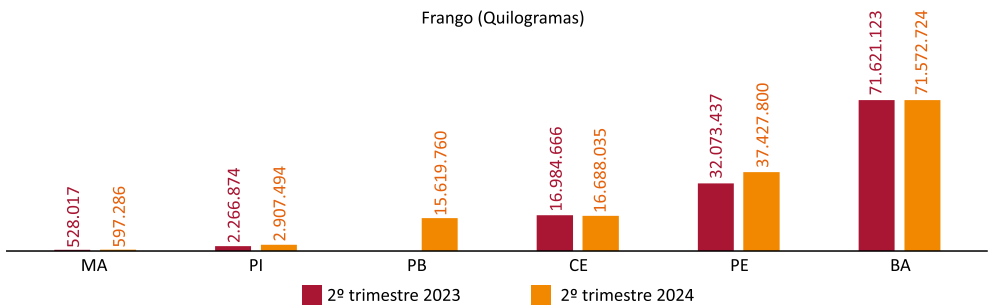
Frangos

No 2º trimestre de 2024, o total de frangos abatidos no País correspondeu a 3,4 milhões de toneladas, ampliação em +2,1%, comparado ao mesmo período do ano anterior. Este fato se deve ao aumento da demanda doméstica, embora, as exportações de carne de frango registraram queda de 1,6% frente ao mesmo período anterior, atingindo o total de carne de frango exportado em 2,58 milhões de toneladas (Secex/ME). Ainda assim, o Brasil responde por quase 35% das vendas mundiais da carne de frango (USDA).

Para o Nordeste, o cenário apresentou-se favorável no abate de frangos para o 1º semestre de 2024, acréscimo no total do peso das carcaças de frango de +17,3%, aumento de 21,3 mil toneladas, frente ao mesmo período do ano anterior. O quantitativo do peso das carcaças de frango abatidos chegou em 144,8 mil toneladas de frango, resultado fortemente determinado pelo crescimento do abate de frangos em Pernambuco.

No Ceará, o crescimento do abate de frango foi de +16,9%, ou seja, acréscimo de 9,3 mil toneladas de frango, frente ao 2º trimestre de 2023, chegando a produzir 37,4 mil toneladas de frango no 2º trimestre de 2024. Além de permanecer como o segundo maior produtor de carne de frango da Região, produzindo cerca de 25,8% do total do abate de frango no Nordeste, atrás apenas de Bahia, que produziu cerca de 49,4% da Região, cerca de 71,5 milhões de toneladas de frango, no 2º trimestre de 2024.

Gráfico 3 – Peso das carcaças de frangos- Estados do Nordeste - 2º trimestre de 2023 e 2024



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

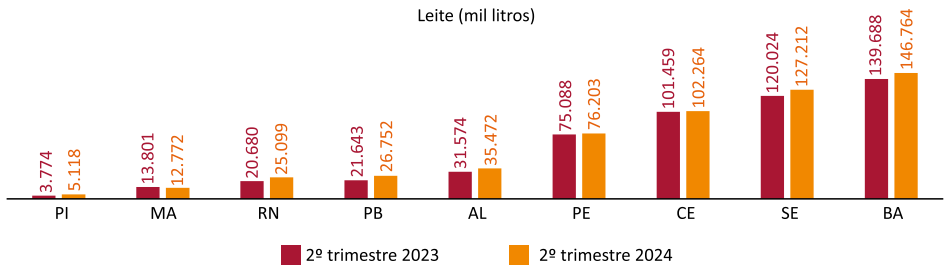
Produção de Leite

Quanto à produção de leite no País, verificou-se ampliação da aquisição tanto para o leite cru (+0,8%) quanto para o industrializado (+0,8%), frente ao 2º trimestre de 2023. A aquisição nacional de leite foi impactada positivamente, sobretudo devido à melhoria nos custos de produção.

No Nordeste, que representa 9,6% da produção nacional, foram captados cerca de 557,6 milhões de litros de leite no 2º trimestre de 2024. Comparativamente ao 2º trimestre de 2023, o acréscimo foi de 29,9 milhões de litros de leite na Região.

Entre os Estados da Região, se destacam no crescimento na produção de leite cru: Sergipe (+7,18 milhões de litros), Bahia (+7,07 milhões de litros) e Paraíba (+5,10 milhões de litros). Consequentemente, Bahia permanece como maior produtor regional de leite, com participação de 26,3% do regional, seguido por Sergipe (22,8% do peso regional) e Ceará (18,3%).

Gráfico 4 – Produção de leite - Estados do Nordeste - 2º trimestre de 2023 e 2024



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

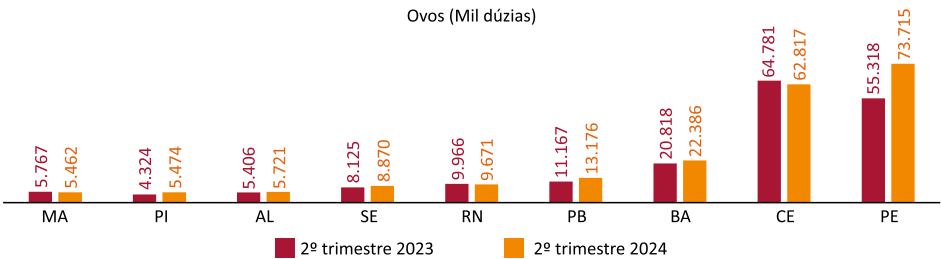
Produção de Ovos

A produção de ovos de galinha no País foi de 1,16 bilhão de dúzias, no 2º trimestre de 2024. No Nordeste, a produção chegou em 201,8 milhões de dúzias de ovos, crescimento de +12,2% ante ao 2º trimestre do ano anterior, valor superior à média nacional, que foi de +9,8%, no período em análise.

Na Região, embora o setor continue sendo impactado pela alta dos custos de produção, a demanda regional por ovos de galinha segue aquecida.

Entre os Estados, Pernambuco (+18,3 milhões de dúzias de ovos) e Paraíba (+2,0 milhões de dúzias de ovos) apresentaram significativos acréscimos na produção de ovos de galinha, em relação ao 2º trimestre de 2023. Neste cenário, Pernambuco continua como maior produtor de ovos da Região, com produção de 73,7 milhões de dúzias, cerca de 36,5% da produção regional de ovos de galinha, seguido por Ceará, com produção de 62,8 milhões de dúzias de ovos, apesar da queda de produção em -3,0%, no período em análise.

Gráfico 5 – Produção de ovos de galinha - Estados do Nordeste - 2º trimestre de 2023 e 2024



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

3 Atividade Industrial

Atividade Industrial Brasil

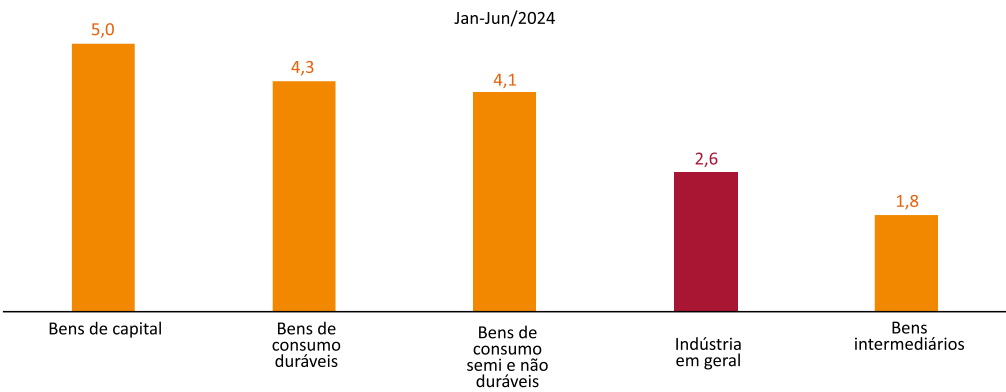
A produção industrial avançou 4,1% em junho de 2024, frente ao mês anterior. Com o aumento, interrompeu dois meses seguidos de taxas negativas e eliminou a perda de 1,8% de abril-maio de 2024. Com esse resultado, a indústria ultrapassa o patamar pré-pandemia (2,8% acima de fevereiro de 2020), mas ainda se encontra 14,3% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

Segundo o IBGE, o avanço mais acentuado em junho está relacionado não só com a base de comparação depreciada, já que os dois meses anteriores foram de queda na produção, mas também com a volta de várias unidades produtivas que foram direta ou indiretamente afetadas pelas chuvas ocorridas no Rio Grande do Sul, em maio de 2024.

Frente a iguais períodos do ano anterior, também se observou avanço em junho (3,2%), contribuindo para o desempenho positivo do semestre (2,6%) e da taxa anualizada encerrada em junho (1,5%). Na comparação trimestral, a indústria nacional teve melhor desempenho no 2º do que no 1º trimestre de 2024 (passando de 1,9% para 3,3%). Nessa comparação, apenas os bens intermediários perderam dinamismo (de 2,7% para 1,0%). Maior destaque ficou com bens de capital (de -1,7% para 11,7%), seguido por bens de consumo duráveis (de 0,8% para 7,7%) e bens de consumo semi e não duráveis (de 1,7% para 6,4%).

Assim, a taxa do 1º semestre do ano refletiu o avanço em todas as 4 grandes categorias econômicas (Gráfico 1): bens de capital (5,0%), bens de consumo duráveis (4,3%), bens de consumo semi e não duráveis (4,1%) e bens intermediários (1,8%), único com desempenho abaixo da média geral (2,6%). Foram impulsionadas, em grande medida, pela maior produção de bens de capital para equipamentos de transporte (10,4%), na primeira; de eletrodomésticos (22,1%), na segunda; e de alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico (5,9%) e carburantes (6,1%), na terceira.

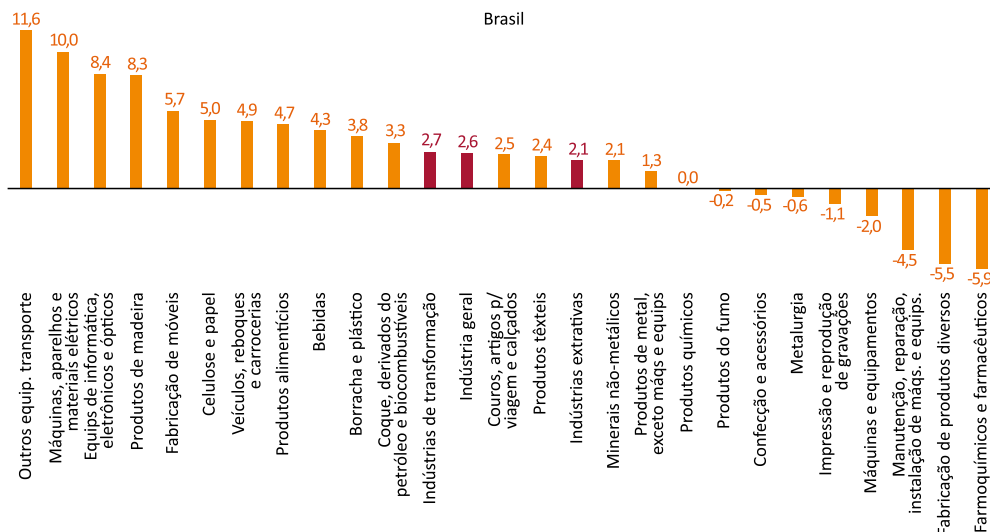
Gráfico 1 – Taxa de crescimento da produção industrial, por grandes categorias econômicas (%) – Brasil – Acumulado 1º semestre de 2024 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados do IBGE.

O desempenho semestral (2,6%) também apontou crescimento na indústria extrativa (2,1%) e de transformação (2,7%), com avanço em 15 de suas 24 atividades (Gráfico 2). Destaque para alimentos (4,7%), derivados do petróleo e biocombustíveis (3,3%) e veículos (4,9%). Dentre os registros negativos: farmoquímicos e farmacêuticos (-5,9%), máquinas e equipamentos (-2,0%), manutenção e instalação de máquinas e equipamentos (-4,5%) e produtos diversos (-5,5%).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Brasil – Acumulado 1º semestre de 2024 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB / Etene, com dados do IBGE.

Análise e perspectiva

Os dados da pesquisa Sondagem Industrial da CNI indicaram uma atividade industrial mais aquecida do que o usual para o mês de junho frente a maio. Houve manutenção do número de empregados, o que foge do usual para o período, que costuma registrar redução. A utilização da capacidade instalada (UCI) aumentou 1 p.p., de 69% para 70%. A percepção dos empresários, a respeito das condições financeiras no 2º trimestre, passou de insatisfação para satisfação. A insatisfação com a margem de lucro ficou ligeiramente menor do que no trimestre anterior e as condições de acesso ao crédito se mantiveram difíceis no período. Os 3 problemas mais apontados, mantiveram-se na passagem do 1º para o 2º trimestre: elevada carga tributária e demanda interna insuficiente – ambos corriqueiramente listados no topo da lista, e a falta ou alto custo de matérias-primas que ganhou destaque desde o trimestre anterior e passou a integrar a terceira posição. Adicionalmente, a preocupação com a taxa de câmbio teve avanço significativo no 2º trimestre, subindo da 17ª para a 4ª colocação.

Apesar das dificuldades apontadas, os empresários melhoraram as expectativas em julho de 2024, de forma mais disseminada e intensa para demanda, compra de insumos e contratação de novos empregados. Segundo a CNI, a expectativa de aquecimento da atividade industrial tem relação com o nível de estoques de produtos acabados que recuou em junho de 2024, ficando abaixo do planejado e apontando para a ampliação da produção, de modo a recompor os estoques. Diante do otimismo, o índice de intenção de investimento se manteve entre junho e julho, ficando em patamar elevado (57,3 pontos) frente à média histórica de 52,0 pontos.

Nesta perspectiva, previsões de mercado têm se mostrado otimistas para o fechamento do ano de 2024. As “Projeções LCA”, por exemplo, projetam crescimento de 3,1% para a indústria em geral, com taxas positivas para as 4 grandes categorias econômicas: bens de capital (3,8%), intermediários (2,7%), de consumo duráveis (3,9%), de consumo semi e não duráveis (3,8%).

Atividade Industrial Nordeste

Junho de 2024, como usual para o mês, foi de desaceleração na indústria do Nordeste (Tabela 1). Frente ao mês passado, porém, registrou a menor taxa do País (-6,0%). Recuou também frente a iguais períodos de 2023: -1,2% no mês de junho; -0,4% no acumulado do 1º semestre; -1,5% na taxa anualizada (nessas duas últimas comparações, superou apenas o Rio Grande do Sul, -1,0% e -2,3%, respectivamente). Ademais, andou na contramão da média nacional que, em parte favorecida pela recuperação da indústria

gaúcha no pós-enchentes, avançou em todas estas comparações: 4,1% frente ao mês passado; 3,2%, frente a junho de 2023; 2,6% no acumulado do ano, e 1,5% na taxa anualizada.

Tabela 1 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – Mês de referência: junho de 2024

Locais	Junho 2024/ Maio 2024	Junho 2024/ Junho 2023	Acumulado Janeiro-Junho	Acumulado nos Últimos 12 Meses
Brasil	4,1	3,2	2,6	1,5
Nordeste	-6,0	-1,2	-0,4	-1,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).

Comparando com o nível de produção exatamente anterior à pandemia (fevereiro de 2020), a defasagem da indústria da Região se ampliou na passagem de maio para junho de 2024. A produção passou de 15,2% para 20,3% a menos do que o realizado antes da crise sanitária. Já em âmbito nacional, essa mesma comparação saiu da defasagem (-1,2%) para ultrapassar em 2,8% a produção realizada em fevereiro de 2020.

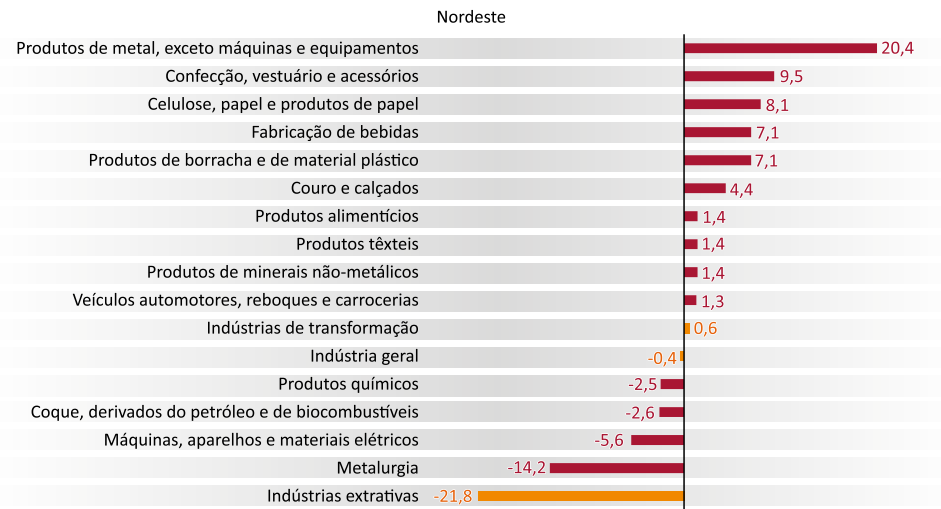
Estes dados revelam as reduzidas taxas regionais observadas nos últimos 12 meses, em grande parte abaixo do desempenho nacional e, conseqüentemente, a necessidade de maiores esforços locais de forma a recuperar perdas.

Análise do comportamento industrial regional

No 1º semestre de 2024, a taxa acumulada da indústria regional (-0,4%) teria melhor resultado não fosse a forte retração na indústria extrativa (-21,8%). Foi influenciada, em especial, pelos recuos em óleos brutos de petróleo, gás natural, minério de cobre e sal associado à extração.

A indústria de transformação ficou positiva (0,6%), avançando em 10 de suas 14 atividades pesquisadas, com destaque para papel e celulose (8,1%), produtos de metal (20,4%), borracha e plástico (7,1%). Já os recuos que mais impactaram foram metalurgia (-14,2%) e derivados do petróleo (-2,6%), que têm forte peso na indústria local (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Nordeste – Acumulado 1º semestre de 2024 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).

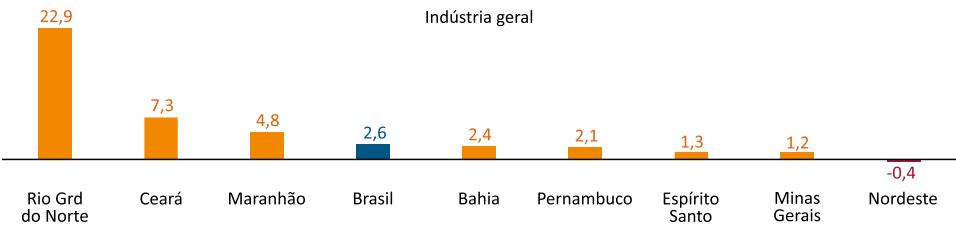
Apesar das dificuldades observadas, foi também possível identificar perspectivas positivas na indústria regional. Conforme os resultados da pesquisa Sondagem Industrial da CNI que pode complementar a percepção sobre a indústria local, houve aumento no número de empregados na passagem de maio para junho de 2024 (o que não ocorria desde novembro de 2023), como também elevação de 3 p.p. na

utilização da capacidade instalada (UCI) que passou de 67% para 70%. Adicionalmente, as expectativas dos empresários do Nordeste se mostraram mais otimistas na passagem de junho para julho de 2024, em todos os índices pesquisados: demanda, exportação, compra de matérias-primas e empregados. Nesse contexto, indicaram maior intensidade na expectativa de investimento para os próximos 6 meses, em compras, construção, pesquisa e inovação.

Atividade Industrial nos Estados da área de atuação do BNB

No primeiro semestre de 2024, a indústria nacional (2,6%) registrou avanço em 16 dos 18 locais pesquisados pelo IBGE. Na área de atuação do BNB, com disponibilidade de dados para o agregado regional e para 7 estados (Gráfico 4), o destaque ficou com o Rio Grande do Norte que cresceu 22,9%. Em seguida, aparecem Ceará (7,3%), Maranhão (4,8%), Bahia (2,4%), Pernambuco (2,1%), Espírito Santo (1,3%) e Minas Gerais (1,2%). A exceção foi a média da Região Nordeste (-0,4%).

Gráfico 4 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil, Nordeste e estados da área de atuação do BNB – Acumulado 1º semestre de 2024 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração Etene/BNB, com dados do IBGE.

A indústria do Rio Grande do Norte (22,9%) garantiu mais uma vez a liderança nacional no acumulado do ano, posição que vem mantendo de forma ininterrupta desde julho de 2023, ou seja, há exatos 12 meses. Neste 1º semestre de 2024, foi puxada por derivados do petróleo e biocombustíveis (58,6%), em especial óleo diesel e gasolina automotiva, e confecção e vestuário (33,8%). Houve retração em alimentos (-6,8%) e indústria extrativa (-67,0%), em especial, óleos brutos de petróleo, gás natural e sal associado à extração.

A indústria do Ceará, 3º melhor desempenho nacional do semestre (7,3%), apresentou avanço intenso e disseminado. Cresceu em 8 das 11 atividades pesquisadas, sendo que em 6 delas, à taxa de 2 dígitos, como: couro e calçado (26,0%), vestuário (26,1%), produtos de metal (35,2%) e têxtil (14,8%). Teria resultado ainda melhor não fosse o acentuado recuo no setor químico (-42,0%), em especial herbicida e inseticida para uso na agricultura. A indústria química cearense reflete, em parte, as dificuldades noticiadas pelo setor em nível nacional. Dentre elas, a elevada taxa de ociosidade, diante do alto custo de insumos e matérias-primas (como o gás natural e o nafta, usados como matéria-prima e combustível na produção), além de maiores volumes de importação a preços reduzidos, em especial da China e EUA que têm acesso a insumos com menores preços.

Pernambuco (2,1%) apresentou avanço disseminado em 9 das 12 atividades pesquisadas, com destaque para veículos (5,6%), produtos de metal (16,9%) e o significativo crescimento de outros equipamentos de transporte (36,5%). Principais influências negativas foram refino e biocombustíveis (-1,8%) e produtos químicos (-3,7%).

A indústria da Bahia cresceu 2,4% no acumulado do ano. Além da indústria extrativa (11,7%), foi favorecida pela indústria de transformação (1,9%) que apresentou baixa incidência de resultados negativos (cresceu em 7 das 10 atividades). Destacaram-se refino de petróleo (4,3%), importante segmento de sua estrutura industrial (responsável por 19% da produção total da indústria de transformação do Estado), e as atividades voltadas ao mercado externo: borracha e plástico (8,3%) e papel e celulose (7,5%). Teria melhor resultado não fosse o recuo em metalurgia (-22,6%).

O Maranhão (4,8%) apontou bom desempenho na indústria de transformação (7,1%), com todas as atividades no positivo, tais como metalurgia (9,1%), papel e celulose (8,2%) e bebidas (10,7%). Contudo, foi afetado pela indústria extrativa (-13,7%), em especial minério de ferro, cujo recuo está, em parte,

associado à queda na demanda internacional, mais diretamente à desaceleração do setor de construção civil na China, maior produtor mundial de aço e principal consumidor do insumo siderúrgico.

O resultado semestral de Minas Gerais (1,2%) e Espírito Santo (1,3%) foi bastante influenciado pelo desempenho da indústria extrativa (5,1% e 1,3%, respectivamente). Na indústria de transformação, contudo, Minas Gerais registrou recuo (-0,4%), enquanto a capixaba cresceu 1,4%.

Tabela 2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades – Brasil, Nordeste e Estados da área de atuação do BNB – Acumulado 1º semestre de 2024 (Base: igual período do ano anterior).

	Brasil	Nordeste	Maranhão	Ceará	Rio Grd do Norte	Pernam-buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Indústria geral	2,6	-0,4	4,8	7,3	22,9	2,1	2,4	1,2	1,3
Indústrias extrativas	2,1	-21,8	-13,7	-	-67,0	-	11,7	5,1	1,3
Indústrias de transformação	2,7	0,6	7,1	7,3	43,8	2,1	1,9	-0,4	1,4
Produtos alimentícios	4,7	1,4	2,0	1,8	-6,8	1,5	2,4	2,9	1,0
Bebidas	4,3	7,1	10,7	10,3	-	1,2	6,6	8,2	-
Produção de fumo	-0,2	-	-	-	-	-	-	9,5	-
Produtos têxteis	2,4	1,4	-	14,8	-	-	-	-	-
Confecção de vestuário e acessórios	-0,5	9,5	-	26,1	33,8	-	-	-	-
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	2,5	4,4	-	26,0	-	-	-4,4	-	-
Celulose, papel e produtos de papel	8,3	8,1	8,2	-	-	1,5	7,5	1,5	-3,4
Coque, derivados do petróleo e de biocombustíveis	5,0	-2,6	-	-1,9	58,6	-1,8	4,3	-2,8	-
Produtos químicos	-1,1	-2,5	-	-42,0	-	-3,7	2,2	-4,6	-
Produtos de borracha e de material plástico	3,3	7,1	-	-	-	0,9	8,3	-4,7	-
Produtos de minerais não metálicos	0,0	1,4	2,5	1,9	-	2,3	-9,8	6,5	1,2
Metalurgia	-5,9	-14,2	9,1	10,8	-	-4,7	-22,6	-5,6	3,7
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	3,8	20,4	-	35,2	-	16,9	-	12,8	-
Máquinas, aparelhos, materiais elétricos	2,1	-5,6	-	-10,5	-	16,0	16,9	12,3	-
Máquinas e equipamentos	-0,6	-	-	-	-	-	-	-15,9	-
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1,3	1,3	-	-	-	5,6	-	0,7	-
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	8,4	-	-	-	-	36,5	-	-	-

Fonte: Elaboração Etene/BNB, com dados do IBGE.

Projeções da Macrométrica, disponíveis para alguns dos estados da área de atuação do BNB, estão otimistas para os resultados industriais de 2024, com maior intensidade do que no mês passado. A previsão para o Ceará passou de 3,72% para 3,78%; Bahia foi de 1,62% para 1,63%; Pernambuco, de 0,75% para 0,76%; Minas Gerais, de 0,78% para 0,89% e Espírito Santo, de 2,26% para 2,32%.

4 Serviços

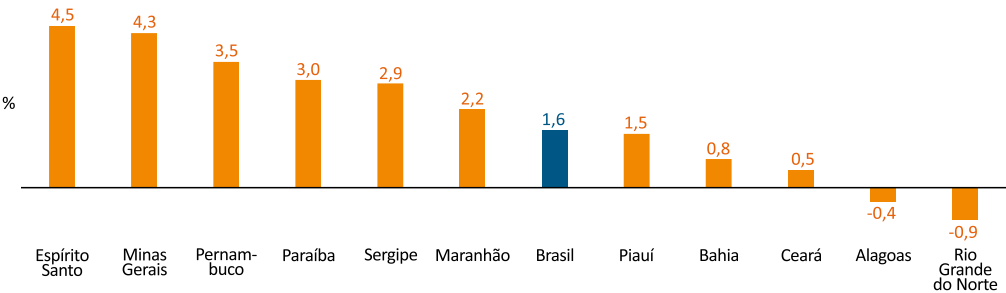
O volume de serviços no Brasil registrou crescimento de 1,6% na comparação do acumulado do primeiro semestre de 2024 com o mesmo período do ano anterior. O resultado foi divulgado pelo IBGE por meio da Pesquisa Mensal de Serviços. O resultado foi influenciado pelo crescimento verificado em todos os grupos pesquisados, são eles: Serviços prestados às famílias (+4,6%), Serviços de informação e comunicação (+5,6%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (+2,1%), Outros serviços (+3,8%) com exceção de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio que teve resultado negativo (-2,5%) na mesma comparação.

Em relação às subatividades, a maioria das atividades registraram variação nacional positiva, com exceção de Serviços administrativos e complementares (-0,7%), Transporte terrestre (-1,6%), Transporte aéreo (-4,8%) e Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio (-4,4%).

Volume de Serviços na área de atuação do Banco do Nordeste

Na análise estadual, registrou-se crescimento acima do resultado nacional (+1,6%) em seis dos estados da área de atuação do Banco do Nordeste, a saber: Espírito Santo (+4,5%), Minas Gerais (+4,3%), Pernambuco (+3,5%), Paraíba (+3,0%), Sergipe (+2,9%) e Maranhão (+2,2%). Os demais estados tiveram resultados positivos, Piauí (+1,5%), Bahia (+0,8%), Ceará (+0,5%) com exceção de Alagoas (-0,4%) e Rio Grande do Norte (-0,9%).

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de serviços – Brasil e Estados selecionados – 1º Semestre 2024/2023



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços.

O IBGE analisa o desempenho das atividades apenas em cinco, dentre os onze estados pertencentes à área de atuação do BNB, onde os destaques positivos foram verificados nos Serviços prestados às famílias, na Bahia (+11%), Serviços de informação e comunicação, em Pernambuco (+11,9%) e em Minas Gerais (+15,4%). Os destaques negativos foram em Serviços prestados às famílias, no Espírito Santo (-7,6%) e em Outros serviços, em Pernambuco (-7,2%) e em Minas Gerais (-8,3%).

Tabela 1 – Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades – Brasil e Estados selecionados ⁽¹⁾

Atividades e Subatividades *	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	4,6	5,7	7,7	11,0	8,2	-7,6
Serviços de alojamento e alimentação	4,8	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	3,6	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	5,6	4,5	11,9	-0,8	15,4	2,8
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	6,0	-	-	-	-	-
Telecomunicações	5,2	-	-	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	6,8	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	2,9	-	-	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	2,1	-0,2	7,6	1,6	-3,8	2,8
Serviços técnico-profissionais	6,7	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	-0,7	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-2,5	-2,0	-2,0	-1,3	3,8	7,2
Transporte terrestre	-1,6	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	2,2	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	-4,8	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	-4,4	-	-	-	-	-
Outros serviços	3,8	-4,0	-7,2	-5,9	-8,3	5,4
Total	1,6	0,5	3,5	0,8	4,3	4,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Notas (1): Variação % do acumulado 1º Semestre de 2024/2023. O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

No acumulado do primeiro semestre de 2024 (janeiro a junho), frente a igual período do ano anterior, o setor de serviços apresentou expansão de 1,6%, com quatro das cinco atividades de divulgação apontando taxas positivas e crescimento em 55,4% dos 166 tipos de serviços investigados.

Em junho, o setor estava 14,3% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020. Na comparação com junho de 2023, o crescimento foi de 1,3%. Já no acumulado do primeiro semestre de 2024, o volume de serviços teve alta de 1,6% frente ao mesmo período de 2023. Nos últimos 12 meses, o setor mostrou perda de dinamismo, passando de 1,2% em maio para 1,0% em junho.

Com isso, o volume de serviços chegou ao patamar recorde da série, 0,5% acima do antigo ápice, alcançado em dezembro de 2022(Gráfico 2).

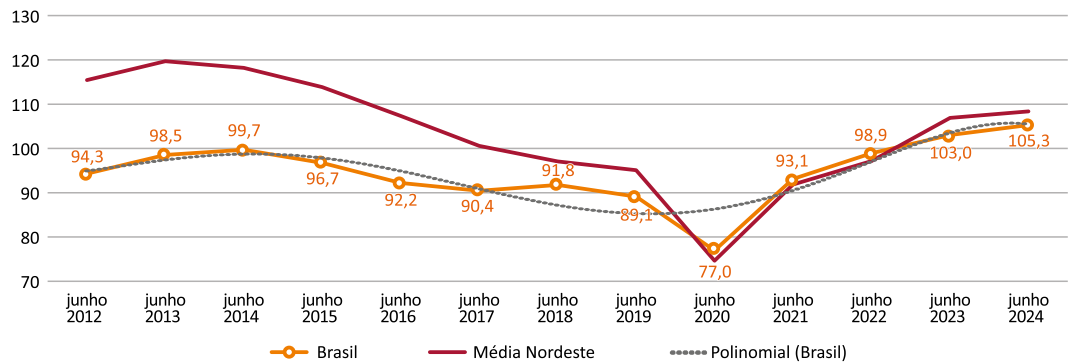
O crescimento foi disseminado entre as cinco atividades pesquisadas, já que todas apresentaram expansão, aponta a pesquisa. O principal destaque foi para o crescimento no setor de transportes muito em função do transporte aéreo, impulsionado pela queda dos preços das passagens aéreas. Mas também contribuíram o transporte dutoviário e a navegação de apoio marítimo, atividades relacionadas com as indústrias extrativas, como a de gás e a de óleos brutos de petróleo, detalha o Instituto.

Outro destaque positivo foi o setor de informação e comunicação, que cresceu 2,0% após recuo de 1,1% no mês anterior, influenciado pelo bom desempenho dos serviços de tecnologia da informação, dos serviços de streaming e de telecomunicações. O setor de informação e comunicação também atinge o ápice da sua série histórica em junho de 2024. O comportamento dos serviços de tecnologia desde o pós-pandemia tem se mostrado fundamental para o volume de serviços do País, principalmente pelo aumento considerável nos serviços voltados às empresas, notadamente os serviços de tecnologia da informação.

As demais altas foram das atividades de serviços profissionais, administrativos e complementares, com crescimento de 1,3%, recuperando parte da perda de 3,2% observada no período abril-maio. No setor, destacam-se a organização de eventos (exceto esportivos e culturais), administração de cartão de desconto e programas de fidelidade e serviço de engenharia.

A alta de 1,6% em outros serviços recupera a queda de 1,5% registrada em maio, com destaque para serviços financeiros auxiliares, recuperação e manutenção de computadores e corretoras de títulos e valores mobiliários. Por fim, a variação positiva de serviços prestados às famílias, de 0,3%, foi motivada pelos espetáculos teatrais e musicais.

Gráfico 2 – Índice do Volume de Serviços – Brasil e Média dos Estados da área de atuação do Banco do Nordeste – Junho 2011 a 2024 (2022=100).



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços - março 2024.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Mensal de Serviços - PMS.

5 Varejo

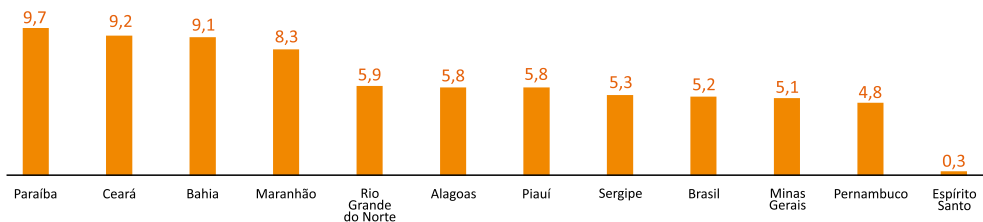
O volume de vendas do Comércio Varejista restrito no Brasil cresceu 5,2% no primeiro semestre de 2024 na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Comércio Varejista Ampliado que, além das atividades do varejo restrito, inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças, Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas apresentou crescimento de 4,3% na mesma comparação.

Dentre os grupos de atividades pesquisadas e analisadas para o Brasil, os maiores crescimentos foram verificados em Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (+14%) e em Veículos e motos, partes e peças (+12,2%).

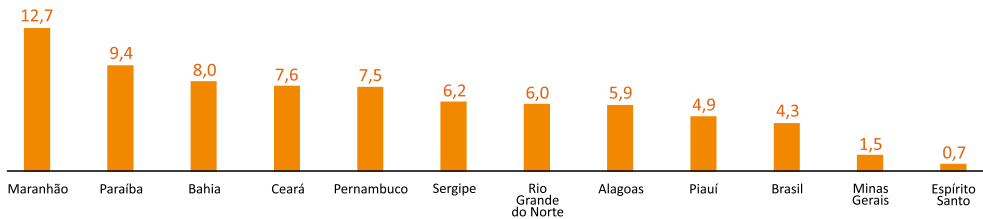
Em relação aos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, todos registraram volume de crescimento positivo para o comércio varejista restrito no primeiro semestre de 2024 na comparação com o mesmo período do ano anterior, com destaques para a Paraíba (+9,7%), Ceará (9,2%), Bahia (9,1%) e Maranhão (+8,3%). Quanto ao comércio varejista ampliado todos os estados da área de atuação também tiveram resultados positivos com destaque para o Maranhão (+12,7%).

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de varejo restrito - Brasil e estados selecionados – 1º semestre 2024/2023



Fonte: IBGE/PMC (2024). Elaboração: BNB/Etene(2024).

Gráfico 2 – Variação (%) do volume de vendas varejo ampliado - Brasil e estados selecionados – 1º semestre 2024/2023



Fonte: IBGE/PMC (2024). Elaboração: BNB/Etene(2024).

Dentre os cinco estados pertencentes a área de atuação do Banco do Nordeste no qual são analisadas as atividades, as que apresentaram destaques positivos foram Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos no Espírito Santo (+20,3%) e Minas gerais (14,8%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação em Minas Gerais (+96,6%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico no Espírito Santo (+39,3%), Veículos, motocicletas, partes e peças em Pernambuco (+24,3%) e Material de Construção na Bahia (21,3%).

Tabela 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados 1º semestre 2024/2023.

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	5,2	9,2	4,8	9,1	5,1	0,3
Combustíveis e lubrificantes	-1,9	12,9	0,5	2,2	-12,3	2,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	6,0	7,0	5,7	11,9	6,1	2,8
<i>Hipermercados e supermercados</i>	6,6	7,7	7,5	12,9	6,9	-1,6
Tecidos, vestuário e calçados	-0,4	2,8	-9,5	0,0	-0,7	0,2
Móveis e eletrodomésticos	2,5	6,6	6,9	7,3	1,1	1,3
<i>Móveis</i>	4,1	12,6	-1,7	9,4	-2,5	5,5
<i>Eletrodomésticos</i>	2,3	5,6	9,8	5,8	2,8	0,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	14,0	18,9	9,1	13,8	14,8	20,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	-7,6	0,2	2,8	-26,2	-10,9	-5,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	3,0	-11,6	-10,7	13,1	96,6	-14,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,7	16,9	8,3	14,0	18,8	39,3
Comércio varejista ampliado	4,3	7,6	7,5	8,0	1,5	0,7
Veículos, motocicletas, partes e peças	12,2	2,9	24,3	12,1	9,4	14,0
Material de construção	2,0	9,2	0,3	21,3	2,9	-21,9
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-6,5	5,8	-0,1	-3,9	-17,2	-4,9

Fonte: IBGE/PMC (2024). Elaboração: BNB/Etene(2024).

A última atualização da Pesquisa Mensal do Comércio ocorreu em 2017 tendo como referência a pesquisa Anual do Comércio de 2014. Na ocasião, segundo o IBGE, foram selecionadas 6157 empresas. Nos anos seguintes foram identificadas necessidades por novas informações decorrentes de mudanças na economia e defasagem das bases amostrais.

No setor de comércio, foi identificada pelo Instituto a necessidade de ampliação do âmbito da pesquisa para englobar informações referentes ao segmento de Atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo, os atacarejos. Até então não eram investigadas as receitas dos supermercados classificados como comércio atacadista e uma parte importante de vendas nesse segmento não era identificada. A mudança foi importante, pois esse tipo de comércio ganhou força durante a pandemia e a inclusão da atividade aprimora a informação da atividade de varejo e atacado de alimentos. Num ambiente de inflação e de queda da renda, as famílias mudaram o padrão de consumo.

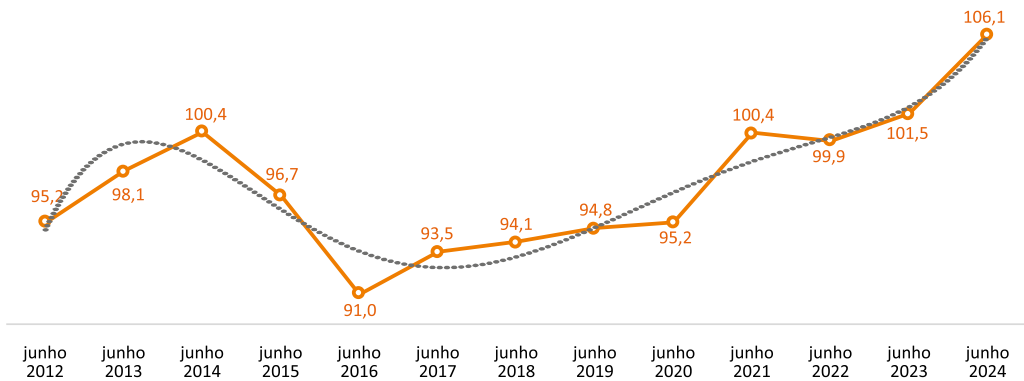
Nesse novo segmento, houve queda de 6,5% em junho, acontece após cinco meses seguidos em alta, período que culminou com o recorde da série histórica em maio. O efeito rebote, ou seja, uma retração natural do volume de vendas depois de forte crescimento, além de reduções expressivas verificadas nas atividades de Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, e de Outros artigos de uso pessoal e doméstico são os dois principais fatores que explicam o recuo das vendas no varejo em junho”, segundo o IBGE.

A intensa queda dos setores de Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que é a principal atividade do comércio varejista, e de Outros artigos de uso pessoal e doméstico pode ser explicada pela pressão inflacionária. Apesar de o índice geral da inflação ter diminuído em junho, o principal fator inflacionário naquele mês foi a alimentação no domicílio.

O comércio varejista com o resultado do índice 106,1 em junho de 2024, completou o quarto ano consecutivo com ganhos e desempenho superior a 2020. Na análise da série histórica do número índice de junho (2014-2024), o ano de 2024 continua com trajetória ascendente e com nível superior ao pico da

série registrado em 2014. Esse índice é retorno de um crescimento sustentado considerando que 2023 foi o ano com completa reabertura da economia e suspensão quase que total das barreiras sanitárias devido à pandemia da Covid-19. Sendo assim, 2024 inicia se com expectativa de crescimento sustentado consolidando o fim dos problemas econômicos trazidos pela pandemia.

Gráfico 3 – Variação (%) acumulada do volume de vendas do Comércio Varejista - Brasil – Número índice junho 2014 a 2024



Fonte: IBGE/PMC (2024). Elaboração: BNB/Etene(2024).

Espera-se em 2024 o uso da inteligência artificial com impactos em áreas como análise de crédito, alocação de pessoal, marketing, logística e portanto com ganhos para o setor. Os shoppings centers ainda possuem um papel importante, mas os varejistas irão rever o tamanho das lojas e por consequência o seu sortimento com o desafio de equilibrar estoques e a experiência dos clientes. Outro ponto é a consolidação de novos pontos de venda a exemplo de strip malls, aeroportos e terminais de ônibus como alternativa a shoppings e lojas de rua, fortalecendo o varejo de vizinhança. Movimento semelhante será a profissionalização do varejo de proximidade com lojas menores e oferta de conveniência concorrendo diretamente com a informalidade.

A volta do consumo de bens de maior valor está sendo impulsionada em 2024 pela queda de juros. Soma-se a isso o Programa Desenrola que ajudou a regularizar as finanças dos consumidores, trazendo uma massa importante de volta ao consumo, dentre outros programas. A sinalização tem sido destacada por fabricantes e redes de supermercados, atacarejos e farmácias nas últimas semanas, ainda que de forma cautelosa. Há indicadores positivos que podem, inclusive, melhorar resultados e margens dos grupos, caso se consolidem como tendência.

Observa-se uma mudança de foco de consumo nos últimos meses que passa de um cenário de orçamento mais restrito, concentrado em produtos básicos, para um momento com mais espaço para que haja consumo de outros tipos de produtos. Tal cenário tem relação com o aumento do crédito, em virtude da diminuição da taxa básica de juros, assim como crescimento da massa de rendimento real e da população ocupada.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Mensal de Comércio - PMC.

6 Turismo

Entre janeiro e junho de 2024, as atividades turísticas no Brasil registraram uma expansão de 1,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em junho de 2024, especificamente, o índice de volume de atividades turísticas cresceu 3,9%, em relação a junho de 2023, revertendo a queda de 1,6% observada em maio. Quando comparado ao mês imediatamente anterior, com ajustes sazonais, junho de 2024 apresentou um crescimento de 3,4%, após uma retração de 0,9% em maio. Além disso, o acumulado em 12 meses também registrou um crescimento de 3,4%, em relação ao período equivalente do ano anterior. Com esse desempenho, o setor turístico no Brasil está apenas 0,1%, abaixo do seu pico histórico, registrado em fevereiro de 2014.

Esse resultado positivo foi impulsionado, principalmente, pelo aumento de receitas em setores como restaurantes, serviços de bufê, transporte aéreo de passageiros, hotéis, espetáculos teatrais e musicais, além de agências de viagens, conforme apontado pela Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos estados atendidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e contemplados na pesquisa, Bahia e Ceará se destacaram com os maiores crescimentos em junho de 2024, comparados ao mesmo mês do ano anterior, com variações de 19,2% e 14,4%, respectivamente. Em relação ao mês imediatamente anterior, com ajustes sazonais, os crescimentos foram de 5,5% na Bahia e 5,0% no Ceará. No acumulado do ano, a Bahia se consolidou como o maior impulsionador da atividade turística no Brasil, com um crescimento de 9,1%, seguida por Minas Gerais, com 9,0% (Tabela 1).

No primeiro semestre de 2024, houve um aumento de 14,8% na receita gerada pelo turismo no país, em relação ao mesmo período de 2023, alcançando US\$ 3,7 bilhões, conforme dados da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) e do Banco Central do Brasil (BCB). Crescimento também observado no fluxo de passageiros nos aeroportos brasileiros; De acordo com a análise de dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o desembarque de passageiros internacionais em solo brasileiro registrou um aumento de 21,5%, no primeiro semestre de 2024, em comparação com o mesmo período de 2023, totalizando 5,9 milhões de passageiros. Já os desembarques domésticos cresceram 1,0%, atingindo 44,3 milhões de passageiros (Tabela 2).

Ao analisar as macrorregiões, o Nordeste apresentou o maior crescimento no número de passageiros domésticos no acumulado de janeiro a junho de 2024, com um aumento de 4,6% em comparação com 2023, seguido pelas regiões Norte (4,2%) e Sudeste (2,4%). Por outro lado, as regiões Sul e Centro-Oeste registraram retração na atividade turística, com quedas de 6,7% e 4,0%, respectivamente.

No cenário internacional, as regiões Norte, Sul e Nordeste destacaram-se com os maiores aumentos nos desembarques de passageiros, com variações de 52,1%, 49,5% e 39,4%, respectivamente. No entanto, essas regiões representam uma parcela menor em comparação com a Região Sudeste, que, apesar de um crescimento de 18,6% no período, concentra cerca de 85% dos desembarques internacionais de passageiros no Brasil (Tabela 3).

Nos estados de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o crescimento na atividade turística foi confirmado pelos números de desembarques de passageiros. Na Bahia, os desembarques de passageiros internacionais subiram 48,2% no primeiro semestre de 2024 em comparação com o mesmo período de 2023. Os desembarques domésticos também cresceram significativamente, um aumento de 7,9% no período.

O Ceará, que obteve o segundo maior crescimento no turismo em junho, teve seu desempenho impulsionado principalmente pelo turismo internacional. O Estado registrou um aumento de 46,8% nos desembarques internacionais, enquanto observou uma leve queda de 2,1% no número de passageiros domésticos. Minas Gerais, destacou-se pelo aumento expressivo nos desembarques internacionais, que cresceram 82,5%. Além disso, o Estado também registrou um crescimento de 8,0% nos desembarques de passageiros domésticos.

Entre os demais estados que se destacaram nos desembarques domésticos. Sergipe apresentou o maior crescimento, com um aumento de 25,6% no primeiro semestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023. Paraíba e Maranhão seguiram com aumentos de 17,3% e 16,8%, respectivamente. Esses dados reforçam a importância do turismo para o aquecimento econômico tanto na área de atuação do Banco do Nordeste quanto no Brasil como um todo (Tabela 4).

Tabela 1 – Indicadores de Volume das Atividades Turísticas, segundo Brasil e Unidades da Federação – Junho de 2024 – Variação (%).

Brasil e Unidade da Federação	Mês/Mês anterior*			Interanual			Acumulado do ano			Últimos 12 meses		
	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN
Brasil	2,2	-0,9	3,4	3,8	-1,6	3,9	1,3	0,7	1,3	4,7	3,8	3,4
Ceará	8,2	-1,3	5,0	3,0	1,5	14,4	-4,1	-3,1	-0,5	-7,5	-7,2	-5,5
Pernambuco	0,3	0,5	2,3	8,0	3,1	4,5	5,2	4,8	4,8	3,5	3,6	3,0
Bahia	-4,4	0,1	5,5	12,7	6,5	19,2	7,7	7,5	9,1	9,9	9,3	9,7
Minas Gerais	5,5	-0,6	1,6	15,3	8,1	9,1	9,2	9,0	9,0	12,6	11,8	11,1
Espírito Santo	2,7	3,3	4,1	-9,5	-8,2	-0,8	-10,9	-10,4	-8,8	-3,8	-5,2	-6,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. * Com ajuste sazonal.
NOTA: O Índice de Atividades Turísticas – latur é construído através do agrupamento das seguintes atividades: Alojamento e alimentação; Serviços culturais, desportivos, de recreação e lazer; Locação de automóveis sem condutor; Agências de viagens e operadoras turísticas; Transportes turísticos (Transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; Trens turísticos, teleféricos e similares; Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; Outros transportes aquaviários e Transporte aéreo de passageiros).

Tabela 2 – Embarques e desembarques nacionais por tipo - Acumulado de 2023 e 2024 entre os meses de janeiro e junho

Processo	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	var. (%)
Desembarque doméstico	43.886.017	44.304.474	1,0
Desembarque Internacional	4.832.619	5.871.958	21,5
Embarque doméstico	43.886.017	44.304.474	1,0
Embarque internacional	5.086.832	6.056.303	19,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Tabela 3 – Desembarques de passageiros, por natureza, em aeroportos – Brasil e Regiões – acumulado de 2023 e 2024 entre os meses de janeiro e junho.

Brasil e Regiões	Internacional			Doméstico		
	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)
Nordeste	207.673	289.525	39,4	8.427.264	8.812.196	4,6
Norte	51.680	78.601	52,1	2.357.794	2.455.842	4,2
Centro-oeste	123.273	155.393	26,1	5.527.690	5.309.290	-4,0
Sudeste	4.224.973	5.012.114	18,6	21.985.175	22.511.892	2,4
Sul	225.020	336.325	49,5	5.588.094	5.215.254	-6,7
Brasil	4.832.619	5.871.958	21,5	43.886.017	44.304.474	1,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Tabela 4 – Desembarques de passageiros em aeroportos por natureza do voo – Nordeste e Estados – acumulado de 2023 e 2024 entre os meses de janeiro e junho.

Estados / Região	Internacional			Doméstica		
	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)
Alagoas	6.750	9.870	46,2	540.570	594.770	0,4
Bahia	65.026	96.343	48,2	2.365.014	2.484.391	7,9

Estados / Região	Internacional			Doméstica		
	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)
Ceará	60.104	88.231	46,8	1.464.078	1.370.995	-2,1
Maranhão	-	-	-	421.793	442.089	16,74
Paraíba	232	117	-49,6	366.438	433.700	17,75
Pernambuco	58.916	73.334	24,5	2.214.848	2.404.212	1,2
Piauí	-	-	-	252.086	263.942	15,83
Rio Grande do Norte	16.645	21.630	29,9	536.048	531.397	-2,4
Sergipe	-	-	-	266.389	286.700	25,56
Nordeste	207.673	289.525	39,4	8.427.264	8.812.196	4,6
Minas Gerais	67.415	123.036	82,5	2.858.423	3.086.028	8,0
Espírito Santo	-	-	-	705.894	696.510	-1,3

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

7 Mercado de Trabalho

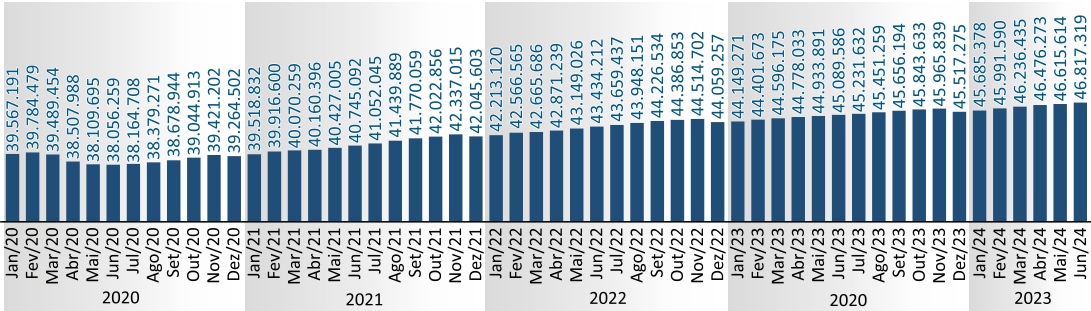
7.1 Mercado de trabalho formal no Brasil

Os principais indicadores do mercado de trabalho formal vêm paulatinamente mostrando recuperação e estabilidade no País e em todas as cinco regiões brasileiras, no decorrer do ano de 2024, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

O Gráfico 1 traz um conjunto de dados referente ao estoque de emprego formal, revelando um padrão de crescimento mais vigoroso do mercado de trabalho a partir de janeiro de 2021. No atual cenário, ano de 2024, em particular, a expansão do mercado de trabalho foi marcada por estabilidade.

Assim, o nível de emprego celetista no Brasil contabilizou 46,8 milhões de vínculos celetistas ativos. Desta forma, o nível de emprego obteve expansão de +2,86% em relação ao estoque de emprego do ano de 2023.

Gráfico 1 – Brasil: Evolução do Estoque de emprego¹ - 2020 a 2024⁽²⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).
Nota (1): A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes conforme atualização de dados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE); (2) Dados disponíveis até junho de 2024.

Quanto à movimentação do emprego no País, as contratações superaram as demissões, gerando saldo de emprego em +1.300.044 novos postos de trabalho, no acumulado de janeiro de junho de 2024. Este resultado foi obtido da movimentação de 13.136.642 admissões e dos 11.836.598 desligamentos, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

No País, todos os cinco grupos dos setores econômicos apresentaram saldo de emprego positivo no acumulado de 2024 (Tabela 1). Neste período, Serviços (+716.909) obteve maior fechamento líquido de postos de trabalho, com destaque do saldo de empregos nas Atividades de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+280.346), Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (+260.465), Transporte, armazenagem e correio (+65.876) e Alojamento e alimentação (+83.246).

Tabela 1 – Brasil e Regiões: Saldo de empregos, por setor econômico – 1º semestre de 2024

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-1.965	-10.739	56.610	-531	18.257	73.809
Indústria geral	13.800	-7.095	128.975	80.288	26.314	242.314
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	77	2.771	2.804	1.053	2.091	8.799
Eletricidade e Gás	268	194	1.007	277	320	2.066
Indústrias de Transformação	12.202	-11.461	121.388	78.558	22.746	223.460

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Indústrias Extrativas	1.253	1.401	3.776	400	1.157	7.989
Construção	13.839	24.168	87.636	28.875	25.438	180.779
Comércio	10.227	19.113	29.378	12.294	15.224	86.254
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	2.365	6.382	13.445	6.474	4.103	32.769
Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores	3.246	9.550	22.689	9.547	4.878	49.910
Comércio Varejista	4.616	3.181	-6.756	-3.727	6.243	3.557
Serviços	40.683	116.891	359.563	123.126	72.698	716.909
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	12.705	44.375	141.878	41.113	19.703	260.465
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	4.871	4.764	25.781	6.740	1.466	43.624
Educação	4.985	20.747	56.919	19.084	9.724	111.459
Saúde Humana e Serviços Sociais	2.849	18.864	59.178	15.289	8.513	105.382
Alojamento e alimentação	3.503	5.294	26.395	-3.077	6.238	38.354
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	18.117	52.009	117.982	62.757	26.384	280.346
Outros serviços	2.876	10.226	25.007	7.900	8.362	54.424
Serviços domésticos	3	-19	-1	53	21	74
Transporte, armazenagem e correio	3.479	5.006	48.302	14.380	11.990	83.246
Não identificado	0	-6	-10	1	-6	39
Total	76.584	142.332	662.152	244.053	157.925	1.300.044

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).

Regionalmente, nota-se que a expansão do número de novos postos de trabalho formal vem ocorrendo de forma generalizada, abrangendo todas as regiões do País. No acumulado do 1º semestre de 2024, o Sudeste (+662.152) e Sul (+244.053) foram as regiões com maior saldo de empregos positivos. Vale enfatizar que Nordeste apresentou taxa de crescimento positiva do saldo de empregos em todos os seis primeiros meses de 2024, ressaltando com maior nitidez o processo de recuperação do mercado de trabalho entre as Regiões. Neste período, Nordeste configura como a quarta região brasileira que mais gerou empregos no ano de 2024, conforme dados da Tabela 2.

Em junho de 2024, diante da catástrofe socioambiental que abalou o Sul do País, as fortes chuvas geraram grande impacto na economia da Região, especificamente no Estado do Rio Grande do Sul. Desde a catástrofe, a Região Sul apresentou perda de -8.815 postos de trabalho no mês de maio deste ano, reflexo dos impactos econômicos causados pelas enchentes (Tabela 2). Entre seus estados, Paraná (+13.572) e Santa Catarina (+10.284) computaram saldo de emprego positivo. No entanto, o Rio Grande do Sul, estado de maior propagação das enchentes, registrou perda de 30.559 postos de trabalho, desde o início das chuvas no Estado gaúcho.

Tabela 2 – Brasil e Regiões: Evolução do saldo de emprego – Acumulado do 1º semestre de 2024

Brasil e Regiões	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	Acumulado de 2024(1)	Participação no saldo de empregos 2024
Norte	3.580	18.103	10.125	15.895	10.620	18.261	76.584	5,9%
Nordeste	9.582	12.332	16.544	24.062	33.872	45.940	142.332	10,9%

Brasil e Regiões	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	Acumulado de 2024(1)	Participação no saldo de empregos 2024
Sudeste	51.074	157.525	147.169	125.155	87.548	93.681	662.152	50,9%
Sul	65.074	84.524	42.739	45.244	-8.815	15.287	244.053	18,8%
Centro-Oeste	38.719	33.637	28.073	24.518	9.878	23.100	157.925	12,1%
Não identificado	74	91	195	4.964	6.238	5.436	16.998	1,3%
Brasil	168.103	306.212	244.845	239.838	139.341	201.705	1.300.044	100,0%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).

Quanto ao estoque de emprego, o Nordeste (+7.758.766) configura como a terceira região brasileira com maior estoque de empregos formais do País, com participação de 16,6% do estoque de emprego, ficando atrás apenas do Sudeste (23.908.561), com 51,1% do estoque de empregos nacional e do Sul (8.568.031; 18,3% do estoque de empregos do País), (Tabela 2).

Sendo assim, para o primeiro semestre de 2024, numa perspectiva de cenário otimista, tanto a nível nacional quanto regional, a estimativa do estoque de emprego seguirá tendência de crescimento, em razão, principalmente, da recuperação econômica dos setores como Serviços e Comércio, além de deterem maior parcela do estoque de empregos, e pelo crescimento acelerado do setor da Construção, que vem apresentando crescimento médio de 8,0% a.a. para os últimos 4 anos.

Tabela 3 – Brasil: Movimentação do emprego, por Grande Região e Estados - Acumulado de 2024

Brasil / Regiões / Unidades Federativas	Admitidos	Desligados	Saldos	Estoque	Variação Relativa (%) (1)	Participação no Estoque do Brasil (%)
Norte	621.061	544.477	76.584	2.343.759	3,38	5,0%
Rondônia	86.817	79.929	6.888	292.191	2,41	0,6%
Acre	28.343	23.205	5.138	108.974	4,95	0,2%
Amazonas	139.001	119.495	19.506	536.607	3,77	1,1%
Roraima	24.620	20.913	3.707	79.902	4,87	0,2%
Pará	247.000	218.599	28.401	976.938	2,99	2,1%
Amapá	25.253	19.726	5.527	91.885	6,40	0,2%
Tocantins	70.027	62.610	7.417	257.262	2,97	0,5%
Nordeste	1.705.638	1.563.306	142.332	7.758.766	1,87	16,6%
Maranhão	133.407	122.551	10.856	653.590	1,69	1,4%
Piauí	78.664	67.221	11.443	359.980	3,28	0,8%
Ceará	304.177	272.648	31.529	1.384.863	2,33	3,0%
Rio Grande do Norte	117.409	104.349	13.060	514.981	2,60	1,1%
Paraíba	109.599	102.967	6.632	493.937	1,36	1,1%
Pernambuco	310.665	293.157	17.508	1.474.475	1,20	3,1%
Alagoas	89.533	97.585	-8.052	438.150	-1,80	0,9%
Sergipe	66.249	61.328	4.921	332.060	1,50	0,7%
Bahia	495.935	441.500	54.435	2.106.730	2,65	4,5%
Sudeste	6.749.498	6.087.346	662.152	23.908.561	2,85	51,1%
Minas Gerais	1.464.506	1.302.367	162.139	4.933.054	3,40	10,5%
Espírito Santo	290.756	260.842	29.914	904.242	3,42	1,9%
Rio de Janeiro	846.842	755.985	90.857	3.829.889	2,43	8,2%
São Paulo	4.147.394	3.768.152	379.242	14.241.376	2,74	30,4%
Sul	2.714.067	2.470.014	244.053	8.568.031	2,93	18,3%

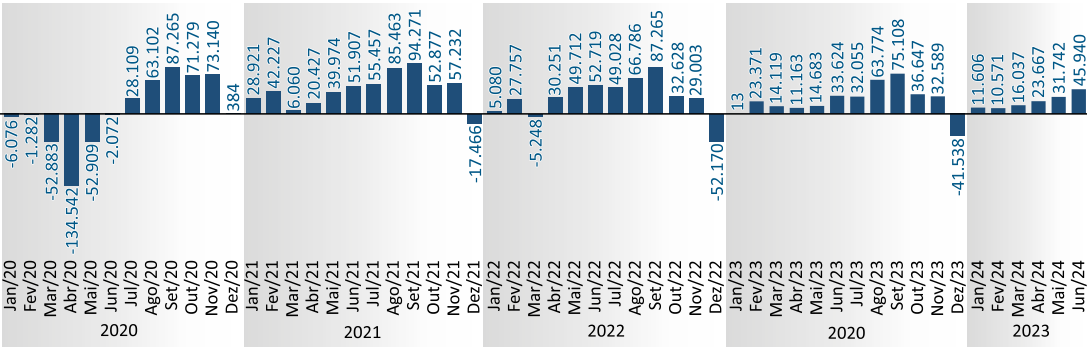
Brasil / Regiões / Unidades Federativas	Admitidos	Desligados	Saldos	Estoque	Variação Relativa (%) (1)	Participação no Estoque do Brasil (%)
Paraná	1.043.392	933.479	109.913	3.201.314	3,56	6,8%
Santa Catarina	886.284	790.886	95.398	2.557.424	3,87	5,5%
Rio Grande do Sul	784.391	745.649	38.742	2.809.293	1,40	6,0%
Centro-Oeste	1.326.124	1.168.199	157.925	4.220.922	3,89	9,0%
Mato Grosso do Sul	221.207	200.028	21.179	679.144	3,22	1,5%
Mato Grosso	352.509	310.798	41.711	960.289	4,54	2,1%
Goiás	524.640	457.200	67.440	1.586.112	4,44	3,4%
Distrito Federal	227.768	200.173	27.595	995.377	2,85	2,1%
Não identificado	20.254	3.256	16.998	17.280	--	0,0%
Brasil	13.136.642	11.836.598	1.300.044	46.817.319	2,86	100,0%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).
Nota 1: variação em relação ao estoque de emprego do ano de 2023.

7.2 Mercado de trabalho formal no Nordeste

No acumulado do 1º semestre de 2024, o resultado líquido de empregos formais no Nordeste foi de +142.332 novos postos de trabalho. De acordo com o Gráfico 2, o fechamento líquido do acumulado dos anos 2021, 2022, 2023 e 1º semestre de 2024 deriva da recuperação econômica pós-Covid-19, com efeito significativo na geração de renda e emprego direto e indireto na Região.

Gráfico 2 – Nordeste: Evolução do saldo de emprego - 2020 a 2024 (1)

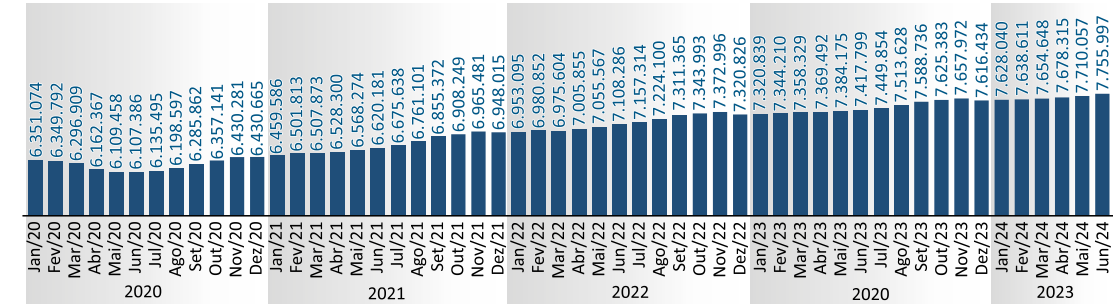


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).
Nota (1): Dados disponíveis até junho de 2024.

No Gráficos 3, tem-se a trajetória do estoque de empregos mensal dos anos de 2020 a 2024, com dados até junho de 2024. Neste período, verificou-se crescimento sustentável no nível do estoque do emprego com carteira assinada na Região Nordeste a partir do ano de 2021; desde então, vem consolidando tendência de recuperação com registros de saldos de empregos positivos até ao cenário atual.

Desta forma, o estoque de emprego no Nordeste alcançou 7.758.766 vínculos ativos, o que representa 16,6% do estoque nacional de empregos. O estoque apresentou variação de +1,87% em relação ao estoque de empregos do ano de 2023, seguindo tendência de crescimento para este início do ano 2024. As informações são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (2024).

Gráfico 3 – Nordeste: Evolução do Estoque de Emprego - 2020 a 2024 ⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).
Nota (1): Dados disponíveis até junho de 2024.

De acordo com dados da Tabela 3, verifica-se que o resultado do emprego na Região Nordeste foi impactado positivamente, de forma significativa, pela combinação do retorno de investimentos nos setores de Serviços, Construção e Comércio, que lideraram na geração de empregos no Nordeste, no acumulado de 2024.

Nesse período, Serviços foi o setor que mais gerou postos de emprego no Nordeste, formação de +116.891 vagas de trabalho. Entre os segmentos, Atividades administrativas (+35.132), Educação (+20.747), Saúde humana e Serviços Sociais (+18.864) se sobressaíram na ampliação do quadro de funcionários no Nordeste. Vale enfatizar que o Nordeste configura como a segunda Região que mais gera empregos no País das atividades ligadas à Educação, computando +20.747 novas oportunidades de trabalho no 1º semestre de 2024. Desta forma, o segmento da Educação no Nordeste representa cerca de 18,6% dos empregos gerados no País, ficando atrás apenas do Sudeste, com saldo de 56.919 novos postos de trabalho, cerca de 51,1% dos empregos gerados pelo segmento da Educação, vide Gráfico 4.

Construção registrou o segundo maior saldo positivo de emprego no Nordeste, computando +24.168 novas contratações, no acumulado de 2024. Na Região, Construção de Edifícios (+15.053 postos) obteve significativo resultado na geração de novos empregos formais, seguido por Obras de Infraestrutura (+6.666) e Serviços Especializados em Construção (+2.449). O setor da Construção apresentou saldo de empregos positivo em todas as Regiões do País, com ênfase no Sudeste (+87.636), Sul (+28.875) e Centro-Oeste (+25.438).

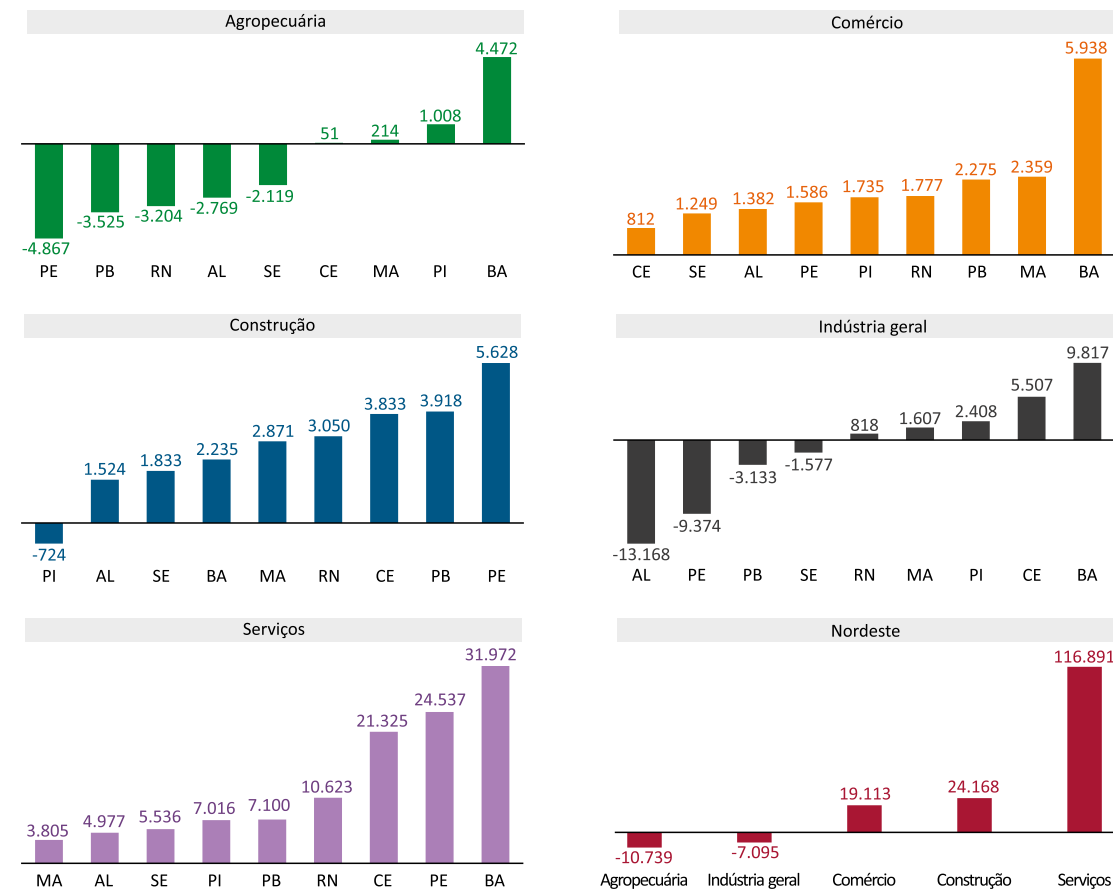
Comércio ampliou seu quadro de pessoal em +19.113 postos no Nordeste, configurando como a segunda maior Região geradora de empregos no País, no acumulado de 2024. Entre as três subatividades, Comércio por Atacado (+9.550) obteve maior ampliação do nível de estoque de emprego, seguido por Atacado e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (+6.382) e Comércio Varejista (+3.181). O Comércio gerou empregos em todas as Regiões do País, com maior proporção no Sudeste (+29.378), Nordeste (19.113) e Centro-Oeste (+15.224).

Na Agropecuária, o saldo de emprego foi de perda de postos de trabalho, a retração foi -10.739 empregos no Nordeste no acumulado de 2024. A redução do quadro de empregos na agropecuária foi mais intensa nos cultivos de cana-de-açúcar (-9.001) e de melão (-2.631). No entanto, nos cultivos de café (+908), fumo (+525), manga (+498) e criação de aves (+896) se destacaram na ampliação de empregos na Região.

A Indústria na Região Nordeste contraiu o nível de emprego em -7.095 postos de trabalho, no acumulado de 2024. Entre as quatro subatividades, apenas Indústrias de transformação (-11.461) registrou saldo de emprego negativo na Região no acumulado de 2024. Enquanto, as atividades de Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (+2.771), Indústrias extrativas (+1.401) e Eletricidade e gás (+194) pontuaram saldo de empregos positivos.

O setor industrial foi fortemente impactado pela redução de postos de emprego nas Indústrias de transformação, resultado influenciado pela perda de postos de trabalho na Fabricação e refino de açúcar (-27.815), seguido da Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de Biocombustíveis (-2.623) e Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-1.329). Mesmo neste cenário, merecem destaques na geração de empregos as atividades de Confecção de artigos para o vestuário (+2.578), Fabricação de produtos de borracha e de material de plástico (+1.870) e Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+1.722).

Gráfico 4 – Nordeste: Saldo de emprego, por setor econômico - Acumulado de 2024 ⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).
Nota (1): Dados disponíveis até junho de 2024.

7.3 Mercado de trabalho formal nas Unidades Federativas do Nordeste

O mercado de trabalho formal no Nordeste assegurou tendência de crescimento no decorrer de todo o ano de 2024. Esse crescimento do mercado de trabalho se refletiu na maioria de seus estados, com efeito significativo sobre a recuperação econômica da Região.

De acordo com o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), todos os estados do Nordeste apresentaram saldo de empregos positivo no acumulado do primeiro semestre de 2024, conforme dados da Tabela 4. Entre estes, Bahia (+54.435) despontou com maior saldo de empregos, seguido por Ceará (+31.529), Pernambuco (+17.508) e Rio Grande do Norte (+13.060).

Tabela 4 – Nordeste e Estados: Saldo e Estoque do Emprego Formal - Acumulado de 2024 ⁽¹⁾

Estados	Acumulado de janeiro a abril de 2023			Estoque do emprego formal (1) - Acumulado de janeiro a abril de 2024		
	Admitidos	Desligados	Saldo de Emprego Formal	Estoque	Participação (%)	Variação (%) (2)
Maranhão	133.407	122.551	10.856	654.879	8,4%	0,0%
Piauí	78.664	67.221	11.443	359.926	4,6%	0,0%
Ceará	304.177	272.648	31.529	1.384.934	17,9%	0,0%
Rio Grande do Norte	117.409	104.349	13.060	515.036	6,6%	0,0%
Paraíba	109.599	102.967	6.632	493.826	6,4%	0,0%
Pernambuco	310.665	293.157	17.508	1.473.679	19,0%	0,0%

Estados	Acumulado de janeiro a abril de 2023			Estoque do emprego formal (1) - Acumulado de janeiro a abril de 2024		
	Admitidos	Desligados	Saldo de Emprego Formal	Estoque	Participação (%)	Variação (%) (2)
Alagoas	89.533	97.585	-8.052	437.803	5,6%	0,0%
Sergipe	66.249	61.328	4.921	331.734	4,3%	0,0%
Bahia	495.935	441.500	54.435	2.104.180	27,1%	0,0%
Nordeste	1.705.638	1.563.306	142.332	7.755.997	100,0%	0,0%

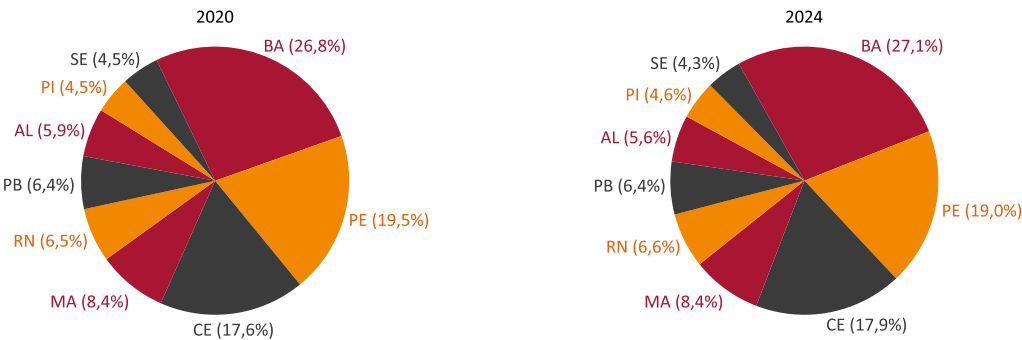
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).
Nota: (1) Estoque de emprego com posição até junho de 2024; (2) Variação percentual do estoque de emprego em relação ao ano de 2023.

De modo semelhante ao saldo de emprego positivo, a melhora das condições do mercado de trabalho impactou no estoque de empregos, que, contabilizava 6.430.665 empregos formais em 2020, passou a registrar 7.755.997 empregos em junho de 2024, crescimento em 20,6% no período.

Em relação ao crescimento do estoque de empregos, entre os Estados da Região, Piauí obteve maior crescimento, aumento de 3,28% frente ao estoque de empregos de 2023, com variação superior à média nacional (+2,86%) e regional (+1,87%). Na sequência, Bahia apresenta crescimento de +2,65% do estoque de empregos, na ordem, Rio Grande do Norte (+2,60%), Ceará (+2,33%) e Maranhão (+1,69%).

Assim, a distribuição do estoque de empregos entre os Estados da Região ficou da seguinte forma: Bahia atingiu 2.106.730 empregos formais de provimento, aproximadamente 27,2% do total regional; por sequência, Pernambuco (1.474.475, com 19,0%), Ceará (1.384.863, participa com 17,8%) e Maranhão (653.590, com 8,4%). Os três estados, cerca de 72,4% do emprego formal da Região Nordeste, de acordo com dados do Gráfico 5.

Gráfico 5 – Estados do Nordeste: Estoque de Emprego Formal - Acumulado de 2020 e 2024 ⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).
Nota: (1) Estoque de emprego atualizado até junho de 2024.

Na Bahia, todos os cinco agrupamentos de atividade econômica apresentaram saldo de empregos positivo, contribuindo para o crescimento do estoque de empregos no Estado (+2,65%), que foi registrado acima da média regional (+1,87%). A geração de emprego foi fomentada principalmente por Serviços (+31.972), com destaques na geração de empregos em Atividades Administrativas (+9.095), Saúde Humana (+6.962) e Educação (+6.607).

No Ceará, Serviços foi o setor que mais formou novos postos de trabalho, apresentando saldo de empregos em +21.325 novos postos de trabalho, no acumulado de janeiro a junho de 2024. Entre as subatividades econômicas, Educação (+4.533), Atividades administrativas (+4.463) e Outros Serviços (+3.313) impulsionaram o setor de Serviços no Estado cearense. A Indústria geral (+5.507) foi a segunda atividade que mais gerou empregos formais, com destaque para formação de empregos nas Indústrias de transformação (+3.439) e Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (+1.565), no resultado do 1º semestre de 2024.

Em Pernambuco, Serviços e Construção se destacaram na geração de empregos no acumulado de 2024. Em Serviços (+24.537), Atividades administrativas (+8.992), Saúde humana (+5.201) e Educação (+3.027)

contribuíram na formação do saldo de emprego positivo. O setor da Construção também foi importante indutor de geração de empregos, com 5.628 empregos formais, além de configurar o maior formador de empregos entre os estados da Região. Entre as subatividades, Construção de edifícios foi a atividade que mais impulsionou as atividades da Construção no Estado, com formação de 3.312 novos postos de trabalho.

No Rio Grande do Norte, Serviços (+10.623) e Construção (+3.050) foram os setores que mais geraram novos empregos, no acumulado de 2024. Em Serviços, o desempenho na geração de empregos em Atividades Administrativas (+7.151), Educação (+1.163) e Saúde Humana (+742) estimularam consideravelmente a geração de empregos no Estado. Na Construção, especificamente na Construção de edifícios (+2.017), despontou a geração de novos empregos, no acumulado no período de janeiro a junho de 2024.

No Piauí, os setores de Serviços (+7.016) contribuiu de forma significativa para o resultado de saldo de empregos positivo no acumulado de 2024. Os setores da Indústria (+2.402), Comércio (+1.735) e Agropecuário (+1.008) também pontuaram positivamente na geração de empregos. Serviços lidera na formação de postos de trabalho, impulsionado por Saúde Humana (+1.229), Atividades Administrativas (+970) e Educação (+948).

Por atividade econômica, vale enfatizar que Serviços (+116.891) e Construção (+24.168) foram os setores que mais ampliaram o número de postos de trabalho na Região, no acumulado do 1º semestre de 2024. Em Serviços, destacam-se os Estados da Bahia (+31.972), Pernambuco (+24.537), Ceará (+21.325) e Rio Grande do Norte (+10.623). Nesse período, Construção se sobressai na geração de empregos nos Estados do Pernambuco (+5.628), Paraíba (+3.918), Ceará (+833) e Rio Grande do Norte (+3.050), conforme dados da Tabela 4.

Tabela 5 – Nordeste e Estados: Saldo de emprego, por setor econômico - Acumulado de 2024 ⁽¹⁾

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernam-buco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	214	1.008	51	-3.204	-3.525	-4.867	-2.769	-2.119	4.472
Indústria geral	1.607	2.408	5.507	818	-3.133	-9.374	-13.168	-1.577	9.817
Água, Esgoto, Gestão de Resíduos...	-104	318	1.565	331	151	-66	361	-226	441
Eletricidade e Gás	-20	-32	252	-19	-18	123	30	16	-138
Indústrias de Transformação	1.709	1.949	3.439	379	-3.303	-9.558	-13.636	-1.433	8.993
Indústrias Extrativas	22	173	251	127	37	127	77	66	521
Construção	2.871	-724	3.833	3.050	3.918	5.628	1.524	1.833	2.235
Construção de Edifícios	1.113	159	481	2.017	3.414	3.312	1.412	910	2.235
Obras de Infr-Estrutura	1.493	-810	2.566	445	137	634	-214	316	2.099
Serviços especializados p/ Construção	265	-73	786	588	367	1.682	326	607	-2.099
Comércio	2.359	1.735	812	1.777	2.275	1.586	1.382	1.249	5.938
Comércio e Reparação de Veículos Automotores...	681	519	604	360	471	1.108	471	466	1.702
Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores	937	549	1.064	514	753	1.344	634	184	3.571
Comércio Varejista	741	667	-856	903	1.051	-866	277	599	665
Serviços	3.805	7.016	21.325	10.623	7.100	24.537	4.977	5.536	31.972
Adm. pública, defesa e seguridade social, educação, saúde...	1.966	2.704	6.893	1.938	2.358	9.795	1.852	2.273	14.596
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	225	527	476	33	29	1.567	83	797	1.027
Educação	1.313	948	4.533	1.163	1.283	3.027	1.043	830	6.607
Saúde Humana e Serviços Sociais	428	1.229	1.884	742	1.046	5.201	726	646	6.962

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernam-buco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Alojamento e alimentação	1.105	336	72	444	490	1.132	535	464	716
Inform., comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, ...	398	2.001	10.640	7.995	3.803	10.998	2.025	2.411	11.738
Outros serviços	598	0	3.313	445	223	1.633	378	263	1.874
Serviços domésticos	-1	1.499	-5	-6	-2	2	187	-1	-6
Transporte, armazenagem e correio	-261	476	412	-193	228	977	187	126	3.054
Não identificado	0	0	1	-4	-3	-2	2	-1	1
Total	10.856	11.443	31.529	13.060	6.632	17.508	-8.052	4.921	54.435

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).
Nota (1): Dados disponíveis até junho de 2024.

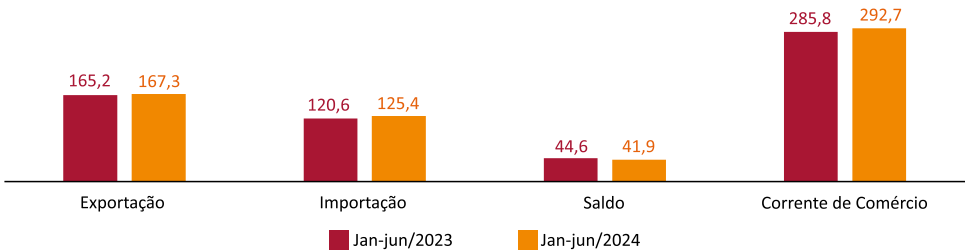
8 Comércio Exterior

8.1 Balança comercial do Brasil

A balança comercial brasileira encerrou o primeiro semestre de 2024 com superavit de US\$ 41,92 bilhões, inferior ao registrado em mesmo período do ano passado (US\$ 44,62 bilhões), segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Gráfico 1). As exportações do País somaram US\$ 167,28 bilhões, registrando crescimento de 1,2%, enquanto as importações totalizaram US\$ 125,37 bilhões, aumento de 3,9%, nesse período comparativo.

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 292,11 bilhões, no acumulado até junho de 2024, contra US\$ 285,84 bilhões, no acumulado até junho de 2023, acréscimo de 2,4%.

Gráfico 1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio –Jan-jun/2024/2023 - US\$ Bilhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/MDIC (coleta de dados realizada em 14/08/2024).
Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A decomposição das exportações brasileiras por setores de atividades econômicas (Tabela 1) mostra que, no primeiro semestre de 2024, o desempenho dos setores Agropecuário e da Indústria de Transformação foi responsável pelo baixo resultado das vendas externas.

O setor Agropecuário, responsável por 23,6% (US\$ 39,41 bilhões) das vendas externas, registrou queda de 8,3% (-US\$ 3,58 bilhões), no período em análise. Os principais produtos do setor foram: Soja (70,8% de participação), Café não torrado (12,4%), Algodão em bruto (6,8%) e Milho (4,8%). Juntos respondem por 94,9% das vendas do setor. As exportações de Soja decresceram 16,3% (-US\$ 5,44 bilhões) e as de Milho, 43,7% (-US\$ 1,48 bilhão), devido à queda nos preços internacionais comercializados. Por outro lado, as vendas de Café não torrado e Algodão em bruto registraram crescimento de 49,7% (+US\$ 1,62 bilhão) e 236,6% (+US\$ 1,89 bilhão).

As exportações dos produtos da Indústria de Transformação somaram US\$ 84,72 bilhões (50,6% do total), no acumulado até junho de 2024, apresentando retração de 1,6% (-US\$ 1,39 bilhão), frente ao mesmo período de 2023. O principal produto exportado pelo setor, Açúcares e melaços (10,2% de participação), registrou incremento nas vendas de 62,8% (+US\$ 3,35 bilhões), no período em foco, motivado pela elevação no preço médio de exportação e da quantidade embarcada. Vale destacar, também, o acréscimo nas vendas de Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+18,3%, +US\$ 0,79 bilhão), Celulose (+19,0%, +US\$ 0,79 bilhão) e Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (+14,3%, +US\$ 0,76 bilhão). Esses quatro principais produtos responderam por 29,2% das vendas do setor industrial. Por outro lado, decresceram, as vendas externas de Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (-34,4%, -US\$ 1,19 bilhão), Farelos de soja e outros alimentos para animais (-11,9%, -US\$ 0,72 bilhão), Veículos automóveis de passageiros (-25,6%, -US\$ 0,61 bilhão) e Carnes de aves e suas miudezas comestíveis (-10,2%, -US\$ 0,48 bilhão), dentre outros.

Tabela 1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-jun/2024/2023 - US\$ bilhões FOB

Atividade Econômica	Jan-jun/2024		Jan-jun/2023		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	39,41	23,6	42,99	26,0	-8,3
Indústria Extrativa	42,40	25,3	35,05	21,2	21,0
Indústria de Transformação	84,72	50,6	86,11	52,1	-1,6
Outros Produtos	0,76	0,5	1,08	0,7	-29,9
TOTAL	167,28	100,0	165,23	100,0	1,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/MDIC (coleta de dados realizada em 14/08/2024).
Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A Indústria Extrativa, com 25,3% (US\$ 42,40 bilhões) de participação nas exportações totais do País, registrou crescimento nas vendas de 21,0% (+ US\$ 7,35 bilhões), nesse período comparativo. Esse resultado decorreu, principalmente, do acréscimo de 30,4% (+US\$ 5,65 bilhões) nas exportações de Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus e de 11,8% (+US\$ 1,63 bilhão) em Minérios de cobre e seus concentrados, ocasionado, principalmente, pelo aumento da quantidade embarcada.

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 45,9% do total das vendas externas, no primeiro semestre de 2024: China (30,9%), Estados Unidos (11,5%) e Argentina (3,5%). Relativamente ao primeiro semestre de 2023, China (+3,6%, +US\$ 1,77 bilhão) e Estados Unidos (+11,8%, +US\$ 2,02 bilhões) registraram crescimento nas aquisições de produtos brasileiros enquanto a Argentina apresentou decréscimo de 37,8% (-US\$ 3,56 bilhões).

O avanço das importações brasileiras, segundo Grandes Categorias Econômicas (Tabela 2), foi devido ao aumento nas aquisições de Bens de Capital e Bens de Consumo.

As importações de Bens de Capital participaram com 13,2% (US\$ 16,51 bilhões) da pauta. no primeiro semestre de 2024, registrando acréscimo de 14,2% (+US\$ 2,06 bilhões), relativamente a mesmo período do ano anterior. As principais aquisições foram em Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (11,3% da categoria), Instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle (8,0%) e Outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes (6,5%), registrando crescimento de 11,1% (+US\$ 186,4 milhões), 12,5% (+US\$ 146,9 milhões) e 25,9% (+US\$ 219,4 milhões), respectivamente.

Já as aquisições de Bens de consumo (16,1% do total) somaram US\$ 20,21 bilhões, crescendo 31,4% (+US\$ 4,83 bilhões), nos seis primeiros meses deste ano, destinadas, dentre outras, às compras de Veículos automóveis de passageiros (24,5% da categoria), Outros medicamentos, incluindo veterinários (14,6%) e Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (11,0%). Comparativamente ao primeiro semestre de 2023, apresentaram crescimento de 121,4% (+US\$ 2.721,0 milhões), 17,8% (+US\$ 447,8 milhões) e 24,1% (+US\$ 431,3 milhões), respectivamente.

As aquisições de Bens de intermediários alcançaram US\$ 73,36 bilhões (58,5% do total). No período em foco, decresceram 1,0% (-US\$ 0,72 bilhão). As reduções mais significativas foram em Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (-23,8%, -US\$ 1.674,2 milhões), Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (-29,8%, -US\$ 719,2 milhões) e Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas (-21,6%, -US\$ 800,5 milhões).

Com relação às importações de Combustíveis e lubrificantes (US\$ 15,26 bilhões, 12,2% do total), a queda de 8,3% (-US\$ 1,38 bilhão) no período em análise, foi motivada pela redução nas aquisições de Óleos combustíveis de petróleo (-12,1%, -US\$ 807,3 milhões), Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (-30,8%, -US\$ 728,2 milhões) e Coques e semi-coques, incluindo resíduos de hulha, de linhita ou de turfa, e carvão de retorta (-50,2%, -US\$ 530,0 milhões).

Tabela 2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-jun/2024/2023 - US\$ bilhões

Grandes categorias econômicas	Jan-jun/2024		Jan-jun/2023		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	16,51	13,2	14,46	12,0	14,24
Bens intermediários	73,36	58,5	74,08	61,4	-0,97
Bens de consumo	20,21	16,1	15,38	12,8	31,40
Combustíveis e lubrificantes	15,26	12,2	16,64	13,8	-8,29
Bens não especificados anteriormente	0,03	0,0	0,06	0,0	-56,89
TOTAL	125,37	100,0	120,61	100,0	3,94

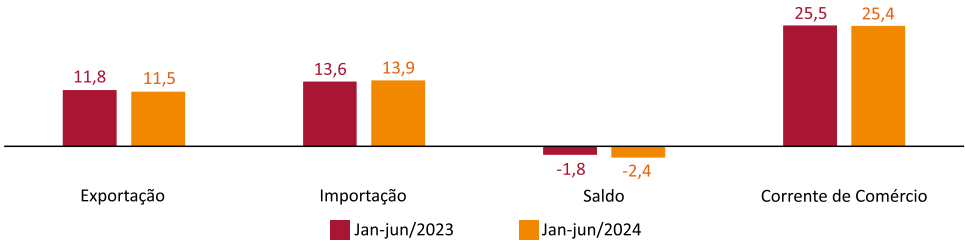
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/MDIC (coleta de dados realizada em 14/08/2024).
Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os principais países de origem das importações brasileiras, nos seis primeiros meses de 2024, foram: China (23,3%), Estados Unidos (15,5%) e Alemanha (5,4%). Comparativamente ao mesmo período de 2023, cresceram as aquisições oriundas da China (+14,4%, +US\$ 3.683,6 milhões) e da Alemanha (+3,6%, +US\$ 237,3 milhões) enquanto as importações provenientes dos Estados Unidos recuaram 0,9% (-US\$ 186,1 milhões).

8.2 Balança comercial do Nordeste

As exportações nordestinas totalizaram US\$ 11.488,5 milhões, no primeiro semestre de 2024, queda de 3,0% (-US\$ 361,1 milhões), relativamente a mesmo período do ano passado. Já as importações cresceram de 1,7% (+US\$ 232,3 milhões), somando US\$ 13.876,9 milhões, nesse intervalo. A balança comercial nordestina, portanto, registrou déficit de US\$ 2.388,3 milhões, maior do que em mesmo período do ano passado (-US\$ 1.794,9 milhões). A corrente de comércio (soma de exportações e importações) alcançou US\$ 25.365,4 milhões (queda de 0,5%).

Gráfico 2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – Jan-jun/2024/2023 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/MDIC (coleta de dados realizada em 14/08/2024).
Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A análise das exportações nordestinas, por setores de atividades econômicas, mostra que a Agropecuária (29,5% do total) registrou queda de 11,3% (-US\$ 431,6 milhões), acumulando receita de US\$ 3.390,4 milhões, no período em foco. Soja (principal produto de exportação da Região, com 20,5% de participação) e Milho registraram queda nas vendas de 17,0% (-US\$ 482,6 milhões) e 77,5% (-US\$ 294,3 milhões), respectivamente, no período de jan-jun/2024 ante jan-jun/2023. Por outro lado, vale destacar, o incremento nas vendas de Algodão em bruto (+204,7%, + US\$ 291,4 milhões).

As exportações dos produtos da Indústria de Transformação somaram US\$ 7.286,4 milhões, no acumulado do ano, representando 63,4% da pauta da Região. Relativamente ao acumulado dos seis primeiros meses do ano passado, registraram queda de 1,1% (-US\$ 78,4 milhões). Destaque, em termos de valor, para a redução nas vendas de Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (-71,5%, -US\$ 398,3 milhões), Farelos de soja e outros alimentos para animais (-18,3%, -US\$ 70,2 milhões), Calçados (-28,9%, -US\$ 69,9 milhões) e Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (-3,5%, -US\$ 60,2 milhões). Em contrapartida, cresceram, dentre outras, as exportações de

Açúcares e melaços (+51,9%, +US\$ 266,5 milhões), Celulose (+27,0%, +US\$ 246,6 milhões), Cacau em pó, manteiga ou pasta de cacau (+82,6%, +US\$ 81,8 milhões) e Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (+13,2%, +US\$ 65,1 milhões).

Tabela 3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-jun/2024/2023- US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	Jan-jun/2024		Jan-jun/2023		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	3.390,4	29,5	3.822,1	32,3	-11,3
Indústria Extrativa	788,1	6,9	639,9	5,4	23,2
Indústria de Transformação	7.286,4	63,4	7.364,8	62,2	-1,1
Outros Produtos	23,6	0,2	22,9	0,2	3,1
TOTAL	11.488,5	100,0	11.849,6	100,0	-3,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/MDIC (coleta de dados realizada em 14/08/2024).
Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Já na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos do setor cresceram 23,2% (+US\$ 148,2 milhões), atingindo US\$ 788,1 milhões (6,9% das vendas externas totais), no período em análise. As exportações de Minério de cobre e de Óleos brutos de petróleo cresceram 99,3% (+US\$ 141,0 milhões) e 100,3% (+US\$ 65,1 milhões), respectivamente.

Os três principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 43,1% das vendas externas da Região, no período em foco: China (23,5%), Estados Unidos (11,1%) e Canadá (8,5%). Comparativamente ao período de janeiro/junho/2023, decresceram as vendas para a China (-7,1%, -US\$ 205,7 milhões) e Estados Unidos (-6,3%, -US\$ 85,3 milhões) enquanto cresceram para o Canadá (+18,0%, +US\$ 150,0 milhões).

Do lado das importações nordestinas, segundo categoria econômica, o resultado apresentado, foi motivado, principalmente, pelo aumento de 76,0% (+US\$ 506,2 milhões) nas compras de Bens de Consumo e de 5,8% (+US\$ 280,2 milhões) na de Combustíveis e lubrificantes, no período de jan-jun/2024 ante jan-jun/2023.

As aquisições de Bens de consumo (8,5% do total) somaram US\$ 1.172,6 milhões, com destaque para as importações de Veículos automóveis de passageiros (41,8% da categoria) que cresceram 341,2% (+US\$ 372,6 milhões), no período comparativo.

Na categoria Combustíveis e lubrificantes, totalizando US\$ 5.118,1 milhões (36,9% do total das importações), os maiores incrementos, em termos de valor, foram nas aquisições de Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+35,4%, +US\$ 444,2 milhões) e em Gás natural, liquefeito ou não (+386,3%, +517,6 milhões).

As aquisições de Bens Intermediários atingiram US\$ 6.813,2 milhões (49,1% do total), no primeiro semestre de 2024, valor 6,8% (-US\$ 498,1 milhões) inferior ao registrado em no primeiro semestre de 2023. As maiores quedas foram em Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou fotocátodo, diodos, transistores (-43,9%, -US\$ 241,1 milhões), Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais, e sulfonamidas (-62,5%, -US\$ 154,8 milhões) e Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (-10,9%, -US\$ 106,7 milhões).

As importações de Bens de Capital, com 5,6% de participação no total das aquisições, decresceram 6,6% (-US\$ 54,47 milhões), no período em foco. Os principais produtos adquiridos da categoria foram: Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (12,9%), Outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes (10,9%) e Máquinas de energia elétrica e suas partes (10,4%).

Tabela 4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-jun /2024/2023- US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	Jan-jun/2024		Jan-jun/2023		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	772,2	5,6	826,5	6,1	-6,6
Bens intermediários	6.813,2	49,1	7.311,4	53,6	-6,8
Bens de consumo	1.172,6	8,5	666,4	4,9	76,0
Combustíveis e lubrificantes	5.118,1	36,9	4.837,9	35,5	5,8
Bens não especificados anteriormente	0,7	0,0	2,3	0,0	-68,5
TOTAL	13.876,9	100,0	13.644,5	100,0	1,7

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/MDIC (coleta de dados realizada em 14/08/2024).
Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os principais países de origem das importações nordestinas, no acumulado de janeiro a junho/24, foram: Estados Unidos (19,8%), China (17,8%) e Rússia (7,9%) que responderam por 45,5% do total. Frente a mesmo período de 2023, decresceram as compras oriundas dos Estados Unidos (-2,9%, -US\$ 81,1 milhões), enquanto cresceram as da China (+9,2 %, +US\$ 208,3 milhões) e da Rússia (+60,5%, +US\$ 412,7 milhões).

8.3 Balança comercial dos estados nordestinos

Dos Estados da Região, Maranhão (+US\$ 880,7 milhões), Piauí (+US\$ 489,6 milhões), Rio Grande do Norte (+US\$ 283,5 milhões), Alagoas (+US\$ 143,0 milhões) e Sergipe (+US\$ 56,4 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial no primeiro semestre de 2024. Os demais apresentaram déficits: Pernambuco (-US\$ 2.747,1 milhões), Ceará (-US\$ 865,5 milhões), Paraíba (-US\$ 378,0 milhões) e Bahia (-US\$ 250,8 milhões)

Tabela 5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - Jan-jun/2023/2024 - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-jun/2024/ Jan-jun/2023	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-jun/2024/ Jan-jun/2023	
Maranhão	2.587,8	22,5	-4,9	1.707,1	12,3	-29,0	880,7
Piauí	606,8	5,3	-25,4	117,2	0,8	-23,0	489,6
Ceará	588,7	5,1	-43,3	1.454,2	10,5	-10,7	-865,5
R G do Norte	529,1	4,6	100,1	245,6	1,8	-13,2	283,5
Paraíba	78,1	0,7	-18,5	456,1	3,3	-1,0	-378,0
Pernambuco	1.001,6	8,7	-11,3	3.748,7	27,0	6,3	-2.747,1
Alagoas	528,8	4,6	5,2	385,8	2,8	16,7	143,0
Sergipe	194,3	1,7	54,1	137,9	1,0	14,7	56,4
Bahia	5.373,4	46,8	4,2	5.624,2	40,5	18,7	-250,8
Nordeste	11.488,5	100,0	-3,0	13.876,9	100,0	1,7	-2.388,3

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/MDIC (coleta de dados realizada em 14/08/2024).
Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

O Maranhão responde por 22,5% das exportações da Região Nordeste. As vendas externas do Estado totalizaram US\$ 2.587,8 milhões, nos seis primeiros meses de 2024, queda de 4,9% (-US\$ 133,6 milhões), ante mesmo período de 2023. As vendas dos produtos do setor agropecuário (42,7% de participação) registraram queda de 26,3% (-US\$ 395,5 milhões), devido, principalmente, à redução nas vendas de Soja (-21,9%) e de Milho não moído, exceto milho doce (-64,0%). Já os da Indústria de Transformação (51,4%) cresceram 26,9% (+US\$ 281,6 milhões), com destaque para Celulose (+43,9%), Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (+13,2%) e Alumínio (+251,2%). As importações (US\$ 1.707,1 milhões) decresceram bem mais, 29,0% (-US\$ 696,1 milhões), devido, sobretudo, à diminuição nas aquisições de Combustíveis e Lubrificantes (-28,0%, -US\$ 438,0 milhões) e de Bens Intermediários (-30,3%, -US\$ 226,2 milhões), juntos representaram 96,4% da categoria.

O Estado do Piauí registrou exportações no valor de US\$ 606,8 milhões, queda 25,4% (-US\$ 206,3 milhões) nesse período comparativo. As vendas dos produtos da Agropecuária representaram 86,4% do total das exportações do Estado. Nesse período, recuaram 32,1% (-US\$ 247,9 milhões), devido à queda nas vendas de Soja (-25,2%) e de Milho (-81,1%). Já as importações alcançaram US\$ 117,2 milhões, retração de 23,0% (-US\$ 35,0 milhões), causado pelo recuo nas aquisições de Bens Intermediários (-26,9%, -US\$ 38,0 milhões).

O Estado do Ceará registrou, no acumulado até junho de 2024, exportações no valor de US\$ 588,7 milhões, queda de 43,3% (-US\$ 449,4 milhões), ante mesmo período de 2023, com destaque para o decréscimo de 46,3% (-US\$ 433,2 milhões) nas vendas dos produtos da Indústria de Transformação (85,4% do total). As exportações de Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço, recuaram 71,5% (-US\$ 398,4 milhões). As importações somaram US\$ 1.454,2 milhões, queda de 10,7% (-US\$ 174,0 milhões), no período., com redução nas aquisições de Bens Intermediários (-15,8%, -US\$ 170,0 milhões) e de Combustíveis e Lubrificantes (-8,3%, -US\$ 32,3 milhões)). Por outro lado, cresceram as importações de Bens de Capital (+12,5%, +US\$ 15,6 milhões) e Bens de Consumo (+39,5%, +US\$ 13,0 milhões).

No Rio Grande do Norte, as exportações somaram US\$ 529,1 milhões, crescimento de 100,1% (+US\$ 264,7 milhões), devido ao incremento das vendas da Indústria de Transformação (+181,4%, +US\$ 275,5 milhões) que representaram 80,8% do total. O destaque foi o aumento nas vendas de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (+305,4%) e de Açúcares e melaços (+391,6%). Já as importações (US\$ 245,6 milhões) decresceram 13,2% (-US\$ 37,3 milhões), devido à queda nas compras de Bens de Capital (-44,8%, -US\$ 16,1 milhões) e de Bens Intermediários (-25,2%, -US\$ 48,0 milhões). Por outro lado, as importações de Combustíveis e Lubrificantes cresceram 52,8% (+US\$ 22,2 milhões) e as de Bens de Consumo 32,7% (+US\$ 4,6 milhões).

As exportações da Paraíba somaram US\$ 78,1 milhões, retração de 18,5% (-US\$ 17,7 milhões), no período, ocasionada, principalmente, pela redução nas vendas da Indústria de Transformação (-13,2%, -US\$ 10,7 milhões) e da Indústria Extrativa (-53,0%, -US\$ 6,1 milhões) que responderam por 89,8% e 6,9%, respectivamente, do total do Estado, no período de jan-mai/2024. As vendas externas de Calçados (-34,1%) e de Outros minérios e concentrados dos metais de base (-98,4%) decresceram, entretanto, vale destacar o incremento nas vendas de Açúcares e melaços (+97,9%). Já as importações (US\$ 456,1 milhões) decresceram 1,0% (-US\$ 4,6 milhões), devido, a redução nas aquisições de Bens Intermediários (-1,8%, -US\$ 6,3 milhões), e de Bens de Capital (-44,7%, -US\$ 22,4 milhões). Por outro lado, as importações de Combustíveis e Lubrificantes (+43,59%, +US\$ 22,4 milhões) e de Bens de Consumo (+13,6%, +US\$ 2,5 milhões) cresceram.

Em Pernambuco, as exportações totalizaram US\$ 1.001,6 milhões, no período de jan-jun/24, valor 11,3% (-US\$ 127,9 milhões) inferior ao registrado entre jan-jun/23. A Indústria de Transformação, 89,5% da pauta exportadora do Estado recuou 13,4% (-US\$ 138,6 milhões), devido, principalmente à queda nas vendas de Óleos combustíveis de petróleo (-79,1%) e Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (-61,1%), embora tenha registrado incremento em, dentre outros, Açúcares e melaços (+129,8%) e Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (+186,3%). As importações totais, US\$ 3.748,7 milhões, cresceram 6,3% (+US\$ 221,5 milhões), devido ao incremento nas compras externas de Bens Intermediários (+4,3%, +US\$ 70,0 milhões) e de Bens de Consumo (+116,0%, +US\$ 438,6 milhões). Já as aquisições de Combustíveis e Lubrificantes (-22,6%, -US\$ 286,6 milhões) decresceram.

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 528,8 milhões, no primeiro semestre de 2024, registrando aumento de 5,2% (+US\$ 26,3 milhões), frente a mesmo período de 2023. Os produtos da Agropecuária (+44,8%, +US\$ 2,2 milhões) e da Indústria de Transformação (+15,4%, +US\$ 55,6 milhões) registraram aumento nas vendas, com destaque para Tabaco em bruto (+45,9%, +US\$ 2,1 milhões) e Açúcares e melaços (+15,5%, +US\$ 55,1 milhões). Já os da Indústria Extrativa decresceram 23,3% (-US\$ 31,4 milhões, com a redução das vendas de Minérios de cobre e seus concentrados. Já as importações (US\$ 385,8 milhões) cresceram de 16,7% (+US\$ 55,3 milhões), principalmente, com a aumento nas aquisições de Bens Intermediários (+6,1%, +US\$ 11,1 milhões) e de Bens de Consumo (+36,6%, +US\$ 41,5 milhões).

Sergipe exportou US\$ 194,3 milhões em bens, registrando crescimento de 54,1% (+US\$ 68,2 milhões). Esse resultado decorreu, principalmente, das vendas da Indústria Extrativa (+100,3%, +US\$ 65,1 milhões) e da indústria de transformação (+30,9%, +US\$ 14,8 milhões). Os destaques foram as exportações de Óleos brutos de petróleo (+100,3%) e de Sucos de frutas (39,6%). As importações (US\$ 137,9 milhões) aumentaram 14,7% (+US\$ 17,7 milhões). Cresceram as aquisições de Bens Intermediários (+45,3%, +US\$ 33,8 milhões), Bens de Consumo (+78,1%, +US\$ 2,5 milhões) e Bens de Capital (+62,9%, +US\$ 9,1 milhões).

A Bahia é o maior estado exportador e importador do Nordeste, participando com 46,8% e 40,5% do total, respectivamente. As exportações alcançaram US\$ 5.373,4 milhões, aumento de 4,2% (+US\$ 214,5 milhões). Os produtos da Agropecuária (+18,1%, +US\$ 230,6 milhões) e da Indústria Extrativa (+60,0%, +US\$ 127,7 milhões) registraram crescimento nas vendas, com destaque para Algodão em bruto e Minérios de cobre e seus concentrados. Já os da Indústria de Transformação recuaram (-4,0%, -US\$ 145,3 milhões). As vendas de Óleos combustíveis de petróleo retrocederam 7,7% (-US\$ 95,8 milhões). As importações (US\$ 5.624,2 milhões) cresceram 18,7% (+US\$ 884,8 milhões), devido, principalmente, ao incremento nas compras de Combustíveis e Lubrificantes (+68,3%, +US\$ 1.020,4 milhões), responsável por 44,7% do total adquirido. Por outro lado, as importações de Bens Intermediários, responsável por quase metade das aquisições do Estado (49,8%), regrediram 4,2% (-US\$ 124,7 milhões).

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região, no primeiro semestre de 2024, estão discriminados nas tabelas a seguir.

Tabela 6 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados- - Em %– Jan-jun/2024

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Soja (39,0%), Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (21,5%), Celulose (17,4%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (64,3%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (20,1%), Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos (4,1%)
Piauí	Soja (77,9%), Farelos de soja (6,6%), Milho não moído, exceto milho doce (3,7%)	Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos (23,4%), Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, folheados ou chapeados, ou revestidos (18,8%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (14,8%)
Ceará	Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (27,0%), Calçados (17,6%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (9,5%)	Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (15,9%), Trigo e centeio, não moídos (8,4%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (8,2%)
Rio Grande do Norte	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (69,1%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (14,0%), Açúcares e melaços (3,7%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (26,1%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (20,3%), Trigo e centeio, não moídos (9,8%)
Paraíba	Açúcares e melaços (43,0%), Calçados (33,6%), Sucos de frutas ou de vegetais (7,8%)	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (14,3%), Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (12,0%), Geradores elétricos giratórios e suas partes (10,9%)
Pernambuco	Açúcares e melaços (30,6%), Veículos automóveis de passageiros (21,4%), VFrutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (9,4%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (17,5%), Veículos automóveis de passageiros (13,0%), Propano e butano liquefeito (8,7%)
Alagoas	Açúcares e melaços (77,7%), Minérios de cobre e seus concentrados (19,6%), Tabaco em bruto (1,3%)	Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (5,3%), Malas, pastas, estojos e sacos de viagem; bolsas e artefatos semelhantes (5,1%), Outros artigos manufaturados diversos (4,5%)
Sergipe	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (66,9%), Sucos de frutas ou de vegetais (24,3%), Óleos essenciais, matérias de perfume e sabor (2,8%)	Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (38,0%), Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (13,8%), Trigo e centeio, não moídos (7,7%)
Bahia	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (21,3%), Soja (16,2%), Celulose (13,2%)	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (29,1%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (25,3%), Gás natural, liquefeito ou não (5,4%)
Nordeste	Soja (20,5%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (14,3%), Celulose (10,1%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (24,5%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (12,3%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (6,3%)
Brasil	Soja (16,7%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (14,5%), Minério de ferro e seus concentrados (9,2%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (6,2%), Adubos ou fertilizantes químicos (4,3%), Veículos automóveis de passageiros (4,0%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/MDIC (coleta de dados realizada em 14/08/2024).
Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Tabela 7 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações – Em %– Jan-jun/2024

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	China (30,3%), Canadá (18,2%), Estados Unidos (14,5%)	Rússia (21,7%), Estados Unidos (13,8%), Omã (8,6%)
Piauí	China (67,0%), Espanha (6,6%), Estados Unidos (4,3%)	China (60,0%), Japão (12,2%), Argentina (6,5%)
Ceará	Estados Unidos (33,3%), México (5,8%), Coreia do Sul (5,7%)	China (39,2%), Estados Unidos (15,4%), Rússia (6,7%)
Rio Grande do Norte	Singapura (22,6%), Países Baixos (Holanda) (15,9%), Virgens, Ilhas (Americanas) (13,3%)	China (36,0%), Estados Unidos (17,0%), Países Baixos (Holanda) (8,7%)
Paraíba	Espanha (18,2%), Estados Unidos (14,7%), Congo, República Democrática (10,0%)	China (28,3%), Estados Unidos (21,9%), Uruguai (11,3%)
Pernambuco	Argentina (22,1%), México (10,2%), Estados Unidos (8,7%)	China (24,4%), Estados Unidos (16,0%), Argentina (8,9%)
Alagoas	Canadá (20,2%), China (19,6%), Estados Unidos (9,5%)	China (57,9%), Estados Unidos (5,8%), Chile (5,2%)
Sergipe	Países Baixos (Holanda) (44,4%), Estados Unidos (25,5%), Singapura (18,3%)	China (21,6%), Estados Unidos (20,8%), Russia (20,0%)
Bahia	China (25,2%), Singapura (12,5%), Estados Unidos (8,3%)	Estados Unidos (26,6%), Angola (9,3%), Gabão (7,5%)
Nordeste	China (23,5%), Estados Unidos (11,1%), Canadá (8,5%)	Estados Unidos (19,8%), China (17,8%), Rússia (7,9%)
Brasil	China (30,9%), Estados Unidos (11,5%), Argentina (3,5%)	China (23,3), Estados Unidos (15,5%), Alemanha (5,4%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/MDIC (coleta de dados realizada em 14/08/2024).
Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

9 Finanças Públicas

O texto de Finanças Públicas trata das Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Agências Oficiais de Fomento e Grau de Endividamento dos Estados e Capitais. Deveria tratar, também, da Arrecadação do Imposto de Circulação de Bens e Serviços (ICMS). No entanto, até 22 de agosto, os dados da arrecadação em 2024, estão precários. Apenas em dez Estados têm-se os dados até junho ou julho. O Paraná não divulgou nenhum dado no site do Confaz. Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso e Espírito Santo, só divulgaram os dados de janeiro, enquanto Pernambuco, Acre, Minas Gerais e Santa Catarina, só têm os dados de janeiro e fevereiro.

Indiretamente, quando se discute as transferências dos Fundos Constitucionais (FPE e FPM), tratamos, também, da Arrecadação Federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que são a base das Transferências Constitucionais, ou seja, quando se analisa a variação ocorrida nestas, se está avaliando, também, o que ocorreu na base do cálculo. No início, faz-se uma síntese do que ocorreu com a distribuição dos Fundos Constitucionais e do ICMS, usando os dados de 2023. Após a análise da evolução das transferências constitucionais, o capítulo trata das aplicações das Agências Oficiais de Fomento (Banco do Brasil - BB, Caixa Econômica Federal - CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Banco da Amazônia - BASA, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. Estes dois últimos serão chamados de Outros (FINEP e FINAME). O foco são as aplicações do BNB na Região, olhando o setor (rural, indústria, comércio e serviços, entre outros) e o porte (micro, pequeno, médio e grande), nos estados nordestinos. Por último, discute-se o Grau de Endividamento dos Estados e Capitais da Federação, e da Região Nordeste.

Síntese da Evolução dos Fundos e do ICMS:

As Transferências Constitucionais (Fundo de Participação dos Estados – FPE e Fundo de Participação dos Municípios – FPM) são muito importantes para os estados mais pobres da Federação. Em 2022, estas transferências na Região Nordeste, superaram um pouco a arrecadação do ICMS, R\$ 115,7 bilhões, para R\$ 115,5 bilhões. Em 2023, as transferências dos fundos (R\$ 120,1 bilhões), continuam a superar a arrecadação do ICMS na Região (R\$ 115,5 bilhões). Nos três maiores estados da Região, Bahia, Pernambuco e Ceará, as transferências são menores que a arrecadação do ICMS, 76,5%, 73,8% e 97,3% respectivamente. À exceção da Bahia, Ceará e Pernambuco, os outros estados nordestinos são muito dependentes das transferências da União. A maior dependência é do Piauí (Transferências/ICMS = 165,9%), seguida por Sergipe (Transferências/ICMS = 163,4%), Alagoas (154,6%) e Paraíba (141,5%).

Tabela 1 – Transferências Constitucionais (FPE + FPM) e ICMS – 2023 – R\$ milhões

Estado/Região	ATÉ dezembro/2023				
	FPE + FPM	ICMS	(FPE + FPM) + ICMS	FPE+FPM/ICMS	(FPE+FPM)/ (FPE+FPM+ICMS)
Alagoas	8.995	5.819	14.814	154,6	60,7
Bahia	25.813	33.744	59.557	76,5	43,3
Ceará	16.698	17.154	33.852	97,3	49,3
Maranhão	15.542	11.495	27.037	135,2	57,5
Paraíba	10.882	7.690	18.572	141,5	58,6
Pernambuco	16.264	22.038	38.302	73,8	42,5
Piauí	9.581	5.776	15.357	165,9	62,4
Rio Grande do Norte	8.814	7.195	16.009	122,5	55,1
Sergipe	7.501	4.592	12.093	163,4	62,0
Nordeste	120.091	115.503	235.594	104,0	51,0
Norte	47.638	49.107	96.745	97,0	49,2
Sudeste	59.057	336.854	395.911	17,5	14,9
Sul	34.236	119.967	154.203	28,5	22,2

Estado/Região	ATÉ dezembro/2023				
	FPE + FPM	ICMS	(FPE + FPM) + ICMS	FPE+FPM/ICMS	(FPE+FPM)/(FPE+FPM+ICMS)
Centro-Oeste	20.279	69.349	89.628	29,2	22,6
Brasil	281.302	690.780	972.082	40,7	28,9

Fonte: BNB/Etene, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), 2023.

Cabe observar que o Norte e o Nordeste são as Regiões mais dependentes dos recursos constitucionais. A relação entre as transferências e o ICMS é 40,7% no Brasil, e apenas 17,5% no Sudeste. Na Região Norte, com tantos problemas como no Nordeste, a relação é 97,0%, e 104,0% no Nordeste.

Transferências Constitucionais:

As Transferências Constitucionais (Fundo de Participação dos Estados – FPE e Fundo de Participação dos Municípios – FPM) são muito importantes para os estados mais pobres da Federação. Em 2022, estas transferências na Região Nordeste, superaram um pouco a arrecadação do ICMS, R\$ 115,7 bilhões, para R\$ 115,5 bilhões. Em 2023, as transferências dos fundos (R\$ 120,1 bilhões), continuam a superar a arrecadação do ICMS na Região (R\$ 119,4 bilhões).

As Transferências Constitucionais (FPE + FPM) para os Estados do Nordeste, até junho de 2024, somaram R\$ 70,8 bilhões, um crescimento real de +10,4% (FPE, +10,2% e FPM, +10,6%), comparado com o mesmo período de 2023. O crescimento no Brasil foi de +10,0%.

Tabela 2 – FPE + FPM - Brasil, Nordeste e Estados Seleccionados – 2024 – Até junho - R\$ Milhões ⁽¹⁾

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Alagoas	2.975	3.448	1.654	1.863	312	328
Bahia	6.403	7.361	6.698	7.657	569	657
Ceará	4.937	5.676	3.629	4.154	632	730
Maranhão	4.943	5.635	3.065	3.502	395	456
Paraíba	3.279	3.752	2.295	2.742	253	365
Pernambuco	4.773	5.490	3.532	4.102	359	460
Piauí	3.011	3.411	1.920	2.218	381	456
Rio Grande do Norte	2.735	3.198	1.808	2.070	228	263
Sergipe	2.822	3.200	1.092	1.283	228	292
Nordeste	35.879	41.172	25.694	29.591	3.356	4.007
Espírito Santo	1.208	1.265	1.302	1.472	126	131
Minas Gerais	3.180	3.751	9.573	10.869	379	365
Brasil	69.679	79.789	72.920	83.500	7.292	8.350

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a junho de cada ano.

O valor do FPE para o Nordeste foi de R\$ 41,2 bilhões, que representa 51,6% do total distribuído. Todos os estados nordestinos tiveram variações reais. O Espírito Santo teve a menor variação real na área de atuação do BNB de +0,6% (+R\$ 7 milhões), e Minas Gerais em crescimento real de +13,3% (R\$ 440 milhões). Os maiores crescimentos, na Região, se encontram no Rio Grande do Norte (+12,3% - R\$ 349 milhões), Alagoas (+11,3% - R\$ 350 milhões), Pernambuco (+10,5% - R\$ 520 milhões), Bahia (+10,4% - R\$ 694 milhões) e Ceará (+10,4% - R\$ 535 milhões). A menor variação é do Piauí (+8,8% - R\$ 276 milhões), seguido por Sergipe (+8,9% - R\$ 261 milhões).

O valor do FPM para a Região foi de R\$ 29,6 bilhões, que representa 35,4% do total distribuído. Todos os estados também tiveram ganhos reais. As maiores variações foram da Paraíba (+14,7% - R\$ 352 milhões), seguida por Sergipe (+12,8% - R\$ 146 milhões), Pernambuco (+11,5% - R\$ 424 milhões) e Piauí (+10,9% - R\$ 218 milhões). Os crescimentos no Espírito Santo e em Minas Gerais foram +8,6% (R\$ 116

milhões) e +9,0% (R\$ 901 milhões), respectivamente. As menores variações são de Alagoas (+8,2% - R\$ 141 milhões), Maranhão (+9,7% - R\$ 311 milhões) e Bahia (+9,8% - 682 milhões).

As capitais da Região receberam R\$ 4,0 bilhões até junho de 2024, que representa 48,0% do total transferido para as capitais do País. O FPM distribuído para as capitais nordestinas, que também impacta no FPM da Região teve um crescimento real de +14,7%. Isto, em razão do aumento dos coeficientes de João Pessoa, Teresina e Aracaju. O crescimento de Recife, acima da média, não encontra correspondência com seu coeficiente. Em contrapartida, Maceió foi a que mais perdeu participação (queda de -0,5% no coeficiente), em função do aumento da renda per capita, que fez o fator renda cair. A variação real para Maceió foi apenas +1,3% (+R\$ 4 milhões), enquanto João Pessoa variou +38,5% (R\$ 102 milhões), Aracaju, +23,2% (R\$ 55 milhões), Teresina, +15,1% (R\$ 60 milhões) e Recife, +23,1% (R\$ 86 milhões).

A Tabela 2 traz as previsões para o que vai ser transferido de FPE e FPM, período julho a setembro de 2024 (Tesouro Nacional), e o total para o ano, segundo as novas previsões (Decreto nº 12.307, de 29/05/2024). A expectativa é um crescimento nominal para o ano, no Brasil, em torno dos +14,7% (FPE) e +15,7% (FPM). Para o Nordeste, a expectativa é um pouco maior, +15,0% (FPE) e +16,1% (FPM). As previsões anuais têm as seguintes hipóteses: IPCA – 3,75%, PIB – 2,5% e câmbio – 5,04. O Focus (29/07), na média dos últimos 15 dias do mês de julho, tem as previsões de 4,05%, 2,2% e 5,28, respectivamente. Somando ao valor real até junho, as previsões do Tesouro de julho a setembro, vê-se que a relação com o total do ano (Decreto), está um pouco abaixo dos 75%.

Tabela 3 – Transferências Constitucionais (FPE + FPM) – Brasil, Nordeste e Estados Seleccionados – Julho a setembro - 2024 e 2024 – R\$ milhões

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	julho, agosto e setembro	2024	julho, agosto e setembro	2024	julho, agosto e setembro	2024
Alagoas	1.309	6.427	933	3.924	164	692
Bahia	2.794	13.652	3.833	16.122	329	1.383
Ceará	2.155	10.515	2.080	8.748	365	1.537
Maranhão	2.139	10.448	1.753	7.374	228	961
Paraíba	1.424	6.959	1.372	5.773	183	769
Pernambuco	2.084	10.196	2.053	8.636	230	968
Piauí	1.295	6.331	1.110	4.670	228	961
Rio Grande do Norte	1.214	5.918	1.036	4.358	132	553
Sergipe	1.215	5.925	642	2.703	146	615
Nordeste	15.629	76.373	14.812	62.309	2.006	8.438
Espírito Santo	480	2.362	737	3.099	66	277
Minas Gerais	1.424	7.002	5.441	22.888	183	769
Brasil	30.288	148.228	41.796	175.840	4.180	17.584

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN (previsões de julho a setembro) e Decreto nº 12.037, de 29/05/2024. Total de 2024.

Agências Oficiais de Fomento:

Este capítulo, acompanha a evolução dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas Agências Oficiais de Fomento, na Região Nordeste, no primeiro semestre de 2024. São estas as maiores responsáveis pelo investimento produtivo na Região. A avaliação do comportamento das agências oficiais de fomento, se estende até junho, e permite visualizar o nível de aplicações em todos os estados da Região. A programação para 2024, de empréstimos e financiamentos, efetivamente concedidos, na Região Nordeste, é de R\$ 237,3 bilhões, 12,4% maior que o valor aplicado no ano anterior (R\$ 211,1bilhões). Já foram realizados 52,2% deste valor (R\$ 123,9 bilhões).

Até junho de 2024, os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos (R\$ 123,9 bilhões), equivalem a 52,2% da programação anual, superando os 50,0% em 6 meses. Das principais agências,

apenas o Banco do Brasil (65,9% e R\$ 57,0 bilhões) superou a meta. O BNB (47,2% e R\$ 24,4 bilhões), Caixa (44,0% e R\$ 35,3 bilhões) e BNDES (33,8% e R\$ 6,4 bilhões), estão abaixo da meta.

Olhando a alocação dos recursos por setor de atividade, vê-se que a principal alocação é no setor “outros” (44,6%), em função das aplicações do Banco do Brasil (75,6% e R\$ 41,8 bilhões). Acredita-se ser, em sua maioria, pessoa física. A área de maior risco, por suas particularidades climáticas, o setor rural captou R\$ 12,2 bilhões, em que 81,1% são de responsabilidade do BNB, e 9,1%, da Caixa Econômica Federal, seguida pelo BNDES (6,6%).

Tabela 4 – Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos – Nordeste – Por setor – R\$ Milhões – Até junho de 2024

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermediação Financeira	Serviços	Habitação	Outros ¹
	123.895	12.214	12.139	12.249	1.169	16.224	14.648	55.252
% de cada setor no Nordeste	100,0	9,9	9,8	9,9	0,9	13,1	11,8	44,6
BNB	19,7	81,1	56,7	8,7	0,0	35,9	0,0	1,3
BNDES	5,2	6,6	4,1	3,4	66,4	24,2	0,0	0,0
CAIXA	28,5	9,1	10,7	28,8	0,0	16,2	95,5	23,1
BANCO DO BRASIL	46,0	1,4	25,2	59,1	33,0	23,2	4,5	75,6
OUTROS ²	0,4	0,8	2,5	-	0,6	0,5	0,0	0,0
BASA NORDESTE	0,2	1,1	0,8	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. 1. Principalmente pessoa física. 2. Finep e Finame.
Nota: Os percentuais internos da Tabela, se referem à distribuição, em cada setor, nas agências oficiais de fomento, exemplo: do total aplicado no setor rural (R\$ 12,2 bilhões), 81,1%, é do BNB.

Ainda pela distribuição dos recursos pelos setores produtivos, nas principais agências de fomento, nota-se que o BNB tem uma dispersão mais equilibrada, em que os setores rural, industrial e serviços captaram 92,8% dos recursos, sendo 40,6%, 28,2% e 23,9%, respectivamente. Nesses três setores, o BNDES aplicou 81,4%, só que 61,1% no setor serviços. Na CEF, habitação e “outros”, captaram 75,8% dos empréstimos e financiamentos.

Na distribuição das aplicações por porte, no caso do BNB, vê-se que os empréstimos e financiamentos para os segmentos micro, pequeno e médio, consomem 73,3% dos recursos, quando do total de todas as agências, é 84,1%, em que 58,6% é Micro. O segmento grande porte (médio grande e grande), no BNB, participa com 26,7% dos recursos. É neste segmento que se encontram os empreendimentos de infraestrutura, base para as outras cadeias produtivas, e geradoras de funding suficiente para dar sustentação aos empreendimentos de maior risco, nos outros portes. O segmento micro, que incorpora as aplicações para pessoa física, é o foco do Banco do Brasil (74,9% das aplicações) e da Caixa (72,5%).

Tabela 5 – Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos – Nordeste – Por porte – R\$ Milhões – Até junho de 2024

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
	123.895	72.664	17.434	14.080	4.178	15.539
% de cada setor no Nordeste	100,0	58,6	14,1	11,4	3,4	12,5
BNB	19,7	5,7	26,5	64,6	95,4	16,2
BNDES	5,2	0,1	2,0	7,8	0,0	31,5
CAIXA	28,5	35,2	37,1	5,2	4,6	15,0
BANCO DO BRASIL	46,0	58,8	33,9	19,6	0,0	36,2
OUTROS ¹	0,4	0,0	0,4	2,5	0,0	0,4
BASA NORDESTE	0,2	0,1	0,2	0,3	0,0	0,7

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. 1. Finep e Finame.
Nota: Os percentuais internos da Tabela, se referem a distribuição, em cada porte, nas agências oficiais de fomento, exemplo: do total aplicado no porte micro (R\$ 76,7 bilhões), 5,7%, é do BNB.

Do total dos recursos aplicados (R\$ 123,9 bilhões), 66,8% foram destinados aos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão (R\$ 82,8 bilhões). No caso do BNB, o percentual sobe para 71,2% (R\$ 17,4 bilhões). O Banco do Brasil, 65,6% e a Caixa, 64,2%. A Finep e Finame aportaram R\$ 499 milhões, em que o Ceará ficou com 58,6% dos recursos, seguido da Bahia (26,4%) e do Piauí (15,0%). Olhando o Estado que teve o maior aporte de recursos, por agência, vê-se que a Bahia (28,0%) tem a primeira posição. No BNB, Pernambuco (16,1%) tem a segunda posição. No BNDES, a segunda posição é do Rio Grande do Norte (11,3%). No Banco do Brasil, é o Maranhão (15,2%), e Pernambuco (16,8%), na Caixa Econômica Federal.

Tabela 6 – Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos – Nordeste – Por Estado – R\$ Milhões – até junho de 2024

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	BNB	BNDES	BB	CEF	BASA	OUTROS ¹
	123.895	24.373	6.426	57.037	35.312	246	499
% de cada Estado no Nordeste	100	19,7	5,2	46,0	28,5	0,2	0,4
Alagoas	5,2	4,2	7,1	4,3	7,1	-	0,0
Bahia	28,0	32,2	55,0	25,1	24,9	-	26,4
Ceará	12,7	11,7	7,5	12,2	14,6	-	58,6
Maranhão	12,0	11,2	6,3	15,2	7,9	100	-
Paraíba	6,2	4,3	3,4	5,4	9,6	-	0,0
Pernambuco	14,2	16,1	4,7	13,0	16,8	-	0,0
Piauí	8,7	7,9	2,5	11,5	5,8	-	15,0
Rio Grande do Norte	8,6	6,8	11,3	9,4	8,0	-	-
Sergipe	4,5	5,6	2,1	3,9	5,3	-	-

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. 1. Finep e Finame.
Nota: Os percentuais internos da Tabela, se referem a distribuição, em cada Estado, nas Agências Oficiais de Fomento, exemplo: do total aplicado no BNB (R\$ 24,3 bilhões), 32,2%, é da Bahia.

Grau de Endividamento:

O quadro financeiro das Unidades Federativas e Cidades brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Os entes federados só podem tomar operações de crédito se seu GRE, constituído pela relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL), for menor que 2.

O índice de endividamento nacional saiu de 0,88 (2021), para 0,77 (2022), 0,79 em 2023, e 0,72 no primeiro quadrimestre de 2024. Enquanto isso, o índice nordestino era 0,31 em 2022, passou para 0,31 em 2023 e, no primeiro quadrimestre de 2024 caiu para 0,21. A relação entre o GRE do Nordeste e do Brasil, vem caindo, 42,9% (2022), 39,4 (2023) e 29,3% (2024).

O Nível de Endividamento das Capitais representava 22,6% do Endividamento dos Estados (2021). Caiu para 9,0% em 2022, subiu para 11,6% em 2023, e caiu para 5,5% no primeiro quadrimestre de 2024. A participação é muito baixa, e sinaliza que as capitais têm autonomia e recursos para bancarem suas ações, enquanto fica para o Estado, a obrigação de atuação em todos os outros municípios, principalmente em saúde, e infraestrutura. Nas capitais da Região Sul, apenas Florianópolis tem DCL positivo, ou seja, na Região Sul os recursos em caixa superam suas dívidas líquidas consolidadas. As capitais da Região Norte, é que têm o maior nível de endividamento (0,11), seguida pelo Centro-Oeste (0,10), mas, mesmo assim, é muito baixo. No Nordeste, a relação entre os endividamentos das Capitais e Estados, saiu de 34,5% (2021), para 28,4% (2022), 33,0% em 2023, e 36,2% no primeiro quadrimestre de 2024.

Quatro Estados (MG, RJ, SP e RS), representavam 87,1% da DCL (Dívida Consolidada Líquida) do País em 2023, e 44,6% da RCL (Receita Corrente Líquida). No primeiro quadrimestre de 2024, passaram para 91,2% e 42,7%, respectivamente. À exceção do Rio Grande do Sul, que manteve sua DCL e RCL de 2023, em 2024, os outros estados tiveram reduções em seus índices de endividamento. No entanto, todas outras Regiões, também tiveram. Os índices do Sudeste (1,37) e do Sul (0,68) são os mais altos, enquanto o do Norte (0,05) é o mais baixo.

O GRE da Região Nordeste teve uma variação de -25,4%, em função da queda de -25,9% (variação nominal) em sua DCL, e um aumento de sua RCL (variação nominal de +9,0%). O Nordeste detém 6,6% da DCL nacional e 22,5% da RCL. A redução do índice nacional de endividamento (0,79 para 0,72), -8,6%, se deve à queda de -4,5% na DCL, e a um aumento de +4,5%, no RCL.

O Estado de Alagoas piorou seu índice de endividamento em 2024, de 0,70 (2023) para 0,71 (2024). A sua Dívida Consolidada Líquida aumentou +10,2%, de 2023 para o 1º quadrimestre de 2024, enquanto sua Receita Corrente Líquida cresceu +8,4%. As maiores reduções nos níveis de endividamento, na Região, ocorreram em Pernambuco (-44,6%), Sergipe (-35,0%), Bahia (-29,8%) e Ceará (-29,0%). No primeiro, houve uma redução na DCL de -39,1% e um aumento na RCL de +9,9%. No segundo, uma redução na DCL (-31,5%) e aumento na RCL (+5,3%). Na Bahia, as variações foram -22,5% (DCL) e +10,4% (RCL). No Ceará, a DCL caiu -23,1% e a RCL aumentou em +8,4%. Tanto a Paraíba, quanto o Espírito Santo têm GRE igual a zero porque tinham recursos em caixa acima do valor de suas DCL. A única capital nordestina que teve aumento em seu índice foi Natal, em função do aumento em sua DCL de +30,9% e um aumento muito menor de sua RCL (+6,2%).

Tabela 7 – Grau de Endividamento (GRE) Regiões, Brasil e Estados Seleccionados – 2023 e 1º quadrimestre de 2024

Estado/Região/País	Estado				Capital		
	2023	2024	Relação(%)¹	Var. %	2023	2024	Var. %
Alagoas	0,70	0,71	98,9	1,7	0,00	0,00	-
Bahia	0,36	0,26	35,4	-29,8	0,13	0,11	-10,0
Ceará	0,29	0,21	28,8	-29,0	0,25	0,22	-10,9
Maranhão	0,17	0,00	-	-100,0	0,00	0,00	-
Paraíba	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-
Pernambuco	0,32	0,18	24,5	-44,6	0,24	0,22	-8,1
Piauí	0,47	0,41	57,2	-12,2	0,28	0,25	-9,7
Rio Grande do Norte	0,25	0,20	27,5	-21,5	0,24	0,29	23,3
Sergipe	0,23	0,15	20,6	-35,0	0,16	0,15	-4,2
Nordeste	0,31	0,21	29,3	-32,0	0,10	0,08	-25,4
Norte	0,11	0,05	7,2	-50,5	0,14	0,11	-22,4
Sudeste	1,42	1,37	189,7	-3,4	0,08	0,04	-42,7
Espírito Santo	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-
Minas Gerais	1,68	1,57	216,9	-6,9	0,06	0,00	-100,0
Sul	0,74	0,68	94,2	-7,5	0,00	0,00	-
Centro-Oeste	0,13	0,09	13,0	-28,3	0,19	0,10	-45,0
Brasil	0,79	0,72	100,0	-8,6	0,09	0,04	-56,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional (2024 e 2023). 1. Relação entre o índice estadual/capital com o índice nacional, em 2024. 2. Quando o Grau de endividamento é zero, quer dizer que o Estado/Capital tinha recurso em caixa acima de sua dívida consolidada líquida.

10 Intermediação Financeira

As concessões de crédito nas operações de empréstimos e financiamentos do Sistema Financeiro Nacional, no 1º semestre de 2024, assinalaram R\$ 3,34 trilhões, representando crescimento nominal de 14,0%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. As concessões destinadas a pessoa jurídica apresentaram avanço de 13,5%, enquanto, a pessoa física, apresentou evolução positiva de 14,3% nos créditos concedidos no 1º semestre de 2024, em relação ao mesmo período de 2023.

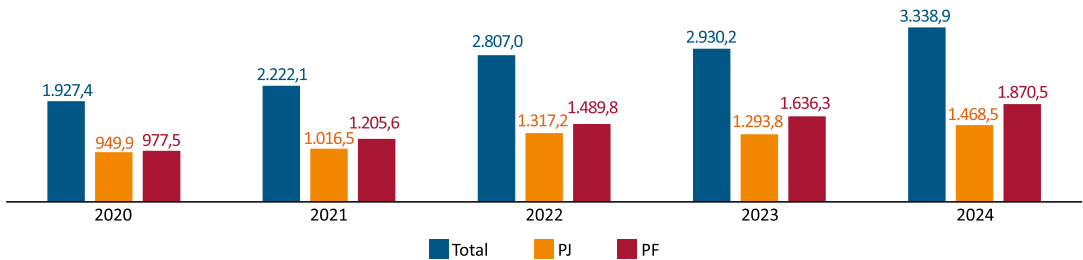
Neste contexto, o saldo total da carteira de crédito mostrou avanço no 1º. Semestre, de forma que o estoque total superou a marca de R\$ 6,0 trilhões, levando a relação crédito/PIB para 53,9%. O resultado fez com que o ritmo de expansão anual da carteira seguisse acelerando, fechando o 1º semestre com um ganho de tração interessante, de 7,7% em janeiro, 9,1% em maio, e 9,9% em junho.

Sob a ótica das origens, os recursos podem ser caracterizados em recursos livres e direcionados. Nas concessões de crédito das operações que utilizam os recursos livres, que correspondem aos contratos com taxas de juros livremente pactuadas entre instituições financeiras e mutuários (taxas de mercado), foi contratado o montante de R\$ 3,0 trilhões, de janeiro a junho de 2024, o que representa crescimento de 13,6%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Entre as modalidades de crédito destinadas às empresas, que usam o funding dos recursos livres, as concessões de crédito totalizaram R\$ 1,36 trilhão no 1º semestre de 2024, o que sinaliza variação positiva de 13,2%. Neste período, em termos de volume de recursos concedidos para as empresas, as mais significativas foram as operações de desconto de duplicatas e recebíveis (R\$ 379,2 bilhões), antecipação de cartão de crédito (R\$ 249,6 bilhões) e Cheque Especial (R\$ 133,0 bilhões), de maneira que somente estas três modalidades representaram 56,2% de todo os recursos concedidos às empresas no 1º semestre de 2024, sob o âmbito dos recursos livres. As modalidades de crédito que apresentaram maior performance de crescimento na concessão de crédito, também sob o amparo dos recursos livres, para as empresas no 1º semestre de 2024, quando comparado com o mesmo período do ano passado, podem-se destacar: vendedor (77,8%) e antecipação de cartão de crédito (63,1%).

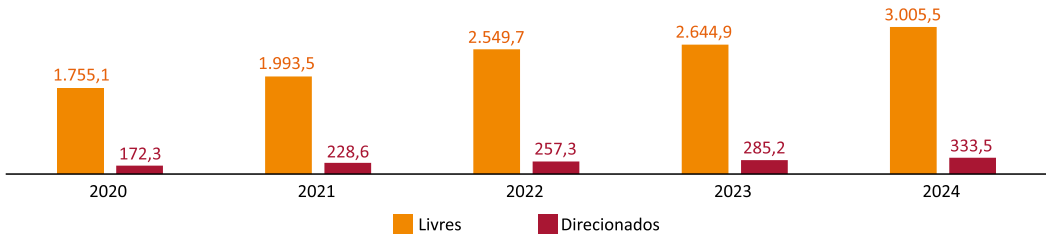
Nos recursos direcionados, onde operações de crédito são regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculadas a recursos orçamentários, destinadas, basicamente, à produção e ao investimento de médio e longo prazos aos setores imobiliário, habitacional, industrial, comercial, rural, serviços e de infraestrutura, foram concedidos créditos do 1º semestre de 2024 no montante de R\$ 333,5 bilhões, o que significa avanço nominal de 16,9%, em comparação com o mesmo período de 2023.

Gráfico 1 – Concessões de Crédito – Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física – R\$ Bilhões – Janeiro a Junho: 2020 a 2024



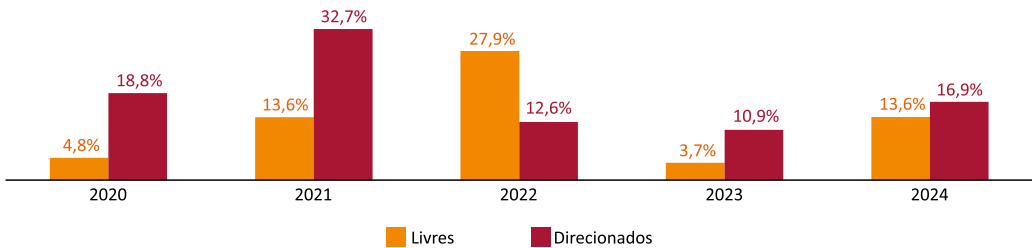
Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: BNB/Etene (2024).

Gráfico 2 – Concessões de Crédito – Recursos Livres e Direcionados – R\$ Bilhões – Janeiro a Junho: 2020 a 2024



Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: Etene (2024).

Gráfico 3 – Concessões de Crédito – Recursos Livres e Direcionados – Variação (%) em Relação ao Ano Anterior – Janeiro a Junho: 2020 a 2024



Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: Etene (2024).

Tabela 1 – Recursos Livres - Pessoa Jurídica – Contratações (R\$ milhões) – Janeiro a Junho de 2024 - Por Modalidade

Modalidade	Part. (%)	Valor
Desconto de Duplicata e Recebíveis	28,0%	379.220
Antecipação de Cartão de Crédito	18,4%	249.640
Cheque Especial	9,8%	133.005
Conta Garantida	7,3%	99.236
ACC	6,4%	86.218
Capital de Giro Superior a 365 Dias	6,2%	83.497
Cartão de Crédito - Rotativo	5,9%	80.592
Capital de Giro Até 365 Dias	3,3%	44.295
Financiamento à Exportação	2,7%	37.140
Arrendamento de Veículos	2,7%	35.986
Cartão de Crédito - Parcelado	2,3%	31.270
Aquisição de Veículos	2,1%	28.180
Outros Créditos Livres	2,0%	27034
Capital de Giro - Rotativo	0,6%	8.158
Aquisição de Outros Bens	0,6%	7.805
Financiamento à Importação	0,5%	6.115
Compror	0,4%	5.605
Vendor	0,4%	4.864
Repasse Externo	0,2%	2.742
Cartão de Crédito - À vista	0,2%	2.371
Desconto de Cheques	0,2%	2.282
Arrendamento de Outros Bens	0,0%	620
Total	100,0%	1.360.420

Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: Etene (2024).

A taxa de inadimplência do Nordeste registrou +4,13% no final 1º semestre de 2024, o que representa queda de 0,31 pontos percentuais (p.p.) nos últimos 12 meses. O comportamento da inadimplência no Nordeste, nos últimos 12 meses, vem apresentando melhora em razão da pessoa física, que registrou recuo de 0,69% p.p. no período.

No Nordeste, as inadimplências mais baixas, no mês de junho, foram observadas no Piauí (3,34%) e em Sergipe (3,87%). Espírito Santo (+2,61%) e Minas Gerais (2,79%), que fazem parte da área de atuação do BNB, apresentaram inadimplência inferior à média brasileira (3,24%).

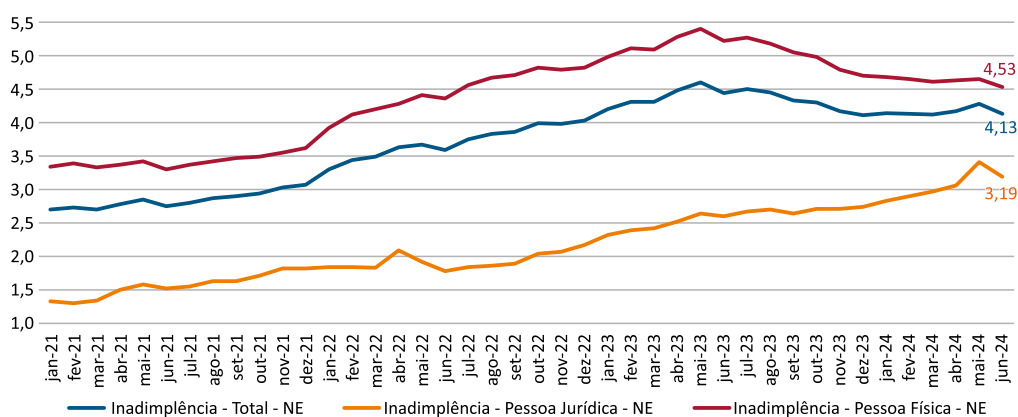
As operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, sob o lastro de recursos livres e direcionados, encerraram o mês de junho de 2024 com taxa média de juros de 27,6% a.a., conforme informações publicadas pelo Banco Central. Nos últimos 12 meses, a taxa de juros média já recua 3,8 pontos percentuais. Desde o ponto de inflexão da taxa Selic, que é a taxa de referência da economia, a taxa média de juros das operações de crédito apresentou trajetória de queda. Contudo, a recente interrupção da queda da Taxa Selic, provocou impacto na trajetória de curto prazo dos juros, de forma que se observa estabilidade nos últimos meses.

O *spread* bancário, que representa a diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos, sendo, em grande medida, a margem de rentabilidade dos bancos, registrou 18,4 % no último mês de junho de 2024, e da mesma forma que os juros totais, apresentou recuo nos últimos doze meses (-3,3 pontos percentuais). Entre os segmentos, o *spread* da pessoa jurídica (8,2%) continua mais baixo que o *spread* da pessoa física (+23,3%), fundamentalmente pela menor inadimplência, maior respaldo das operações bancárias com garantias reais, entre outros fatores econômico-financeiros.

A taxa de inadimplência das operações de crédito, correspondente aos atrasos superiores a noventa dias, situou-se no Brasil em 3,24% no mês de junho de 2024 (-0,28 p.p. nos últimos 12 meses), alcançando 3,66% no crédito às famílias (-0,52 p.p. nos últimos 12 meses) e 2,58% no crédito às empresas (+0,08 p.p. nos últimos 12 meses).

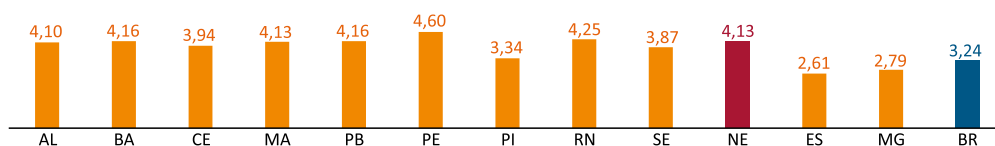
O Nordeste deve seguir o curso do mercado de crédito no País, que combinado com a melhora do mercado de trabalho e da renda, além do processo de desinflação, a Região deve continuar a dinâmica de redução do nível de inadimplência.

Gráfico 4 – Inadimplência – Nordeste - Total, Pessoa Física e Pessoa Jurídica – % Anual – Janeiro de 2021 a Junho de 2024



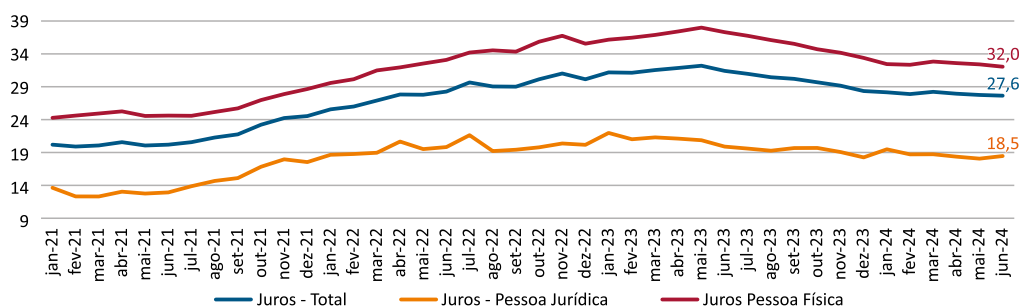
Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: BNB/Etene (2024).

Gráfico 5 – Inadimplência – Nacional, Regional e Estados da Área de Atuação do BNB – % – Junho de 2024



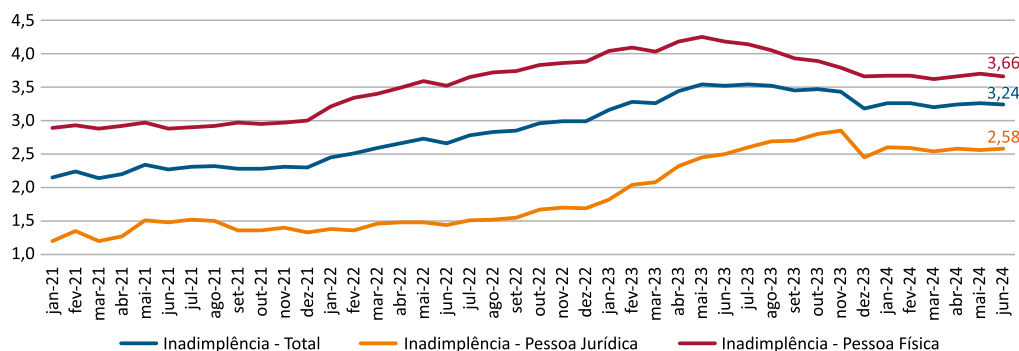
Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: BNB/Etene (2024).

Gráfico 6 – Taxas de Juros – Total, Pessoa Física e Pessoa Jurídica – % Anual – Janeiro de 2021 a Junho de 2024



Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: BNB/Etene (2024).

Gráfico 7 – Inadimplência – Brasil - Total, Pessoa Física e Pessoa Jurídica – % Anual – Janeiro de 2021 a Junho de 2024



Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: BNB/Etene (2024).

Carteira de crédito do Nordeste

O Sistema Financeiro Nordestino registrou um saldo de operações de crédito de R\$ 830,72 bilhões em junho de 2024, o que representa crescimento de 11,6% em comparação ao mesmo mês do ano anterior. Este aumento foi superior ao observado em âmbito nacional, onde o crédito cresceu 9,9% no mesmo período.

A Região Nordeste registrou avanço no crédito, impulsionado pelo crescimento das carteiras de crédito de pessoas jurídicas, que aumentaram 12,7%, e de pessoas físicas, que subiram 11,1%. Ao final do 1º. semestre de 2024, o saldo das operações de empréstimos e financiamentos destinados às famílias representava 70,2% do total, enquanto as empresas respondiam pelos 29,8% restantes.

Crédito nos Estados

Entre os estados da área de atuação do Banco, as maiores elevações no saldo das operações de crédito ocorreram no Espírito Santo (+17,8%) e Piauí (+17,2%), no mês de junho de 2024, quando comparado com o mesmo mês no ano de 2023.

A velocidade de crescimento dos empréstimos e financiamentos das pessoas jurídicas foram as forças motrizes da carteira de crédito do Espírito Santo e do Piauí, uma vez que avançaram 20,9% e 25,4%, respectivamente.

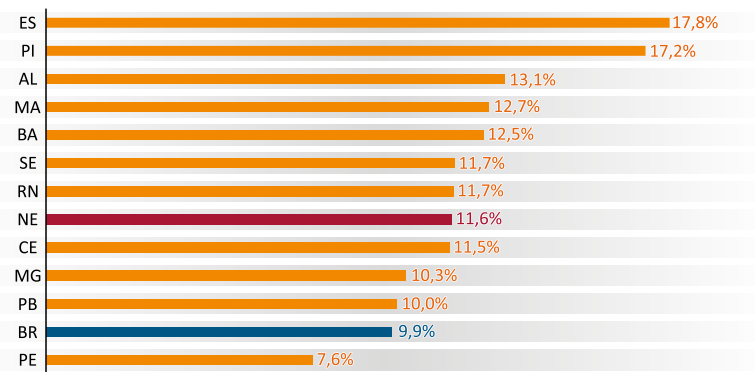
No montante total de crédito, os principais estados no Nordeste são: Bahia (R\$ 227,1 bilhões), Pernambuco (R\$ 133,1 bilhões) e Ceará (R\$ 129,7 bilhões).

Crédito nas Regiões do Brasil

Regionalmente, considerando as operações acima de R\$ 1 mil, a maior expansão do saldo de crédito em 2024, acumulado nos últimos doze meses até junho, foi na Região Norte, com um crescimento de 15,5%. Em segundo lugar ficou a Região Centro-Oeste, com um aumento de 14,3%, enquanto o Nordeste ficou em terceiro, com um crescimento de 11,6%, superando a média nacional de 9,9%. Esse desempenho reflete a robustez e a resiliência das economias regionais frente aos desafios macroeconômicos enfrentados pelo País.

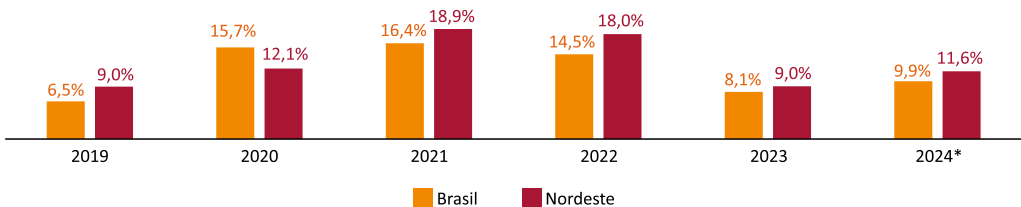
No cenário prospectivo, a melhora dos indicadores econômicos, como a redução do desemprego, o aumento da renda e da massa salarial, deve impulsionar ainda mais o crédito no Nordeste. Esses fatores contribuirão para um ambiente econômico mais favorável, estimulando o consumo e os investimentos na Região.

Gráfico 8 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Estadual - Área de Atuação do BNB – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - Junho de 2024



Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: BNB/Etene (2024).

Gráfico 9 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Nordeste – Em 12 Meses % - 2019 a 2024*



Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: BNB/Etene (2024).
Nota: 2024 refere-se ao acumulado dos últimos doze meses, encerrados em junho de 2024.

Tabela 2 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Regiões – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2019 a 2024*

	2019	2020	2021	2022	2023	2024*
Brasil	6,5%	15,7%	16,4%	14,5%	8,1%	9,9%
Centro-Oeste	10,0%	17,3%	17,4%	17,8%	12,4%	14,3%
Nordeste	9,0%	12,1%	18,9%	18,0%	9,0%	11,6%
Norte	13,2%	17,9%	27,4%	22,4%	14,1%	15,5%
Sudeste	4,1%	15,6%	14,9%	10,9%	5,7%	8,4%
Sul	8,7%	19,1%	15,4%	16,2%	7,7%	10,7%

Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: BNB/Etene (2024).
Nota: 2024 refere-se ao acumulado dos últimos doze meses, encerrados em junho de 2024.

11 Índices de Preços

É sempre bom dar o devido destaque para o fenômeno da inflação, no sentido de que provoca perdas irreversíveis nas rendas das classes trabalhadores, as mais vulneráveis a esse poder de corrosão. Os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, 2022, com os dados de dezembro de 2021, deixam isso claro. Dos trabalhadores cadastrados, na Região Nordeste, 63,4% ganham até dois salários mínimos. Este percentual cai para 51,2% no País como um todo. A ampliação do limite para três salários mínimos, apresenta que 75,4% dos trabalhadores na Região, estão dentro desse limite, índice que cai para 68,5% no Brasil. Fica claro, que os trabalhadores na base da pirâmide social são os que mais sofrem quando os índices inflacionários crescem, ver Tabela 1. Vale a pena acompanhar a evolução dos itens: alimentação no domicílio, gás butano, energia residencial e ônibus municipal, que afetam diretamente as classes menos abastadas.

Tabela 1 – Percentual de Vínculos Empregatícios, por Faixa de Remuneração – RAIS 2021

Número de vínculos empregatícios por faixa de remuneração dezembro de 2021				
Regiões/Brasil	Até 1 SM	1 SM < x < 2 SM	2 SM < x < 3 SM	Até 3 SM
Norte	9,0	46,3	14,9	70,1
Nordeste	12,7	50,7	12,0	75,4
Sudeste	5,6	42,3	18,2	66,1
Sul	5,3	41,6	22,1	68,9
Centro-Oeste	7,0	42,5	16,1	65,6
Brasil	7,2	44,0	17,4	68,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da RAIS 2022, Ministério do Trabalho e Emprego (até 23 de janeiro de 2024, não foram divulgados os dados para 2022). Nota: SM – Salário mínimo.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Comentários Iniciais:

O centro da meta do IPCA, para 2024, é 3,00%, com o teto de 4,5%. Entre 2020 e 2022, o índice nordestino sempre ficou acima da média nacional. Em 2023, a situação inverteu-se; o índice da Região representa 84,8% do índice nacional (Nordeste – 3,92% e Brasil – 4,62%), ver Tabela 2.

Tabela 2 – IPCA Brasil e Nordeste e Meta

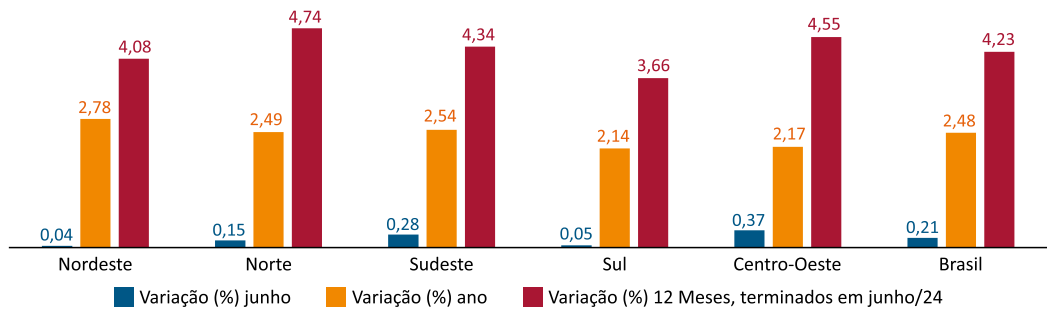
ANO	IPCA NORDESTE	IPCA BRASIL	META
2020	5,08	4,52	5,50
2021	10,53	10,06	5,25
2022	5,99	5,78	5,00
2023	3,92	4,62	4,75

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2023).

A última vez que o IPCA nacional tinha ficado abaixo da meta foi em 2020 (4,52% para 5,50%). Superou o teto em 2021 (10,06% para 5,25%), em 2022 (5,78% para 5,00%), e ficou abaixo do teto, em 2023, 4,62% para 4,75%. No primeiro semestre de 2024, o índice para doze meses, terminados em junho, está abaixo da meta (+4,23%). Na Região Nordeste, aconteceu o mesmo.

A Região Nordeste tem a menor inflação no mês de junho, +0,04%, ficando a Região Sul (+0,05%), em segundo lugar. O baixo índice da Região Nordeste, se explica pelas deflações em Salvador (-0,04%) e Recife (-0,09%). O valor de dezembro ficou 0,50 pontos percentuais (p.p.) abaixo da taxa de +0,54% registrada em maio. Em junho de 2023, a variação havia sido -0,15%. No entanto, no ano de 2024, a Região tem o maior índice entre todas as Regiões, ver Gráfico 1.

Gráfico 1 – IPCA (%) – Brasil e Regiões – Junho, ano e em doze meses, terminados em junho de 2024



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).

Em junho, quatro capitais nordestinas estão abaixo do ponto médio, São Luís (+0,11%), Aracaju (+0,08%) e Salvador e Recife, já citadas. Fortaleza (+0,28%) ocupa a sexta posição entre as capitais pesquisadas; as inflações de Salvador (+0,84%) e Fortaleza (+0,83%), só perdem para Rio Branco (+0,9%). Fortaleza detém a quinta maior inflação no ano, +4,88%, e junto com São Luís, são as capitais da Região que não cumpriram a meta em doze meses. No ano, São Luís (+4,23%) e Aracaju (+3,84%) ocupam as primeiras posições entre as capitais pesquisadas, seguidas por Recife (+2,61% e 4ª posição, Fortaleza (+2,52% e 6ª posição) e Salvador (+2,46% e 7ª posição). Em doze meses terminados em junho, São Luís ocupa a 2ª posição (+5,04%) e Recife (+3,26%), a última. Em posições intermediárias, estão Fortaleza (+4,71% e 5ª posição), Aracaju (+4,54% e 6ª posição) e Salvador (3,93% e 13ª posição).

Os dados para o Brasil, mostram que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de junho teve alta de 0,21%, 0,25 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de 0,46% registrada em maio. No ano, o IPCA acumula alta de 2,48% e, nos últimos 12 meses, de 4,23%, acima dos 3,93% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em junho de 2023, a variação havia sido de -0,08%. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete tiveram alta em junho. O maior impacto veio de Alimentação e bebidas (0,44%), com 0,10 p.p. de contribuição. Já a maior variação veio do grupo Saúde e cuidados pessoais, com alta de 0,54% e 0,07 p.p. de contribuição. Por sua vez, Transportes registrou queda de 0,19%, após subir 0,44% em maio. Os demais grupos ficaram entre o -0,08% de Comunicação e o 0,29% de Despesas Pessoais.

O IPCA regional no mês – detalhamento das principais variações:

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de junho, na Região Nordeste, teve alta de 0,04%, 0,50 pontos percentuais (p.p.) abaixo da taxa de 0,54% registrada em maio. No ano, o IPCA nordestino acumula alta de 2,78% e, nos últimos 12 meses, de 4,08%, acima dos 3,88% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em junho de 2023, a variação havia sido de -0,15%. O IPCA da Região Nordeste (+0,04%) ficou abaixo do índice nacional (0,21%). Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, cinco tiveram alta em junho. Saúde e cuidados pessoais (+0,32%) tem o maior impacto (+0,05 p.p.). Na sequência, veio o grupo Vestuário (+0,32% e +0,02 p.p.) e Despesas pessoais (+0,17% e +0,02 p.p.). No campo negativo, a redução ocorreu em Transportes (-0,12%), Comunicação (-0,40%) e Artigos de residência (-0,36%). Os demais grupos ficaram entre o +0,00% de Habitação e o +0,04% de Alimentação e bebidas.

Tabela 3 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – junho de 2024

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste	Brasil
Índice Geral	0,28	-0,09	-0,04	0,08	0,11	0,04	0,21
Alimentação e Bebidas - p.p.	0,06	0,00	-0,00	0,01	-0,04	0,01	0,10
Habituação - p.p.	0,11	0,01	-0,09	0,03	0,09	-0,00	0,04
Artigos de Residência - p.p.	-0,02	-0,03	-0,01	-0,01	0,00	-0,01	0,01
Vestuário - p.p.	0,03	0,02	0,01	-0,01	0,01	0,02	0,00
Transportes - p.p.	0,02	-0,10	-0,00	-0,09	0,03	-0,02	-0,04
Saúde e Cuidados Pessoais - p.p.	0,07	0,02	0,05	0,14	0,01	0,05	0,07
Despesas Pessoais - p.p.	0,03	0,00	-0,00	0,03	0,04	0,02	0,03
Educação - p.p.	-0,00	0,00	0,01	0,00	-0,01	0,00	0,00
Comunicação - p.p.	-0,01	-0,02	-0,01	-0,02	-0,03	-0,02	-0,00

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2023). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

O grupo Saúde e cuidados pessoais tem suas maiores variações em higiene pessoal (+0,9%), serviços laboratoriais e hospitalares (+0,5%) e planos de saúde (+0,4%). Joias e bijuterias (+0,7%), calçados (+0,6%) e roupas (+0,2%), são as principais variações em Vestuário. Em Despesas pessoais, os principais aumentos são de hospedagem (+1,1%), cigarro (+0,5%) e serviços pessoais (+0,4%).

Fortaleza (+0,28%) tem o maior IPCA na Região, e Recife (-0,09%), o menor, sendo umas das duas capitais pesquisadas na Região, com índice negativo em junho. Em Fortaleza, os grupos mais relevantes são Habituação (+0,66% e 0,11 p.p.), Saúde e cuidados pessoais (+0,49% e 0,07%) e Alimentação e bebidas (+0,24% e 0,06 p.p.), que representam 82,8% do índice total. Em Recife (-0,09%) a deflação se explica das reduções em Transportes (-0,52% e -0,10 p.p.), Artigos de residência (-0,74% e -0,03 p.p.) e Comunicação (-0,62% e -0,02 p.p.), que representam 168,8% do índice total.

O grupo Alimentação e bebidas em Fortaleza, teve seus maiores acréscimos no arroz (+1,7%), açúcar e derivados (+1,4%), hortaliças e verduras (+1,3%), leite e derivados (+3,4%), café moído (+8,0%) e sal e condimentos (+3,1%). Aluguel e taxas (+0,1%) e energia elétrica residencial (+2,6%), são as principais variações em Habituação. No grupo Saúde e cuidados pessoais, se sobressaem produtos óticos (+2,9%), serviços médicos e dentários (+1,1%) e higiene pessoal (+1,0%).

A redução no grupo Transportes, em Recife, tem como principais responsáveis o subgrupo veículo próprio (-0,4%), gasolina (-1,1%) e óleo diesel (-1,6%). Em Artigos de residência, as reduções relevantes são de mobiliário (-1,9%), e tv, som e informática (-0,6%). A redução no grupo Comunicação, é oriunda da queda em aparelho telefônico (-3,0%).

O IPCA regional no ano – detalhamento das principais variações:

No ano, o IPCA regional já acumula +2,78%. São Luís (+4,21%) e Aracaju (+3,84%) ocupam as primeiras posições nas capitais pesquisadas. Recife (+2,61%) têm a quarta posição. Fortaleza (+2,52%) e Salvador (2,46%) têm a 6ª e a 7ª posições.

Os principais grupos que geraram impactos, no índice regional, foram Alimentação e bebidas, Saúde e cuidados pessoais e Educação. São responsáveis por 81,7% do IPCA nordestino.

Os maiores impactos no grupo Alimentação e bebidas, vieram do tomate (+46,1%), hortaliças (+17,7%), arroz (+13,5%), frutas (+11,5%), bebidas e infusões (+6,7%) e aves e ovos (+4,9%). Produtos farmacêuticos (+6,8%), planos de saúde (+4,3%), higiene pessoal (+4,7%) e serviços médicos e dentários (+3,3%), são os destaques do grupo Saúde e cuidados pessoais. Em Educação, o grupo pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, aumentou, em média, +8,7% no ano, leitura, +3,8% cursos diversos (+4,5%).

Tabela 4 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Até junho de 2024

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luis	Nordeste	Brasil
Índice Geral	2,52	2,61	2,46	3,84	4,21	2,78	2,48
Alimentação e Bebidas - p.p.	1,33	1,20	1,03	1,41	1,48	1,20	1,01
Habitação - p.p.	0,16	0,05	-0,12	0,21	0,88	0,11	0,24
Artigos de Residência - p.p.	0,07	-0,06	-0,07	0,01	0,02	-0,02	-0,02
Vestuário - p.p.	0,00	-0,03	-0,01	0,02	0,21	0,01	0,03
Transportes - p.p.	-0,26	0,31	0,17	0,77	0,64	0,21	0,02
Saúde e Cuidados Pessoais - p.p.	0,64	0,70	0,83	0,74	0,47	0,71	0,59
Despesas Pessoais - p.p.	0,10	0,09	0,14	0,19	0,24	0,13	0,18
Educação - p.p.	0,39	0,30	0,41	0,44	0,21	0,36	0,34
Comunicação - p.p.	0,09	0,06	0,08	0,07	0,05	0,07	0,09

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Em São Luís, os principais responsáveis pelo índice (+4,21%), são os grupos Alimentação e bebidas (+5,7% e impacto de +1,5 p.p.), Habitação (+6,3% e impacto de +0.9 p.p.) e Transportes (+3,5% e impacto de +0,6 p.p.), que representam 71,4% do total do índice. No grupo Alimentação e bebidas, os principais aumentos, vêm do arroz (+8,4%), feijão mulatinho (+13,7%), tomate (+41,7%), hortaliças e verduras (+13,8%), frutas (+11,4%), café moído (+13,9%) e sal e condimentos (+21,4%). Aluguel e taxas (+12,8%), gás de botijão (+5,0%) e energia (+5,9%), são os principais responsáveis pelo índice do grupo Habitação. Em Transportes, as variações relevantes são de veículo próprio (+3,0%) e gasolina (+8,9%).

As principais variações, em Aracaju, vêm de Alimentação e bebidas (+6,3% e impacto de +1,4 p.p.), Transportes (+4,2% e impacto de 0.8 p.p.) e Saúde e cuidados pessoais (+4,4% e impacto de 0,7 p.p.), que representam 75,8% da variação total. Arroz (+19,6%), tomate (+55,0%), hortaliças e verduras (+19,9%), banana prata (+12,4%), café moído (+20,5%) e sal e condimentos (+7,2%), são os principais aumentos em Alimentação e bebidas. Em Transportes, as variações relevantes são de transporte por aplicativo (+13,8%) e gasolina (+17,5%). Produtos óticos (7,4%), serviços médicos e dentários (+6,3%), planos de saúde (+4,3%) e higiene pessoal (+4,5%), são os principais responsáveis em Saúde e cuidados pessoais.

O IPCA regional em doze meses, terminados em junho – detalhamento das principais variações:

Em doze meses, terminados em junho de 2024, o IPCA regional (+4,08%) é menor que a média nacional (+4,23%). O índice regional só está acima do índice da Região Sul (+3,66%). Os quatro grupos que mais impactaram o índice regional (Alimentação e bebidas, Transportes, Saúde e cuidados pessoais e Educação), representam 81,1% do total da inflação.

As principais variações nos quatro grupos foram: arroz (+27,6%), tubérculos, raízes e legumes (+41,2%), frutas (+16,0%) e refeição (+3,7%). Cabe destacar a redução em carnes (-5,8%); gasolina (+12,4%), óleo diesel (+17,1%), taxi (+10,3%) e ônibus intermunicipal (+6,4%); produtos farmacêuticos (+8,8%), planos de saúde (+9,3%) e higiene pessoal (+2,3%); pré-escola, ensino fundamental e ensino médio (+9,5%, média), leitura (+6,7%) e cursos diversos (+6,0%).

Tabela 5 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Em doze meses, terminados em junho de 2024

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luis	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	4,71	3,26	3,93	4,54	5,04	4,08	4,23
Alimentação e Bebidas - p.p.	1,29	0,90	0,69	0,82	1,09	0,90	1,01
Habitação - p.p.	0,58	0,08	0,08	0,25	1,36	0,32	0,46
Artigos de Residência - p.p.	-0,01	-0,09	-0,11	0,04	-0,11	-0,07	-0,01
Vestuário - p.p.	0,13	-0,00	0,11	0,07	0,22	0,10	0,11
Transportes - p.p.	0,95	0,84	1,23	1,13	1,24	1,08	0,93
Saúde e Cuidados Pessoais - p.p.	0,79	0,91	0,97	1,12	0,63	0,89	0,82
Despesas Pessoais - p.p.	0,31	0,31	0,47	0,50	0,39	0,39	0,45
Educação - p.p.	0,60	0,31	0,47	0,55	0,24	0,44	0,42
Comunicação - p.p.	0,06	0,01	0,03	0,05	-0,03	0,03	0,05

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

São Luís (+5,05%) e Fortaleza (+4,71%) são as duas capitais com maiores índices. Na primeira, os principais responsáveis são Alimentação e bebidas (+4,2% e impacto de +1,1 p.p.), Habitação (+9,7% e impacto de 1,4 p.p.) e Transportes (+6,8% e impacto de +1,2 p.p.). Em Fortaleza, os principais grupos são Alimentação e bebidas (+5,2% e impacto de +1,3 p.p.), Transportes (+5,1% e impacto de +1,0 p.p.), Saúde e cuidados pessoais (+5,8% e impacto de +0,8 p.p.) e Educação (+9,1% e impacto de +0,6 p.p.).

Alimentação e bebidas, em São Luís, tem os principais aumentos no arroz (+27,5%), tubérculos, raízes e legumes (+32,7%), banana prata (+15,9%), café moído (+7,8%) e sal e condimentos (+23,7%). Aluguel e taxas (+13,7%), energia (+15,7%) e gás de botijão (+4,9%), são os aumentos relevantes em Habitação. Em Transportes, passagem aérea (+14,5%), gasolina (+9,0%), óleo diesel (+14,3%) e veículo próprio (+7,3%), são os principais responsáveis pelo índice do grupo.

Em Fortaleza, o grupo Alimentação e bebidas, tem os principais aumentos no arroz (+32,8%), tubérculos, raízes e legumes (+54,9%), hortaliças e verduras (+13,8%), banana prata (+28,5%), café moído (+13,7%) e sal e condimentos (+19,7%). Taxi (+20,2%), transporte por aplicativo (+19,4%), ônibus interestadual e automóvel novo (+10,0%, cada), gasolina (+7,5%) e óleo diesel (+10,2%), são os crescimentos relevantes em Transportes. Em Saúde e cuidados pessoais, os principais crescimentos são de produtos farmacêuticos (+8,7%), serviços laboratoriais (+7,9%) e planos de saúde (+9,2%). As principais variações no grupo Educação são da pré-escola (+12,1%), ensino fundamental (+11,9%), ensino médio (+10,2%) e papelaria (+9,9%).

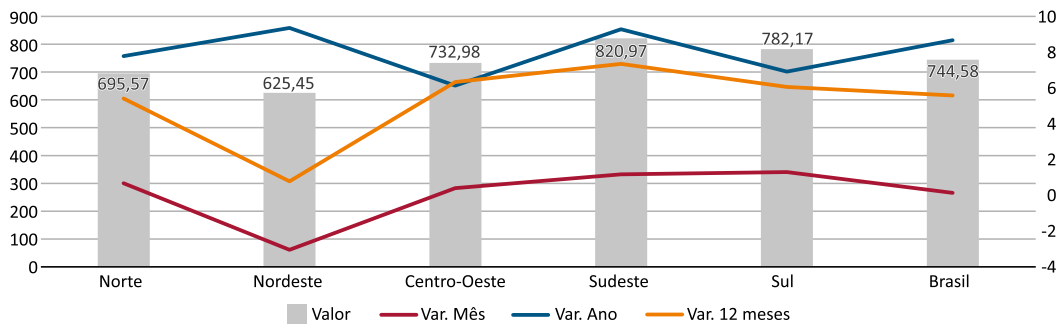
12 Cesta Básica

A Cesta Básica é calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese em 17 capitais, conforme o Decreto-Lei 399/38, ainda em vigor. Diante da estratificação de renda da população brasileira, a Cesta é um instrumento importante para acompanhar a evolução dos preços dos alimentos básicos. De acordo com os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, 2022 (até 23 de janeiro de 2024, não foram divulgados para 2022), com os dados de 2021, dos trabalhadores cadastrados na Região Nordeste, 63,4% ganham até dois salários-mínimos. A ampliação do limite para três salários-mínimos, apresenta que 75,4% dos trabalhadores na Região, estão dentro desse limite. Grande parte do orçamento desse extrato da população, é destinado a alimentação e despesas de subsistência. Vê-se, então, a importância do acompanhamento dos gastos com alimentos básicos.

A Região Norte é representada apenas por Belém. Isso causa alguma distorção na análise entre as Regiões, já que as outras são melhor representadas. A Região Nordeste, tem seis capitais na pesquisa do Dieese (67,0%), Centro-Oeste (75,0%), Sul e Sudeste têm todas as capitais na pesquisa.

A Cesta Básica do Nordeste é a de menor valor. Ela e a da Região Norte, não têm o item batata. Valem em junho de 2024, R\$ 625,45 e R\$ 695,57, respectivamente. Mesmo incluindo a batata, que valia R\$ 44,12 (Brasil), continuariam ainda com os menores preços, R\$ 669,58 e R\$ 739,69, nessa ordem. A cesta de Fortaleza é a de maior valor (R\$ 697,32), acima da média em 11,5%, e 24,1%, que a menor (Aracaju).

Gráfico 1 – Cesta Básica Valor e Variação (%) – Brasil e Regiões – junho, ano e doze meses – 2024



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese (2024).

Em junho, sete capitais tiveram reduções em suas cestas, as seis do Nordeste, mais Vitória (-0,76%). As variações na Região ficaram entre -1,58% (Salvador) e -6,38% (Natal). As outras variações são: Recife (-5,75%), João Pessoa (-3,76%), Fortaleza (-1,77%) e Aracaju (+3,04%). Entre as Regiões, o Nordeste (-3,06%) tem a menor variação, seguido pelo Centro-Oeste (+0,39%), Norte (+0,66%), Sudeste (+1,17%), Sul (+1,30) e Brasil (+0,13%).

Tabela 1 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Valor e variação no mês, ano e doze meses terminados em junho de 2024

Capitais/Região	Valor (R\$ 1,00)	% - Mês	% - Ano	% - 12 meses
FORTALEZA	697,32	-1,8	10,6	5,5
ARACAJU	561,95	-3,0	8,6	-0,9
JOÃO PESSOA	597,31	-3,8	10,1	-1,3
NATAL	599,28	-6,4	7,8	-5,2
RECIFE	582,89	-5,8	8,3	-6,2
SALVADOR	613,20	-1,6	9,3	2,9
NORDESTE	625,45	-3,1	9,3	0,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese (2024).

A variação negativa na cesta nordestina se explica pelas reduções no tomate (-13,6% e impacto de -2,3 p.p.), carne (-1,3% e impacto de -0,4 p.p.) e a banana (-2,6% e impacto de -0,3 p.p.), que juntas

representam 95,9% do índice da Região. Cabe destacar os aumentos no café (+8,5%) e no leite (+6,0%). O tomate variou entre -3,7% (Fortaleza) e -29,8% (Natal).

Tabela 2 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Junho de 2024

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste
Índice Geral (%)	-3,04	(1,77)	(3,76)	-6,38	(5,75)	(1,58)	(3,06)
Carne - p.p.	-0,69	(0,55)	0,01	-0,64	(0,33)	(0,18)	(0,36)
Leite - p.p.	0,51	0,17	0,27	0,04	0,24	0,59	0,34
Feijão - p.p.	-0,19	(0,18)	(0,24)	-0,62	(0,45)	(0,40)	(0,31)
Arroz - p.p.	0,10	(0,04)	0,19	0,02	0,18	0,15	0,10
Farinha - p.p.	-0,13	(0,13)	(0,08)	-0,33	(0,32)	(0,15)	(0,16)
Tomate - p.p.	-2,34	(0,72)	(3,68)	-4,31	(4,38)	(0,94)	(2,28)
Pão - p.p.	-0,16	(0,13)	(0,29)	-0,21	(0,11)	(0,19)	(0,15)
Café - p.p.	0,03	0,18	0,03	0,08	0,01	0,16	0,13
Banana - p.p.	-0,21	(0,33)	(0,10)	0,01	(0,25)	(0,48)	(0,28)
Açúcar - p.p.	-0,01	(0,03)	(0,07)	-0,05	(0,11)	(0,07)	(0,04)
Óleo - p.p.	-0,04	(0,00)	(0,06)	-0,12	(0,15)	(0,03)	(0,03)
Manteiga - p.p.	0,10	(0,00)	0,26	-0,24	(0,07)	(0,03)	0,01

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese (2024). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Nas capitais nordestinas pesquisadas, as menores variações são de Natal (-6,38%) e Recife (-5,75%). As variações negativas mais relevantes são comuns às duas capitais, carne, feijão e tomate. Elas representam 87,4% no índice de Natal, e 89,8% em Recife. Na primeira, as variações são: carne (-1,9% e impacto de -0,6 p.p.), feijão (-7,8% e impacto de -0,6 p.p.) e tomate (-29,8% e impacto de -4,3 p.p.). Em Recife: carne (-0,8% e impacto de -0,3 p.p.), feijão (-4,9% e impacto de -0,5 p.p.) e tomate (-29,5% e impacto de -4,4 p.p.).

A Cesta Básica nordestina no ano – detalhamento das principais variações:

No ano, todas as Regiões estão com aumentos em suas cestas, e a variação, comparada com a variação em doze meses, está muito alta. No ano, em junho de 2023, o índice na média brasileira era -0,01%, e hoje está em +8,66%. Os aumentos são maiores que a variação do IPCA. Exemplo, enquanto as cestas do Nordeste e Brasil cresceram +9,35% e +8,66%, respectivamente, o IPCA aumentou +2,82% e +2,51, respectivamente. Alimentação no domicílio, do IPCA nordestino, cresceu +5,9%.

O crescimento de +9,35% na Região Nordeste foi impactado pelos aumentos no tomate (+50,7%), arroz (+17,8%) e banana (20,9%), que representam 109,1% da variação total. Cabe destacar a redução na carne (-1,0%).

Tabela 3 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Até junho de 2024

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste
Índice Geral (%)	8,65	10,62	10,15	-10,88	8,33	9,34	9,35
Carne - p.p.	-0,17	(0,39)	(1,26)	-1,02	(0,80)	0,24	(0,42)
Leite - p.p.	0,37	0,13	(0,22)	-0,33	(0,35)	0,21	0,01
Feijão - p.p.	-0,13	0,25	0,14	-0,99	0,04	(0,11)	0,03
Arroz - p.p.	0,19	0,43	0,51	-0,36	0,53	0,85	0,59
Farinha - p.p.	-0,39	(0,25)	(0,36)	-0,70	(0,33)	(0,36)	(0,34)
Tomate - p.p.	7,43	8,17	10,03	-4,69	8,22	5,83	7,66
Pão - p.p.	-0,63	0,21	(0,58)	-0,58	(0,48)	(0,37)	(0,30)
Café - p.p.	0,18	0,31	(0,04)	-0,29	0,12	0,26	0,21
Banana - p.p.	2,27	1,55	1,97	-0,37	1,48	2,86	1,95
Açúcar - p.p.	-0,02	(0,04)	(0,14)	-0,43	(0,01)	(0,11)	(0,06)

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste
Óleo - p.p.	-0,24	(0,13)	(0,32)	-0,50	(0,29)	(0,15)	(0,19)
Manteiga - p.p.	-0,21	0,37	0,41	-0,62	0,20	0,19	0,21

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese (2024). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Duas capitais superaram o índice regional, Fortaleza (+10,62%) e João Pessoa (+10,15%). Arroz, tomate e banana, são as principais variações nas duas capitais. Na primeira, elas representam 95,6%, e 123,2% em João Pessoa. Em Fortaleza, as variações e impactos são: arroz (+6,1% e impacto de +0,4 p.p.), tomate (+53,5% e impacto de 8,2 p.p.) e banana (+25,2% e impacto de +1,6 p.p.). Em João Pessoa: arroz (+20,2% e impacto de +0,5 p.p.), tomate (+71,8% e impacto de +10,0 p.p.) e banana (+25,5% e impacto de +2,0 p.p.). Cabe destacar a redução na carne (-3,4% e impacto de -1,3 p.p.).

A Cesta Básica nordestina em doze meses, terminados em junho – detalhamento das principais variações:

Em doze meses, terminados em junho de 2024, a Região Nordeste tem a menor variação (+0,78%). A maior variação é Sudeste (+7,34%), seguido pelo Centro-Oeste (+6,33%) e o Sul (+6,05%). A cesta nordestina comparada com o IPCA da Região (+3,88%) é menor. O subgrupo Alimentação no domicílio é +3,7%. Os principais aumentos são da banana (+32,1%), arroz (+3,1%) e café (+19,8%). No sentido inverso, cabe destacar a redução no preço da carne (-5,8%) e do feijão (-17,9%). A banana variou entre +19,5% (Recife) e +42,8% (Salvador). A carne variou entre -8,0% (Aracaju) e -14,3% (Natal). O feijão entre -17,6% (Natal) e -4,9% (Fortaleza).

Tabela 4 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – em doze meses, terminados em junho de 2024

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste
Índice Geral (%)	-0,91	5,47	(1,25)	-5,22	(6,16)	2,92	0,78
Carne - p.p.	-2,57	(1,36)	(1,89)	-2,33	(1,73)	(1,68)	(1,66)
Leite - p.p.	-0,13	0,02	(0,11)	-0,74	(0,66)	(0,19)	(0,22)
Feijão - p.p.	-1,25	(1,02)	(1,17)	-1,06	(1,32)	(1,45)	(1,19)
Arroz - p.p.	1,22	0,92	1,15	1,17	1,21	1,11	1,11
Farinha - p.p.	-0,30	(0,52)	(0,00)	-0,56	(0,38)	(0,26)	(0,35)
Tomate - p.p.	-0,67	3,43	(2,30)	-3,34	(4,39)	1,65	(0,10)
Pão - p.p.	-0,94	0,37	0,52	0,04	(0,45)	(0,10)	0,03
Café - p.p.	0,29	0,30	0,08	0,21	0,14	0,21	0,25
Banana - p.p.	3,87	3,02	2,18	1,64	1,55	4,13	2,92
Açúcar - p.p.	-0,05	(0,08)	0,09	0,10	0,09	(0,06)	0,02
Óleo - p.p.	-0,18	(0,11)	(0,21)	-0,17	(0,32)	(0,27)	(0,18)
Manteiga - p.p.	-0,20	0,51	0,40	-0,18	0,10	(0,17)	0,16

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese (2024). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Fortaleza (+5,47%) e Salvador (+2,92%) são as duas capitais nordestinas que estão com aumento em doze meses, terminados em junho. A razão principal dos aumentos, se encontram no arroz, tomate e banana. Eles representam 134,9% do índice de Fortaleza, e 236,4% do índice de Salvador. Em Fortaleza, as variações são: arroz (+27,0% e impacto de +0,9 p.p.), tomate (+21,8% e impacto de +3,4 p.p.) e banana (+33,1% e impacto de +3,0 p.p.). No sentido inverso, são relevantes as reduções na carne (-4,9% e impacto de -1,4 p.p.) e no feijão (-17,5% e impacto de -1,0 p.p.). As variações em Salvador são: arroz (+31,1% e impacto de +1,1 p.p.), tomate (+11,5% e impacto de +1,7 p.p.) e banana (+42,8% e impacto de +4,1 p.p.). A carne (-6,1% e impacto de -1,7 p.p.) e o feijão (-20,7% e impacto de -1,5 p.p.), sofreram reduções relevantes, que contrabalançaram os aumentos.